



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**  
**MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**ANTONIO MARCOS DE SOUSA SILVA**

**AGENTES PÚBLICOS NA SEGURANÇA PRIVADA: A CONFIGURAÇÃO DO  
“BICO” NA CIDADE DE FORTALEZA**

**FORTALEZA**

**2010**

**ANTONIO MARCOS DE SOUSA SILVA**

**AGENTES PÚBLICOS NA SEGURANÇA PRIVADA: A CONFIGURAÇÃO DO  
“BICO” NA CIDADE DE FORTALEZA**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. César Barreira.

**FORTALEZA**

**2010**

Esta dissertação foi submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), como parte dos requisitos necessários para obtenção de título de Mestre em Sociologia, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida instituição.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida, desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Dissertação aprovada em \_\_\_\_\_ de Março de 2010.

#### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. César Barreira – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Orientador

---

Prof. Dra. Linda Gondim – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Membro

---

Prof. Dra. Rosemary de Oliveira Almeida - Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Membro

## AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que, de modo direto ou indireto, contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao professor César Barreira, pelo seu apoio e contribuição durante o processo de pesquisa. Pelo incentivo frente às pesquisas realizadas pelo LEV.

Ao Laboratório de Estudos da Violência – LEV, por me proporcionar e incentivar o estudo sobre polícia.

À professora Linda Gondim, por ter me ajudado durante o processo de coleta de dados e delimitação da pesquisa, pelas contribuições no exame de qualificação e por aceitar novamente participar da defesa.

À professora Rose, pelas contribuições no exame de qualificação e por aceitar novamente de participar defesa.

A todos os professores do Departamento de Ciências Sociais, em especial à Auxiliadora, Cristian, Celina, Neyara, André Haguette, Irllys, Domigos Abreu, por terem me ensinado a *aprender a aprender* o ofício de sociólogo.

Agradeço aos *professores, pesquisadores e militantes* que, no Rio de Janeiro, encontraram tempo e paciência para responder às minhas indagações. Em especial aos professores Michel Misse e Luis Antonio Machado da Silva; e à pesquisadora do VivaRio, Raquel, pelas contribuições.

À minha família, meus pais, Chico e Maria Luisa (*in memorian*); aos meus irmãos, Dalva, Antonio, Mauro, Edinha, Júlio (*in memorian*), Eliane, Chiquinho; e a todos os meus sobrinhos por me apoiarem e ajudarem nesse caminho árduo que é a Academia.

À Lara, minha namorada, amiga e companheira, por ter compartilhado comigo os momentos de prazer, sofrimento, agonia e tristeza que se desenrolaram durante a confecção desse trabalho e pela sua contribuição ortográfica e intelectual.

Ao Alberto, primeiro amigo nas Ciências Sociais, com quem compartilhei muitos momentos de emoções, alegria e tristeza.

Aos meus amigos Raul e Jane, pelos momentos de prazer que tivemos durante mais de um ano, pelo apoio no momento que precisei e pela acolhida em sua humilde residência.

Ao meu amigo Joannes Paulus, pelos momentos incessantes de monólogos intelectuais que contribuíram para minha formação acadêmica e “social”.

Aos meus amigos Francisco Thiago, Vinícius Limaverde, Manoel Neto e Marcio Kleber, pelos anos de alegria que passaram e pelos que virão.

Aos colegas Rafael, Tiago Azeitona, Edson Marques, Benjamim, Tiago Moreno, Fernando, Rogério, Idelson, Emídio, Diocleide, Isaurora, Pedrita, Paula, Tereza, Karinne, Yandra, Caio, Gustavo e Rodrigo Noronha.

À Juliana Justa, pela ajuda na correção gramatical e formatação do texto.

Aos amigos da Messejana: César, Zé Luis, Seu Luis, Dona Maristela, Mirko, Amaral e Viviane.

Aos “levianos” Dione, Fernanda, Bárbara, Graça, Larissa, Letícia, Maurício, Fábio e Clodomir, pela gostosa tarefa de cuidar do LEV.

Aos entrevistados, pela confiança, compreensão e paciência que passaram durante as entrevistas e ligações telefônicas.

Aos amigos de turma de mestrado: David Moreno, Leonardo, Pedro Júnior, Edilberto, Rita Maria, Mayara Magalhães, Kamila Bossato, Fabiana, Juliana, Jefferson, Aline Maria, Ana Lúcia, Camila, Diego, Emanuelle, Gerciane, Maria de Fátima, Pedro Rocha e Valberth.

À FUNCAP, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo apoio financeiro.

A todos aqueles que no momento esqueci.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as configurações do “bico” de policiais militares da cidade de Fortaleza na segurança privada. Foi realizado um panorama dessa atividade que possibilitou enumerar três características recorrentes do bico em Fortaleza, tais como: as atividades de segurança em estabelecimentos comerciais (casas de show, barracas de praia, restaurantes, salão de beleza, mercadinhos, dentre outros), segurança particular (de empresários ou comerciantes) e, por último, o “bico velado” (fazer policiamento privado em horário de serviço, concedendo, nesse sentido, maior atenção a determinados pontos comerciais). O trabalho revelou que essa prática, em Fortaleza, é sustentada tanto por parte dos oficiais militares como pelos Praças, e mostrou que ambos formam redes de intermediários ou atravessadores que vendem segurança, principalmente, para empresários e comerciantes. A pesquisa abordou também a estreita relação entre a violência e a expansão do bico na cidade, denunciando o reforço de uma cultura do medo pautada no sentimento de insegurança. Por fim, o trabalho tratou das implicações dessa atividade para os policiais militares em decorrência do Código Disciplinar e de Ética da referida corporação. A dissertação trabalhou, ainda, com a relação entre precariedade do trabalho policial e do trabalho na atividade de segurança privada.

Palavras-Chave: Bico, Policial Militar e Segurança privada.

## ABSTRACT

The present research has the aim of analyzing the configuration of odd jobs on private security of military policemen in the city of Fortaleza. With this in mind, a panorama of this activity was traced in order to enumerate the three recurrent characteristics of the odd jobs in Fortaleza, such as: security activities in commercial establishments (concert houses, beach huts, restaurants, beauty salons, markets, among others), private security (of businessmen or merchants) and, finally, the veiled odd job (to perform private patrolling while on duty, giving more attention to specific commercial points). The work revealed that this practice in Fortaleza is sustained both by the military officers and the privates and showed that both form networks of intermediaries or middlemen who sell security to businessmen or merchants. The research also dealt with the strict relationship between violence and the expansion of odd jobs through the city, denouncing the intensification of a culture of fear based on the feeling of insecurity. At last, the work dealt with the implications of this activity for military policemen due to their disciplinary and ethics code. The discussion ended also with the relationship between the precariousness of the police work and the work on private security.

Keywords: Odd jobs, Military Police and Private Security

## LISTA DE SIGLAS

ACSCE – Associação de Cabos e Soldados do Ceará.

ASPRAMECE – Associação dos Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Ceará.

CFO – Curso de Formação de Oficiais.

IRSO - A Indenização por Reforço do Serviço Militar Operacional.

LEV – Laboratório de Estudos da Violência.

PMCE – Polícia Militar do Ceará.

UFC – Universidade Federal do Ceará.

VIP – *Very Important Person* (Pessoa Muito Importante).



**LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS**

Gráfico Pirâmide das hierarquias .....	44
Tabela de remuneração da IRSO .....	105
Gráfico do contingente da Polícia Militar .....	109
Gráfico da região Nordeste – policial militar por habitante 2007.....	110
Tabela de vencimentos da Polícia Militar do Ceará .....	110-111

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>As estratégias metodológicas da pesquisa.....</b>	<b>18</b>
<b>1. CAPÍTULO I – PANORAMA DO BICO NA SEGURANÇA PRIVADA EM FORTALEZA.....</b>	<b>29</b>
1.1 – As configurações do bico no município de Fortaleza .....	29
1.1.1 – O bico na segurança de VIP: rentabilidade e treinamentos .....	31
1.1.2 – O bico em estabelecimentos comerciais.....	34
1.1.3 – O "bico velado": sub-área e formas de sociabilidades no trabalho policial.....	38
1.2 - Quem são os PMs que fazem segurança privada em Fortaleza?.....	42
1.2.1 – Bico de oficiais: comandando os comandados em uma dupla jornada.....	47
1.3 Os atravessadores do bico: a inserção do PM na segurança privada .....	51
1.3.1 – A formação de grupos e mercados do bico .....	53
<b>CAPÍTULO II – ESBOÇO DE UMA TEORIA DO BICO .....</b>	<b>58</b>
2.1 - A cultura policial e o bico na segurança privada: entre o público e o privado.....	58
2.1.1 - A estreita relação entre os elementos formadores da cultura policial e a cultura do bico .....	60
2.2 - “O bico é para aqueles que estão na rua”: o cotidiano da atividade policial como produtor de conhecimento .....	64
2.3 – Experiência e (i)legalidade: o uso da arma de fogo no mundo do bico .....	71
<b>CAPÍTULO III – O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA URBANA E A ATIVIDADE DE PMs NA SEGURANÇA PRIVADA .....</b>	<b>77</b>

3.1 - O medo e a insegurança criam novas formas de sociabilidade: a expansão da segurança privada.....	77
3.1.1 - As estreitas relações entre mercado de segurança e a violência: o cenário urbano .....	82
3.1.2 - As novas configurações da criminalidade e os rearranjos no mercado de segurança privado .....	85

**CAPÍTULO IV – AS IMPLICAÇÕES DO BICO NA SEGURANÇA PRIVADA PARA A INSTITUIÇÃO POLICIAL, O PM E A SOCIEDADE .....** 91

4.1 - “O bico é o trabalho mais honesto que o policial pode fazer”: na linha tênue do legal e do ilegal .....	91
4.1.1 – As categorias morais que envolvem o trabalho de PMs na segurança privada.....	92
4.1.2 – O bico na segurança privada analisado pelas lentes da mercadoria política .....	96
4.2 – Indisciplinados dentro da lei e trabalhadores exemplares na atividade policial: o código disciplinar e o estatuto da PM do Ceará .....	99
4.2.1 – “O bico agora é na segurança pública”: a reformulação do Estatuto dos servidores militares do Estado do Ceará .....	103
4.3 - O trabalho no bico e o bico na polícia militar: a precariedade do salário policial e a defasagem no efetivo da PM .....	108
4.3.1 – Salários e recompensas no mundo do bico e a falta de condições na Polícia Militar .....	111

**CONSIDERAÇÕES FINAIS .....** 115

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....** 120

**ANEXOS .....** 126

## INTRODUÇÃO

Desde minha infância, via a figura do policial militar repousada nos “altares” concedidos aos heróis, àqueles que lutavam por uma causa coletiva. Amparado por essas objeções, cresci cultuando a imagem do policial como um homem preparado para lidar com o perigo, com a violência, ou seja, com os eventos que demandam mais dificuldades no trabalho cotidiano.

O mundo dá muitas voltas, os sonhos se transformam em pesadelos e os heróis viram bandidos aos olhos daqueles que os admiram. Essas mudanças fazem parte da vida, mas também são influenciadas pelos processos sociais. De herói, o policial passou a um “ser-não-bem-vindo” que incorporava a força do Estado sobre aqueles menos favorecidos socialmente.

A Polícia, principalmente a figura do policial militar, passou a me proporcionar sentimentos de medo e angústia, visto que estava enquadrado sob a óptica da pedagogia da suspeita<sup>1</sup>, muito difundida na cultura policial de rua. A polícia, diziam meus amigos de adolescência, “pega qualquer neguinho na rua se não for com a cara dele”.

Foram nesses torvelinhos do cotidiano que me deparei com os sentimentos de “aceitação-negação-reformulação” do meu ponto de vista sobre o policial militar, principalmente sobre o trabalho do policial de rua. Passei a racionalizar meus sentimentos em relação ao trabalho policial, no sentido de recorrer à “objetivação da relação do sociólogo com o seu objeto [que] é, como se vê bem neste caso, a condição da ruptura com a propensão para investir no objeto, que está sem dúvida na origem do seu interesse” (BOURDIEU, 2003, p. 58), nos termos postos pelo saber científico. Em face disso, lanço mão das orientações metodológicas que Barros (2005, p. 29) teceu em relação ao seu estudo sobre polícia e sociedade: “em todo o processo de pesquisa orientei-me pela preocupação constante em afastar os julgamentos valorativos, as ‘pré-noções’ e preconceitos, que, porventura, pudessem contaminar a observação e o andamento das entrevistas”.

---

<sup>1</sup> Prática difundida na cultura policial que salienta a capacidade dos policiais de identificar elementos suspeitos num primeiro olhar (MUNIZ, 1999).

As relações entre sujeito e objeto fazem parte de um longo processo de encantamento e desencantamento, vivenciado no bojo das relações sociais, no cotidiano da vida “caos-urbanizada”. Foi assim que, quando vi, já estava “preso” ao meu objeto de pesquisa, encurralado pelo desejo de ultrapassar minhas percepções construídas a partir do conhecimento do senso comum. “De fato, certas realidades que encontramos como ‘objeto de pesquisa’ são tão próximas e presentes no nosso dia-a-dia que guardamos a forte impressão de que sabemos muito sobre elas mesmo sem conhecê-las profundamente” (MUNIZ, 1999, p. 38).

O desejo de estudar a Instituição Polícia foi mais forte do que aquele que tentava excluí-la do meu dia a dia. O *savoir-vivre* da instituição policial aqui no Brasil, mais especificamente a do Ceará. Estudar polícia não é tarefa fácil, mais ainda quando se estuda o trabalho policial sob o aspecto das ilegalidades: o trabalho de policiais militares envolvidos na segurança privada.

Foi então que, no ano de 2004, deparei-me com meu primeiro trabalho sobre a Polícia. À época, fazia apenas um mês que havia me vinculado ao Laboratório de Estudos da Violência – LEV<sup>2</sup>, na condição de bolsista de iniciação científica - CNPq. Minha primeira experiência com pesquisa foi, de início, com policiais (militares, civis, federais e bombeiros) que concorriam a uma vaga na Câmara de Vereadores de Fortaleza.

Essa experiência foi tão importante que marcou minhas linhas de estudos no universo acadêmico. De lá para cá, dediquei-me ao estudo da Segurança Pública do Estado do Ceará, principalmente à relação desta com a política. Minha monografia de graduação é um exemplo (SILVA, 2007).

Na pesquisa citada anteriormente, ao realizar uma entrevista com um policial militar que atendia pelo codinome *Robocop*, defrontei-me com uma situação aparentemente normal, mas que me trouxe muitas inquietações sociológicas. O lugar onde foi realizada a conversa era seu local de trabalho, não o oficial, e sim o “bico” na segurança privada. Para além dos fatos, o policial ainda estava com sua indumentária de trabalho na polícia e, em sua fala,

---

<sup>2</sup> O referido laboratório é coordenado pelo professor César Barreira, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC.

constatei que ele fazia também a segurança de um juiz de uma cidade da região metropolitana de Fortaleza.

As notícias publicadas nos jornais, por outro lado, chamaram-me a atenção ao noticiar a violência contra o policial ocorrida no horário de folga. Os fatos mostravam que muitos deles morriam quando faziam segurança privada em estabelecimentos como casas lotéricas, empresas de valores etc.

O que leva os policiais militares a procurar trabalho no setor da segurança privada? Em que medida o monopólio público do uso da força é utilizado para fins privados? Por que, segundo uma estimativa das associações de policiais militares, uma grande porcentagem de policiais da corporação militar faz segurança privada na cidade de Fortaleza? Quem são esses policiais e como entram para a segurança privada? Essas são as minhas primeiras indagações.

Assim sendo, meu **objetivo geral**, nessa pesquisa, foi analisar quais as relações entre o policiamento público e a realização de bicos por policiais militares em empresas de segurança, de valores e de pessoas, de eventos e de estabelecimentos comerciais. **Os objetivos específicos**, enumerei-os da seguinte maneira: 1 - compreender como se configuram as relações de trabalho no seio da Instituição Policial no Estado do Ceará; 2 - investigar, comparativamente, como ocorre o trabalho dos policiais militares ao enfrentarem a violência urbana como agentes da polícia e como seguranças particulares (durante a realização de “atividades paralelas”); 3 - verificar como as redes de sociabilidades dos policiais militares que realizam trabalhos na segurança privada são formadas, e de que modo são construídas as redes de favores entre esses agentes

Para tanto, é fundamental explanar um pouco os estudos sobre a instituição Polícia no Brasil. A discussão versará de modo exploratório sobre como os pesquisadores têm analisado o papel da polícia na formação brasileira.

Os estudos sobre a Polícia, nas últimas décadas, destacaram-se no cenário mundial por tentarem explicitar o complexo funcionamento da estrutura organizacional da Polícia, do trabalho policial, do poder-de-polícia, do mandato policial e do poder discricionário. O fato é que muitos autores dedicaram os seus estudos a esse tema, mas, mesmo assim, salientam que ainda falta muito para se conhecer totalmente o funcionamento dessa instituição.

Esses estudos se concentraram nos países da América do Norte e da Europa. Os Estados Unidos e o Canadá possuem excelentes pesquisas de mais de 20 anos de dedicação e aprofundamento. A França e Inglaterra possuem vastas obras sobre o assunto. De acordo com Bretas (1997a), os estudos sobre a polícia ganharam destaque na Sociologia a partir da década de 1960, nos Estados Unidos, e focaram os aspectos institucionais e relacionais.

No Brasil, os estudos sobre a polícia ainda se encontram, em relação aos países citados acima, deficitários e incipientes, uma vez que somente nas décadas de 1980 e 1990 ganharam destaque no rol da seara das Ciências Sociais. As pesquisas brasileiras sobre a polícia, primeiramente, focaram a Polícia Militar, visto que esta tem se constituído um objeto de estudo atraente, principalmente devido ao conteúdo de suas atividades (BARROS, 2005). Todavia, de acordo com Muniz (1999, p. 44), os estudos acadêmicos sobre a instituição policial no Brasil ainda primam pelos aspectos estruturais:

Constata-se um recorte apenas formal e enviesado da instituição policial. São raros os trabalhos históricos que têm se ocupado em tentar resgatar os aspectos cotidianos das atividades de polícia, como as interações dos policiais e as pessoas nas tarefas rotineiras de patrulhamento ou ainda nas contingências surgidas das ruas.

Estudar a polícia, seu aparato legal, sua função e sua presença na sociedade como uma força do Estado foram alguns trabalhos desenvolvidos aqui no Brasil. Pensar a Polícia também sob a óptica do policial é uma vertente dessa nova linha de estudo, que ganhou relevância nas últimas décadas.

A Polícia Militar brasileira foi criada em meados do século XIX, ou seja, possui mais de 150 anos de existência. Ancorada em dois modelos de policiamento – o francês e o inglês – a instituição policial brasileira não se constituiu como uma organização homogênea. Bretas (1997a) salienta que é enganoso pensar o modelo de polícia brasileiro fortemente preso a esses dois parâmetros, uma vez que as polícias de diversos países foram estruturadas de maneira diferente uma das outras. Nas palavras de Barros (2005, p 40):

é ilusório pensar que as polícias foram criadas à luz desses dois modelos. [...] as diferentes polícias nacionais apresentam características próprias, que podem levar a interpretações equívocas, pois as forças policiais foram organizadas em nível estatal, não como força nacional, homogênea.

As polícias militares de cada estado do território nacional possuem suas peculiaridades; seus estatutos e suas normas são diferentes. O Brasil possui ainda algumas características particulares em relação às suas forças policiais: “embora o controle das polícias estaduais seja formalmente do exército, do ponto de vista prático elas subordinam-se à autoridade do governador dos estados, o que sem dúvida nenhuma contribui para a diferenciação existente entre as forças estaduais” (BEATO FILHO, 1999, p. 20). Por que falo isso? É interessante mostrar que, por exemplo, as agências das polícias militares, em todo o país, até o final dos anos 60, eram aquarteladas e tratadas como forças auxiliares do Exército e somente com “a Constituição de 1967 modificou esse cenário e garantiu a função do policiamento ostensivo com o monopólio da farda às polícias militares estaduais” (BARROS, 2005, p. 219).

Segundo Muniz (1999, p. 79), a Polícia Militar brasileira desenvolveu plenamente seu caráter ostensivo apenas nos últimos 40 anos, “passando a experimentar um cenário urbano radicalmente distinto e infinitamente mais complexo que a realidade mapeada no início do século XX”.

A atividade policial, exercida sob a óptica da prática cotidiana da rua, revela que são necessários estudos que concebam o policial como um cidadão em interação permanente com outros cidadãos. O fazer policial, ritualizado a partir do movimento cotidiano das ruas, expõe realidades pouco contempladas pela própria instituição, por exemplo, a margem de autonomia que o policial tem no trabalho de rua. O policial que está na rua, encarregado de manter a lei e a ordem, muitas vezes aprende que “a prática é diferente da teoria”, uma vez que situações e acontecimentos, nos quais nem sempre é possível fazer convergir a letra da lei, são postos à sua frente a todo o momento.

Donos de um saber prático que emerge da vida-na-rua, os policiais militares são também portadores legitimados do uso da força a favor da manutenção da ordem pública. A rua é o lugar por excelência daqueles que a praticam, que a consomem e que a vivem. Os policiais militares se enquadram no mundo das ruas, uma vez que fazem delas “seu próprio mundo”, que são locais “difíceis de descrever, são duros de explicar e, em boa medida, são desagradáveis de assistir e de frequentar por muito tempo” (MUNIZ, 1999, p. 158). Em face disso, são atendidos pelos “nomes” de destreza, eficiência e presteza, que os fazem pensar que



são “deuses no Olímpio profano” (o mundo social), “heróis da noite e do dia” que cultuam o *esprit de corps*, “alimentado tanto por rituais de passagem calcados na vivência direta do trabalho policial, quanto pelos requisitos da tradição e desempenho da missão policial” (MUNIZ, 1999, p. 13).

No dia a dia do trabalho policial, nas suas atividades ostensivas de rua, percebe-se que existem tomadas de decisões inscritas no universo subjetivo do policial militar. Atitudes e ações que não chegam aos muros da caserna e aos ouvidos dos oficiais superiores são praticadas cotidianamente no fazer policial como recurso de sobrevivência no mundo das ruas. Expediente da indisciplina e da violação dos regulamentos por excelência, a gramática da subjetividade policial empresta ao trabalho de rua melhorias e a expectativa de melhor prestar o serviço policial (MUNIZ, 1999).

Junto a esses recursos, o policial militar de rua se depara com situações de prestação de favores que o coloca num mundo de barganhas e irregularidades. Muitas vezes, o PM, para ajudar seu colega de farda, aceita assessorar um dono de mercadinho, prestando “assistência especial” ao estabelecimento ou fazendo a segurança de “vip”<sup>3</sup> para outro colega e, quando percebe, já está no mundo da segurança privada.

É importante informar que os estudos sobre a polícia brasileira adquirem grande relevância, principalmente quando se aborda o trabalho policial sob a perspectiva dos processos relacionais entre a Polícia, o policial e a sociedade. Nesse sentido, do ponto de vista social, estudar o trabalho policial correlacionando-o às práticas policiais executadas no cotidiano, às redes de sociabilidades construídas na atividade policial e à relação polícia e sociedade a despeito do monopólio do uso da força, pode ser fonte de produção de um novo saber sobre a Polícia. E do ponto de vista teórico, essa abordagem busca re-visitare os “muros da academia de polícia” para contribuir na produção de uma possível “sociologia do trabalho policial” na perspectiva adotada acima.

---

<sup>3</sup> Esse termo abreviado do inglês significa pessoa muito importante, ou *very important person –VIP*. Ouvi pela primeira esse termo utilizado no mundo da segurança a partir de uma entrevista que realizei para esta pesquisa. Segundo o policial entrevistado, os VIPs, na segurança privada, especificamente a segurança particular, são pessoas que contratam vários policiais para fazer sua segurança pessoal, de sua empresa e de sua família. No meu trabalho de campo, deparei-me com essa expressão em várias situações de entrevistas. Fato que me possibilita a utilização desse termo como uma categoria analítica. Em outras pesquisas sobre bico de PM na segurança privada, Cortes (2005) identificou a utilização do mesmo termo para designar a proteção de pessoas muito importantes.

## As estratégias metodológicas da pesquisa

Para fins de execução de minhas estratégias metodológicas, o referido estudo se encontra estritamente vinculado às categorias e aos conceitos selecionados, fato que provoca e necessita de confluências possíveis entre distintas fases metodológicas, cujo primeiro esboço explanei acima e agora detalharei.

Dessa forma, para alcançar os objetivos desse estudo, lancei mão, num primeiro momento, da pesquisa bibliográfica em torno das categorias: “Estado”, “Polícia” e “Violência”<sup>4</sup>.

A pesquisa documental foi extremamente importante para esse estudo, visto que trabalhar com arquivos pode ser revelador e criar novos dispositivos metodológicos (LAHIRE, 2003). Foram coletados e analisados documentos sobre a Polícia Militar do Ceará, como o Código Disciplinar e de Ética e o Estatuto do servidor estadual militar, cuja reformulação em 2006 incidiu diretamente sobre o trabalho policial e, principalmente, sobre o bico policial. Outros documentos, como leis, portarias e decretos, fizeram parte da análise documental, uma vez que estavam diretamente ligados à atividade de policiais militares na segurança privada em Fortaleza.

As primeiras entrevistas foram realizadas com o presidente da Associação dos Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Ceará – ASPRAMECE e com o vice-presidente da Associação de Cabos e Soldados do Ceará - ASCSCE. O objetivo dessas duas entrevistas foi buscar conhecer quais os posicionamentos dessas instituições que “cuidam” do PMs do Ceará em relação às atividades exercidas por policiais militares. Mais do que isso, essas “conversas” buscaram, pelos meandros dos diálogos travados, obter alguns contatos de policiais militares que realizam segurança privada na cidade de Fortaleza, uma

---

<sup>4</sup> Esse momento compreendeu a elaboração de uma bibliografia comentada com resumos sobre livros, teses, dissertações e artigos que contemplam as categorias selecionadas. Cada texto escolhido foi classificado de acordo com o grau de prioridade: alta prioridade (deve ser lido, fichado e usado no processo de produção da pesquisa); média prioridade (textos que contemplam as categorias escolhidas e deverão ser lidos e fichados); baixa prioridade (textos que têm relação com as categorias, mas estão fora da perspectiva adotada para a confecção da pesquisa. Muitos foram lidos e possivelmente também revistos durante o processo de produção da pesquisa). Com isso, tentei criar uma “tipologia dos textos”, a fim de concentrar minhas leituras e direcioná-las para o enfoque adotado.

vez que Circourel (1990, p. 90) afirma que “os contatos no campo querem se assegurar de que o pesquisador é um ‘bom sujeito’ de que se pode ter certeza que não fará ‘nenhuma sujeira’ com o que descobrir”.

Dessa forma, consegui alguns telefones de PMs que fazem segurança privada em Fortaleza a partir do presidente da ASPRAMECE, que fez os contatos com esses policiais e convenceu-os a me conceder uma entrevista. A partir disso, construí uma rede de contatos firmada sob a óptica da cooperação entre entrevistado e entrevistador. Nas palavras de Gaskell (2002, p. 73), toda pesquisa com entrevistas

É um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. [...] Ela (a entrevista) é uma interação, uma troca de idéias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. Com respeito a isso, tanto o entrevistado como o entrevistador estão, de maneiras diferentes, envolvidos na produção de conhecimento.

As duas entrevistas realizadas com os diretores de associações de policiais militares me possibilitaram explorar estratégias sociológicas como, por exemplo, o direito ao porte de armas de fogo por policiais militares, que facilita a entrada no mundo da segurança privada, e o endividamento financeiro como vilão que possivelmente leva o policial a procurar outras formas de ganhar dinheiro. Os dois entrevistados me auxiliaram, também, na aproximação com os policiais que realizam o bico na segurança privada em Fortaleza.

Com os contatos em mãos, consegui realizar seis entrevistas com os policiais militares que fazem segurança privada em Fortaleza. Três delas foram com soldados da PM, duas com cabos e uma com um oficial cuja patente era de capitão. Para finalizar essa discussão metodológica, gostaria de enfatizar que o número de entrevistas que realizei está balizado pelos pressupostos da pesquisa qualitativa, ou seja, “depende da natureza do tópico, do número dos diferentes ambientes que forem considerados relevantes e, é claro, dos recursos disponíveis” (GASKELL, 2002, p. 70).

Nesse momento, tentarei transpor para a escrita as “descrições etnográficas” obtidas sob a óptica do “despertar do olhar”, do observar detalhes que reluzem no momento de cada entrevista, do observar o lugar da entrevista e dos gestos e comportamentos que emanam dos “corpos em movimento” durante o processo de interação pesquisador-pesquisado

(LAPLANTINE, 2004). Para melhor demonstrar a força que a etnografia exerce sobre os trabalhos de campo, transcrevo aqui seu significado de acordo com a perspectiva de Laplantine (2004, p. 15):

Etnografia – é uma atividade decididamente perceptiva, fundada no despertar do olhar e na surpresa que provoca a visão, buscando, numa abordagem deliberadamente micro-sociológica, observar o mais atentamente possível tudo o que encontramos, incluindo mesmo, e talvez, sobretudo, os comportamentos aparentemente mais anódinos (secundários), “os aspectos acessórios do comportamento”, “certos incidentes menores”, os gestos, as expressões corporais, os usos alimentares, os silêncios, os suspiros, os sorrisos, as caretas, os ruídos da cidade e os ruídos do campo.

É essa descrição que tentarei passar para a escrita, mesmo que para isso haja perda de detalhes que só nossos olhos podem captar. Iniciando minhas observações, quero relatar algumas percepções que meus “sentidos etnográficos” apreenderam durante minha **primeira entrevista**<sup>5</sup> com o policial militar, que denomino aqui de soldado 1.

A entrevista foi realizada numa tarde de terça-feira, numa sala do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. O soldado 1, vestido com sua farda, adentrou comigo o referido prédio com sua arma, fato que notei quando ele me perguntou se tinha um local para deixar seu principal acessório: a arma.

As percepções emanadas durante a entrevista giraram em torno do que Bourdieu (1996, p. 699) denominou de relações assimétricas, que ocorrem no processo de entrevista: “O temor do desprezo de classe que, quando o sociólogo é percebido como socialmente superior, vem frequentemente redobrar o receio muito geral, senão universal, da objetivação”. Por outro lado, em muitos casos, essa dessimetria facilita a abertura do pesquisado para produzir um “discurso natural”, pautado sob as diretrizes da “produção de verdades”. No caso aqui relatado, ao trazer o policial para “meu mundo”<sup>6</sup> e demonstrar o quão o *faire-recherche* é creditado de responsabilidades, adquiri o passaporte para a construção de uma “boa entrevista”.

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada no dia 10 de março de 2009, nas dependências do curso de Ciências Sociais da UFC.

<sup>6</sup> Mostrei a funcionalidade do Laboratório de Estudos da Violência – LEV para o soldado, falei das pesquisas e das parcerias com a Instituição Policial do Estado. Falei, também, um pouco de minha trajetória acadêmica e de meu desejo de conhecer melhor, a partir dessa pesquisa, a Polícia Militar e os policiais.

A **segunda entrevista**<sup>7</sup> foi realizada com o soldado 2, dentro de seu carro, em frente a um salão de beleza onde ele realiza segurança privada, no bairro de classe média alta de Fortaleza. O PM escolheu o lugar porque ali ele tinha uma visão privilegiada do estabelecimento para o qual presta serviço e poderia, ao mesmo tempo em que me concedia a entrevista, policiar a área com seu olhar treinado. E foi isso que aconteceu, pois a entrevista transcorreu de forma “natural”, sem imprevistos.

O olhar atento do observador consegue perceber minúcias na produção da fala do outro, no comportamento corporal no olhar do entrevistado. Com o soldado 2, pude perceber essas nuances construídas durante a entrevista - episódio que direcionou minha observação para esses detalhes - como, por exemplo, o fato do nervosismo que, de quando em quando, surgia nas expressões do policial; a fala cadenciada e carregada de melancolia; e o olhar fundo e cansado, que davam o tom da conversa.

A **terceira entrevista**, com o soldado 3, realizada numa sexta-feira, dia 20 de março de 2009, aconteceu novamente dentro de um carro, mas, dessa vez, foi em frente a uma pracinha de lazer por trás do North *Shopping*, em Fortaleza.

Esperar o policial 3 no local indicado merece crédito nessa discussão. A “angústia da espera”<sup>8</sup> pairava na minha mente quando estava no local indicado para o encontro<sup>9</sup>. Tempo vai, tempo vem, o policial 3 não chegava e, cada vez mais, meus olhos, direcionados para os carros na rua, selecionavam automaticamente os motoristas que tinham “cara de policial”. Mas quem tem cara de policial? As impressões, que nos permitem abusar um pouco da realidade, rastreiam pistas que nos levam àquilo que desejamos.

Após a angústia da espera, a entrevista transcorreu sem imprevistos. Porém, cabe relatar uma mudança que aconteceu em quase todas as entrevistas: o antes e o depois do gravador<sup>10</sup>. O antes do gravador: ao entrar no carro do policial 3, fui cumprimentado e levado

---

<sup>7</sup> Entrevista realizada no dia 13 de março de 2009, no estacionamento do salão de beleza onde prestava serviço de segurança.

<sup>8</sup> Relato aqui algumas impressões que o campo me possibilitou. Primeiramente, falo da “angústia da espera”. O esperar se torna um misto de constrangimento, de medo, de raiva e ao mesmo tempo uma esperança de concluir o campo. Esperar o informante se tornou rotina para mim, porém, quando ele é um policial que trabalha na segurança privada, a “coisa” se apresenta com mais dificuldades.

<sup>9</sup> O local de espera foi na Avenida Bezerra de Menezes em frente ao North Shopping.

<sup>10</sup> Muitos pesquisadores são unânimes em dizer que o auxílio de tecnologias em pesquisas de caráter antropológico e sociológico muitas vezes atrapalha o processo de interação pesquisador-pesquisado. O uso do gravador durante entrevistas é uma ferramenta fundamental, mas, em muitos casos, o sujeito-pesquisado se sente

para o local indicado por ele para a conversa, a praça por trás do North *Shopping*. No meio do caminho, o policial me disse que “*o bico [é] o trabalho mais ilegal para um PM, mas ainda [é] a única forma mais honesta para o policial viver melhor*”. O depois do gravador: logo após o término da entrevista, começamos a conversar sobre o bico que ele faz. O papo descontraído me revelou detalhes que não conseguiria com o gravador ligado. O PM me relatou que quase todos policiais que trabalham como segurança particular chamam o patrão de “vip”, visto que este tem muita grana para pagar um ou vários seguranças particulares. No caso dele, seu “vip” tem em torno de seis policiais fazendo a segurança pessoal de sua família e de sua residência.

**A quarta entrevista**<sup>11</sup> foi realizada no local de trabalho do policial, uma clínica médica que fica no bairro Aldeota. O local marcado para a conversa já era de meu conhecimento, visto que no mês de março tinha ido lá realizar essa mesma entrevista. Diferente da primeira vez, na qual a “angústia da espera” se apossou de meus sentimentos, visto que esperei em pé (na posição tipicamente militar – corpo ereto, pés juntos, mãos grudadas ao corpo, olhar atento, ouvido observador) em torno de quarenta minutos, dessa vez esperei apenas dez minutos pela chegada do cabo 1.

Ao entrar pilotando sua moto, o cabo 1 parou perto de mim, cumprimentou-me e, em seguida, foi direto ao estacionamento da clínica. Passados cinco minutos, ele me chamou para um local reservado (a cantina da clínica). No caminho, o policial me disse: “*aqui é meu o bico*”. Relatou-me rapidamente, ainda, que existe uma equipe de policiais que faz a segurança do dono do local e, mais ainda, que ele (o cabo) comandava esse “pessoal”.

Após o início da conversa com o gravador ligado, percebi que meu informante estava bastante descontraído, se expressava na forma de um “discurso natural”, pautado na liberdade de falar tudo, procurando neutralizar a assimetria entre entrevistador e entrevistado.

---

constrangido ao perceber a presença dessa ferramenta. Em muitas situações de entrevistas, alguns pesquisadores salientam que existe o antes do gravador (quando se inicia a conversa, momento importante porque o entrevistado fala naturalmente sobre o assunto em pauta) e o depois do gravador (quando termina o diálogo e o entrevistado recomeça a falar sobre o assunto, porém lançando novos elementos importantes para a pesquisa). Nesse sentido, “apesar desses recursos tecnológicos de registro de informações, manter um diário de campo continua sendo a técnica ‘emblemática’ do ofício de etnógrafo” (SILVA, 2000, p. 63).

<sup>11</sup> Entrevista realizada no dia 14 de abril de 2009.

Ao falar da polícia, o pesquisado transmitia expressões emotivas que demonstravam o quanto o “amor pela farda valia a pena” e que “ser policial era uma vocação”, pois o soldado é “pau-para-toda-obra”. Ao falar da relação entre os policiais, o entrevistado disse quem veste a farda é “irmão”, pois todos se ajudam quando a “coisa aperta”, inclusive quando o policial que faz um bico pede o auxílio de viaturas quando ocorre um evento criminoso.

Outro ponto interessante foi o relato de que, na periferia, há viaturas que dão exclusividade a determinados estabelecimentos, fazendo ronda constante pelo local e ao final do “expediente” esses policiais ganham uma gratificação pelo serviço prestado. Isso, segundo o entrevistado, ganhou a denominação (no meio policial de rua) de “sub-área”.

Durante a entrevista, surgiu a expressão “cobaia”. Logo perguntei o que significava. Ele me disse que cobaia eram os policiais que estavam sob seu comando na viatura. Aliás, logo depois da entrevista, fiquei sabendo que os seus “cobaias” eram comandados duas vezes: ora na viatura e ora no bico.

Outra questão importante para mencionar neste “re-lato” foi o momento no qual o policial tirou sua arma da cintura e me mostrou. Nessa hora, achei interessante quando ele tirou o pente da pistola e me mostrou sua funcionalidade, visto que falávamos de tiros que foram efetuados por policiais do Ronda<sup>12</sup> dentro de viaturas. Logo depois deste “exibicionismo-intimidativo”, ele deixou sua pistola em cima da mesa, o que me deixou um pouco constrangido, porém tentei não demonstrar isto a ele.

**A quinta entrevista**, realizada no dia 04 de maio de 2009, foi marcada para onze horas da manhã de uma segunda-feira. Dessa vez, o local foi em frente a um estacionamento bancário, no bairro do Montese<sup>13</sup>, em Fortaleza, um dos locais onde o policial trabalha.

Ao chegar ao local indicado, encontrei o entrevistado usando farda, acompanhado de um parceiro. O cabo 2 foi muito receptivo e atencioso. Falei quais eram os objetivos da conversa e, logo em seguida, dei início à entrevista, visto que ele não fez objeções em relação ao uso do gravador.

O entrevistado falou-me de sua profissão, do trabalho cotidiano do policial e das redes de contatos que ele tinha feito devido ao fato de trabalhar no corredor bancário Parangaba-

---

<sup>12</sup> Programa de policiamento implantado no Ceará pelo governador Cid Gomes, cujo objetivo é fazer um trabalho de aproximação com a população.

<sup>13</sup> Bairro de classe média baixa e comércio popular.

Montese. Relatou-me ainda a relação do policial que atua nesse tipo de trabalho: “policiar os bancos” e as “pessoas-que-vão-ao-banco”.

Segundo o policial, ao trabalhar nos corredores bancários, o PM consegue estabelecer uma rede de contatos que servirá para futuros bicos na segurança privada. As relações de ajuda, postas no cotidiano do “PM de banco”, funcionam da seguinte maneira: o policial que faz a ronda no corredor bancário é uma espécie de prestador de serviços para os gerentes dos bancos, construindo-se uma relação de troca entre estes, tecida na lógica do “me ajuda que eu te ajudo”. Os gerentes possuem o celular dos policiais para, quando necessitarem de sua ajuda, chamá-los, por exemplo, para “acompanhar” (escortar) um cliente que sacou uma grande quantia de dinheiro, ou para fazer uma averiguação sobre um suspeito que se encontra nas proximidades do banco. É nessa rede de sociabilidades, nascida no trabalho cotidiano que ocorrem os contatos para a realização de bicos: *“ao acompanhar um cliente aqui, outro ali, ganha-se uma ‘ponta’ [cem reais], troca-se celulares, dispõe-se a prestar outros serviços”*. Isso favorece ao PM fazer segurança particular, escortar clientes em bancos e em festas no interior.

Quanto às percepções do lugar, a movimentação de transeuntes entrando e saindo do estabelecimento era grande. Moto-taxistas, flanelinhas e pessoas paradas próximo nos olhavam e pareciam curiosas, quiçá devido ao uso do gravador ou por eu estar conversando com um PM em serviço.

Outro fato importante foi a presença de dois carros-fortes. O primeiro já se encontrava quando comecei a entrevista. Tudo correu normalmente, porém notei uma atenção maior dos dois PMs em relação ao fluxo de pessoas no local. O segundo carro-forte chegou no meio do diálogo. Nesse momento, o PM parceiro do cabo 2 se afastou um pouco de onde nós conversávamos, colocou óculos escuros no rosto e se pôs em posição de vigilância. O entrevistado permaneceu em seu lugar, mas notei uma maior atenção em relação aos transeuntes. Quanto a mim, fiquei um pouco apreensivo, pois estava em situação de perigo na companhia dos PMs, principal alvo em ação de roubo a carro-forte.



A **sexta entrevista**<sup>14</sup> foi marcada para a parte da manhã, uma vez que o policial só estava disponível nesse horário. Fui ao encontro dele em seu local de trabalho: a diretoria de finanças do 5º batalhão da PM. Chegando ao local, fui recebido pelo entrevistado e convidado a sentar em uma cadeira que é utilizada para atender as pessoas que o procuram. O policial, que denominarei aqui de capitão 1, é um oficial com 14 anos de serviços prestados à Polícia Militar cearense. Tem duas graduações (psicólogo e Curso de Formação de Oficiais da PMCE) e está concluindo a terceira: bacharelado em Direito. Trata-se de uma pessoa que tem facilidade de se expressar, ou seja, articular bem sua fala durante a entrevista.

Com a farda de oficial da polícia, o capitão 1 ostentava insígnias que representam atos heróicos e de bravura adquirida devido à coragem e à presteza no cumprimento de funções policiais. No seu peito direito, três medalhas poderiam ser vistas vários metros de distância. No peito esquerdo, apenas uma marcava o coração do policial. Outro elemento que me chamou a atenção foi o relógio, a aliança e a pulseira de ouro reluzente, que brilhavam com os movimentos do braço.

Uma das características mais impressionantes que percebi durante a entrevista foi a forma como o entrevistado se articulou para falar e discorrer sobre as perguntas. Seu discurso espontâneo e sua maneira de falar combinavam com sua simplicidade ao responder minhas indagações. Suas respostas pareciam sair naturalmente, revelando um entendimento aprofundado do assunto sobre o qual prestava esclarecimentos.

Durante toda a entrevista, a conversa fluiu normalmente. Depois de mais de uma hora, desliguei os gravadores e agradei pelas informações. Depois disto, o oficial começou a me perguntar por que as perguntas se centraram sobre o bico de policiais na segurança privada. Respondi-lhe que fazia parte da pesquisa que desenvolvo no curso de mestrado em Sociologia da UFC.

Após alguns segundos de silêncio, o entrevistado relatou-me que prestava serviço para várias empresas do entretenimento de Fortaleza. Ao falar de sua atividade paralela, o oficial expressava satisfação no prestar esse tipo de serviço. Ele disse ainda que já foi chamado pelo Comando da PM para falar sobre essas atividades e disse ao comandante que seus serviços de

---

<sup>14</sup> Entrevista realizada no dia 23 de julho de 2009.

segurança prestavam um favor à sociedade, uma vez que possibilita aos PMs ter uma renda a mais e, ao mesmo tempo, ajudá-los a sair do alcoolismo e das drogas.

Segundo o PM, o “esquema” funciona da seguinte maneira: os empresários ligam para ele e pedem um PM para fazer sua segurança durante à noite ou a do seu filho quando este deseja ir para uma festa movimentada como o Fortal<sup>15</sup>, por exemplo. Outro ponto interessante abordado pelo oficial foi que “*sempre chega PM e senta na cadeira que você estava sentado e pede uma ajuda*”, ou seja, pede que o oficial consiga um bico de segurança para ele. Por fim, o PM disse também que faz toda a estratégia de segurança do Fortal, colocando policiais de folga para fazer a segurança dos camarotes, dos trios e dos empresários. Informou ainda que é conhecido em Fortaleza por prestar segurança para empresários do ramo do entretenimento.

O mais interessante que acontece no campo são as impressões captadas que permitem ao pesquisador trabalhar todos os recursos disponíveis, tais como o ouvir, o olhar, o sentir e o tocar. As impressões que temos como pesquisador e também como pessoa comum são imprescindíveis e essenciais para se fazer uma boa pesquisa de campo. Chamo atenção para este ponto porque ao fazer minhas entrevistas, pude captar, através da fala, do olhar e dos gestos corporais de meus informantes, pequenas sutilezas que me auxiliaram durante a conversa muito e me ajudaram durante a escrita do texto.

Ao pesquisar um tema difícil, o pesquisador encontra-se em situações nas quais necessita de jogo de cintura para conseguir que seus informantes respondam a suas perguntas de forma clara. Para mim, estudar bicos de policiais militares na segurança privada foi uma experiência impar, porque me colocou em um mundo e em uma cultura diferente da minha como morador de Fortaleza.

---

<sup>15</sup> Fortal é um evento que existe na agenda cultural de Fortaleza por ser um carnaval fora de época e movimentar segmentos do entretenimento, comércio, turismo e outros. Ele é realizado no mês de julho de cada ano e conta com grandes estruturas como camarotes, trios elétricos e um espaço físico que comporta milhares de pessoas.

\*\*\*

**O primeiro capítulo** faz um panorama da atividade policial na segurança privada em Fortaleza, levando em conta as configurações e as engrenagens sociais do bico na cidade. Exponho, em um primeiro momento, as formas e os tipos de segurança privada realizados por PMs: a segurança de VIP ou segurança particular – atividade de grande rentabilidade, segurança de estabelecimentos comerciais – em casas de *show*, restaurantes e comércios em geral; e o bico velado – conhecido na cultura policial de “sub-área”. Em outro momento, dediquei-me a analisar quem são os policiais que fazem bico em Fortaleza e os dividi em duas categorias – praças e oficiais. Por fim, aponte as características dos atravessadores ou mercadores do bico na cidade – aqueles que formam grupos e vendem segurança para os empresários e comerciantes.

**O segundo capítulo** versará sobre uma possível teoria do bico engendrada pela cultura policial, pelo cotidiano do trabalho policial e pelo poder discricionário. Com isso, trago para a discussão o porte legal do uso da arma por policiais e o poder simbólico que ele acarreta. Realço o debate com os elementos da cultura de rua que o PM adquire no dia a dia de sua função ostensiva, um saber que garante sua passagem para o mundo do bico.

**No terceiro capítulo**, trago para o debate algumas questões pertinentes à violência urbana e à criminalidade violenta. A expansão do mercado de segurança privada entra no debate, juntamente com a relação direta entre aumento da violência urbana e mercado de segurança privada. As fortificações da cidade retratam um padrão novo de sociabilidade, cuja engenharia social é pautada pelos sentimentos de medo e insegurança nos grandes centros urbanos brasileiro. Os enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000) e a cultura do medo favorecem a participação de PMs no mercado de segurança legal e ilegal, visto que a criminalidade violenta parece ditar regras para todos.

**No quarto capítulo**, trato das implicações do bico para a segurança pública e privada, tomando Fortaleza como lócus de análise. O bico como mercadoria política que transita pelo legal e ilegal, a justificativa moral e a precariedade do trabalho policial são debatidos nesse capítulo, levando-se em conta os apontamentos dos sujeitos da pesquisa. Outro ponto colocado aqui é a análise dos códigos disciplinar e de ética da Polícia Militar do Ceará, do

estatuto dos servidores estaduais militares, das leis, portarias e decretos sancionados pelo governador do estado. Outro elemento importante nesse último capítulo foi a análise da escala de serviço dos policiais militares do Ceará, que vem passando por constantes modificações, o que interfere na atividade policial na segurança privada.

**Nas considerações finais**, faço uma discussão geral sobre a polícia, sua função e relação com a atividade de segurança privada. Em face disso, saliento que a arquitetura social do bico em Fortaleza se expressa de forma visível, uma vez que alcança quase todos os setores da sociedade e todos os graus hierárquicos da Polícia Militar do Estado. Na cultura policial, o bico está fortemente presente, permeando toda a atividade policial. Saliento ainda o fato de que o bico é conhecido e reconhecido pelas autoridades do estado do Ceará.

## CAPÍTULO I – PANORAMA DO BICO NA SEGURANÇA PRIVADA EM FORTALEZA

### 1.1 – As configurações do bico no município de Fortaleza

O trabalho de policiais militares na segurança privada em Fortaleza é um fenômeno largamente difundido dentro da própria instituição policial. Suas implicações na dinâmica da segurança acarretam mudanças, re-modelam comportamentos e criam novas formas de sociabilidades<sup>16</sup> tecidas pela lógica da compra de um serviço que deveria ser oferecido pelos órgãos de segurança pública de forma gratuita.

A atividade de policiais militares na segurança privada na cidade de Fortaleza engloba fatores sociais, econômicos e culturais que codificam o trabalho do PM. Esse tipo de atividade já se encontra arraigado às raízes sócio-culturais de nossa formação militar, ora como *modus sobrevivendis*, ora como *modus operandis*. Só para lançar uma estimativa: de acordo com a ASPRAMECE, mais de 70% dos policiais militares do Ceará possuem atividade extra.

Em Fortaleza, o quadro parece confirmar essa estimativa. Um grande percentual de PMs da cidade realiza atividades extra. Optei por trabalhar com análise qualitativa, visto que não existem dados quantitativos que possam precisar o percentual exato desses profissionais que praticam outra atividade remunerada, seja na segurança privada ou não.

Lanço para a discussão elementos que me possibilitam configurar o bico em Fortaleza. Para isso, evoco as considerações que meus informantes lançaram:

Antigamente, os policiais faziam bico em festas, em clubes, pra completar o salário e, hoje em dia, a segurança particular, pessoal, escolta. [...] Tá em todas as áreas: é na Aldeota para os barões, acompanhando. Os grandes centros comerciais, fazendo na porta de entrada, [excet] nos bairros, nos grandes mercadinhos, na Pedro Pereira. (Entrevista 01: soldado 01).

---

<sup>16</sup> De acordo com Santos (1999, p. 21), a violência, a insegurança e o medo criam novas formas de sociabilidades nas quais o indivíduo se encontra inserido em uma nova dinâmica. “As relações de sociabilidade passam por uma nova mutação, mediante processos simultâneos de integração comunitária e de fragmentação social, de massificação e de individualização, de ocidentalização e de desterritorialização”.

Rapaz, a periferia são mais os mercantis, os mercadinho, é confecção. Periferia é assim. Restaurantes, na Aldeota, são também restaurantes, mas é restaurante e agora tá surgindo um bico: os condomínios, porque têm as saidinhas, porque os caras saem nos carros, o cara escora ... Então agora os condôminos tão contratando policiais pra ficar ali. [...] O da Aldeota é mais empresário. Aí é normalmente é o mesmo tanto: 50, 60 reais (Entrevista 04: cabo 01).

O bico de PMs em Fortaleza não se apresenta de forma estruturada e fechada. Nos quatros cantos da cidade, podem-se encontrar policiais vendendo sua folga por um “punhado de dinheiro”, ora para empresários, ora para pequenos comerciantes sedentos por mais segurança e, dessa forma, privando-se de um direito como cidadão.

Quero salientar que o bico possui características próprias e variáveis endógenas que são produtoras de particularidades. A cidade e suas tramas modelam e re-modelam a dinâmica do bico, inscrevendo-o na ordem social vigente. Para perceber ou minimamente conhecer essa atividade, é preciso etnografar a cidade e seus lugares, andar e caminhar pelas ruas, *shoppings*, abastecer nos postos de gasolina, almoçar ou jantar nos restaurantes, sentar-se à beira do mar e tomar uma água de coco nas barracas de praia, ir aos grandes espetáculos de nossa terra - Fortal e outros carnavais fora de época, Ceará Music e casas de *shows* (Forró) -, ir às agências bancárias, aos supermercados e aos salões de beleza. Por fim, é possível perceber que existe “um infindável rol de lugares e situações nos quais vigilantes, vigias, ‘observadores preventivos’, ‘fiscais de salão’, ‘apoio’, ou seguranças vão estar lá” (CORTES, 2005, p. 09). Nas palavras do presidente da ASPRAMECE:

Eu vejo os colegas fazerem segurança privada, não com muita frequência, porque quase eu não ando onde eles fazem segurança, porque, assim, a grande maioria se dedica à segurança de salão, de festas, né, esses clubes aí de forró, essas coisas toda aí e uma pouca parcela tão voltada aos grandes supermercados, redes de supermercados. É impressionante como é que um empresário consegue ser tão mesquinho assim ao ponto de deixar de contratar uma empresa (Entrevista como o presidente da ASPRAMECE).

Em face disso, a configuração do bico em Fortaleza ganha contornos mais nítidos quando se divide e se categoriza os tipos de atividades extra exercidos por PMs na segurança privada. Sendo assim, é possível encontrar várias formas de “se fazer bico” na segurança privada: “segurança de vip”, segurança de estabelecimentos comerciais (postos de gasolinas, lojas de roupas, salões de beleza, restaurantes, bares e casas de *show*) e, por fim, a “Sub-área”.

### 1.1.1 – O bico na segurança de VIP: rentabilidade e treinamentos

Continuando a discussão sobre a configuração do bico de PMs na segurança privada na cidade de Fortaleza, trago agora, com mais detalhes, os desdobramentos dessa atividade que se torna específica e peculiar ao nosso modo de vida urbano.

Uma das variáveis mais conhecidas do bico policial é o trabalho de segurança particular de uma pessoa, ou o chamado “guarda-costas”. Na cultura policial, essa atividade extra é mais conhecida como segurança de vip, ou seja, de pessoas importantes e influentes na política ou na economia local. Empresários, políticos e autoridades em geral utilizam os serviços de guarda-costas policiais, uma vez que essa atividade exige um alto grau de aprimoramento das técnicas de defesa e de ação, visto que lida diretamente com a vida de outrem<sup>17</sup>. Nas palavras de um policial: *“você dá segurança e ele lhe dá segurança. Ele prefere botar policial porque ele sabe que o policial é capaz de dar a vida por aquele cara. Chegar junto, porque se acontecer alguma coisa com ele, ele responde, entendeu?”*<sup>18</sup>.

Esse tipo de bico é considerado extremamente rentável para os policiais devido aos melhores pagamentos por hora trabalhada na atividade. Muitos policiais ganham mais no bico de vip do que na polícia e, geralmente, possuem melhores condições de trabalho. Nesse sentido, o policial que se insere nessa atividade precisa não só ser bastante competente como profissional de segurança, como ter qualidades pessoais:

O empresário, ele visa boa apresentação. Ele não quer um cara burro. [...] O policial tem que andar sempre de barbinha feita, cabelo curto, bonito e não ser gordo e mostrar agilidade e competência no que ele faz. [...] Ele [o contratante] não quer qualquer policial, ele não quer policial aposentado, gordo, pesadão, lesado, assim, tal. Ele quer um cara ativo: pois não, senhor. Ele quer um cara educado: pois não, doutor, bom dia, posso ajudar o senhor?. Tá entendendo? Ele quer um cara esperto, que ele sente: policial, faz um favor pra mim: vai lá no *Shopping Benfica*, na loja tal, e traz isso aqui pra mim. Ih, doutor, onde fica o *Shopping Benfica*?. Ele não quer um lesado, ele quer um participante, ativo (Entrevista 01: soldado 01).

<sup>17</sup> Vale ressaltar que existem duas modalidades de segurança de autoridades: uma formal e a outra informal. Na formal, os policiais realizam um curso de segurança de autoridades oferecido pela Polícia Militar do Ceará, a fim de treinar esses agentes que irão fazer a segurança das autoridades do Estado. A modalidade informal se enquadra na ótica do bico, uma vez que os policiais são contratados pelas próprias autoridades para fazer sua segurança de maneira informal.

<sup>18</sup> Entrevista número 04: Cabo 1.

Os contratantes são exigentes no que diz respeito ao processo de escolha para compor sua guarda particular. Os melhores dos melhores são os priorizados para essa atividade. Em Fortaleza, grupos de policiais militares são formados (por policiais – praças ou oficiais) no intuito de assessorar e prestar serviço a esses tipos de clientes que “pagam bem e melhor que a Polícia”. Em face disso, o policial tem que ser o melhor e o mais preparado para “cuidar” da segurança do cliente e de sua família. Na verdade, eles devem estar cientes de sua autoridade como homens da “lei e da ordem”, portadores do uso legal e legitimado da força, mesmo que seja para fins particulares.

O policial militar carrega consigo as insígnias do poder, pois ele representa o Estado, detentor do monopólio legítimo do uso da força (WEBER, 2004). Nesse caso, o uso da violência pelo Estado está vinculado a um aparato legal: o direito. “O poder estatal é um poder absoluto porque emerge como o único capaz de produzir o direito, vale dizer, produzir normas vinculatórias válidas para todos os membros de uma sociedade” (ADORNO, 2002a, p.07).

A expropriação e o uso da força por grupos privados se encontram terminantemente proibidos nas sociedades modernas ou são devidamente concedidos pelo Estado sob permissão restrita. No caso dos PMs que vendem segurança para fins particulares, a questão ganha mais aprofundamento, visto que está colocando a força do Estado para fins privados, ou seja, utiliza-se todo o aparato legal para uso particular. Nesse sentido, quais os motivos de se contratar PMs para fazer segurança privada? A autoridade que é concedida ao policial militar surge como um dos fatores preponderantes para sua contratação para a “segurança de vip”, visto que: [...] a construção diária da autoridade policial [é] respaldada pelo recurso legal e legítimo do uso e da ameaça de emprego da força, [e] não se restringe ao aprendizado de todos os insumos doutrinários e técnicos que embasam o seu exercício (MUNIZ, 1999, p. 196).

Em Fortaleza, a presença de policiais militares na “segurança vip” é bastante notória, tendo em vista que os contratantes muitas vezes preferem um policial militar<sup>19</sup> os protegendo a uma empresa de segurança: *“Eu vou contratar um policial militar que pode andar armado*

---

<sup>19</sup> O Policial Militar é mais requisitado para a atividade de segurança privada, segundo os relatos dos informantes, devido ao fato de possuírem o porte de arma e serem treinados a partir dos preceitos da hierarquia e disciplina militar. Ou seja, o PM é mais obediente e dedicado ao patrão do que o policial civil.



*24 horas, pode viajar comigo, se precisar, se tiver um carro me seguindo ele liga, pede pra consultar a placa... Pra quê que ele vai contratar uma empresa privada?”<sup>20</sup>.*

Para ser segurança de vip, o PM precisa, além dessas ferramentas, ser um estrategista, um especialista em rua, ter um olhar treinado para sempre exercer uma pedagogia da suspeita, ou seja, o PM deve ser preparado para sempre visualizar o perigo iminente, a ameaça à ordem pública. Com isso,

É importante ressaltar que a gramática da ameaça exponencia as potencialidades do perigo intrínseco às atividades policiais, sobretudo porque também multiplica o leque de atores sociais que, pela sua própria existência singular no cenário urbano, supostamente atentariam contra a “boa ordem pública” (MUNIZ, 1999 p. 223).

O PM que faz a segurança de vip recebe treinamento constantemente oferecido pelo patrão, seja para manuseio de armas de fogo, defesa pessoal, artes marciais ou mesmo curso de etiqueta para circular nos locais onde o patrão frequenta. Na verdade, os PMs que participam desse tipo de atividade, de certa forma, dominam os códigos de conduta e moral estabelecidos pela dinâmica do “bico de vip”, devido ao fato de já estarem há muito tempo nesse ramo, serem homem-de-confiança do patrão ou indicado por outros policiais.

No mundo do bico há regras estabelecidas tacitamente e outras que são condicionadas ao cotidiano do patrão. Nesse sentido, o PM da segurança vip é aquele que faz todo tipo de serviço ordenado pelo chefe: motorista do patrão, da mulher do patrão e dos filhos, babá, *office boy* etc. Sobre isso um informante salientou que:

Você trabalha de segurança particular, você é babá, você é motorista, você escuta choro. Apenas você leva carão porque às vezes o cara discute com a mulher durante a noite, desconta no segurança. Você passa a fazer parte daquilo ali, você tá direto ali. No caso de segurança pessoal particular, você vive a vida de outra pessoa, você praticamente é a segunda pessoa que ele vê durante o dia, porque [a primeira] é a mulher dele, você tá ali direto com o cara. (Entrevista 01: soldado 01).

Essas peculiaridades do trabalho policial na segurança privada apontam elementos que expressam a constituição de relações de poder entre patrão e empregado e, ao mesmo tempo, retratam relações de intimidade pautadas no cotidiano desses indivíduos. Esse cotidiano imprevisível, carregado de momentos inesperados, motiva o trabalho desses PMs devido ao fato

---

<sup>20</sup> Entrevista número 01: soldado 01.

de que sempre estão preparados para a ação, para defender a vida do outro, daquele que garante um sustento a mais no fim do mês.

Para aqueles PMs que se encontram no mundo do bico em condições melhores do que outros, porque estão fazendo a segurança de um grande empresário ou de uma autoridade local e estão “faturando bem”, o trabalho extra *“é um paraíso,[pois] aqui toma conta só do prédio, vai escoltar o homem em casa. De vez enquanto ele vai pra um canto, tem um carro pra gente ir com ele”*<sup>21</sup>.

No universo do bico na segurança privada, a segurança de vip ganha outros contornos subjacentes entre patrão-empregado, uma vez que os limites empregatícios desse tipo de atividade possibilitam contratação por períodos que duram dias ou semanas. Nesse caso, o PM fica a serviço de empresários por tempo integral, ou melhor, fica com dedicação exclusiva ao patrão, e não à Polícia. Nos casos em que isso ocorre, os vips contratam policiais para fazer segurança em viagens e eventos no interior do estado. Normalmente, é contratada uma equipe de policiais para prestar esse tipo de serviço, que perdura dias ou semanas. Vale ressaltar que a maioria dos policiais que faz esse tipo de bico está licenciada do serviço ou consegue burlar ou trocar com outro policial a escala de trabalho na PM.

### **1.1.2 – O Bico em estabelecimentos comerciais**

O leque de possibilidades de trabalho para PMs na segurança privada em Fortaleza é bastante grande. Com isso, se torna fácil perceber a presença destes em locais privados, vigiando indivíduos suspeitos, protegendo o patrimônio material e até mesmo mantendo a lei e a ordem em espaços privados.

O mundo da segurança privada converte a ordem pública em ordem privada ao utilizar agentes públicos para policiar bens privados. Isso acontece quando determinados estabelecimentos comerciais contratam PMs para fazer a segurança de seus espaços e de seus bens materiais. Em Fortaleza, esse tipo de atividade é tão maleável quanto sedutora, visto que

---

<sup>21</sup> Entrevista número 04: Cabo 01.

garante renda extra, contatos para outros serviços e reafirma simbolicamente os adereços que os policiais possuem para enfrentar a criminalidade.

Esse tipo de atividade se torna visível em determinados bairros da cidade, ora por comportar número expressivo de estabelecimentos comerciais, ora pelo aumento dos índices de violência na redondeza. Em virtude disso, essa atividade, dentro do leque de opção no mundo do bico, é uma das mais expressivas, já que existem vários setores do comércio que se utilizam dessa prática. Postos de combustíveis, clínicas médicas, salões de beleza, restaurantes e casas de *shows* são os maiores “empregadores” de “seguranças-policiais”, tendo em vista que esses estabelecimentos são alvos de assaltos e furtos frequentemente.

Comumente, em postos de gasolina, o PM exerce a função de vigia patrimonial. Esse setor é um dos mais estressantes, visto que o policial deve ser um homem preparado para prever e se adiantar às ações de furto, roubo e interferência na ordem pública-privada. O PM, geralmente sem farda, trabalha em torno de oito horas nesses estabelecimentos de forma, muitas vezes, precária, como salienta um entrevistado:

A segurança privada que eu vejo às vezes, por acidente, os colegas fazerem, meu Deus! Não passa de vigias de estabelecimentos, vigia sem condição, em pé o dia todo, no sol e na chuva, às vezes oferecem uma cadeirinha debaixo de um pé de planta, um negócio totalmente insalubre e tudo mais<sup>22</sup>.

As outras atividades que têm as mesmas características dessas são as que estão estritamente relacionadas à vigilância patrimonial. Um dos pontos semelhantes dessa atividade de bico é a vigilância do estabelecimento e a segurança de seus clientes. O PM trabalha geralmente à paisana, porém armado. Estabelece pontos estratégicos de vigilância nos arredores dos estabelecimentos para vigiar atitudes suspeitas. No caso de Fortaleza, consegui enumerar seis tipos de estabelecimentos que utilizam PMs para segurança privada: salões de beleza, clínicas médicas, restaurantes, bares, barracas de praia e supermercados e bancos.

Ressalto que, mesmo possuindo características comuns, o bico de segurança nesses estabelecimentos assume regras próprias, dinâmicas pré-estabelecidas pela lógica do cotidiano. Para cada comércio existe um tipo de cliente e, nesse sentido, o PM tem que se

---

<sup>22</sup> Entrevista com o Presidente da ASPRAMECE.

adequar às normatividades dessa atividade como, por exemplo, o trabalho de segurança em restaurantes, que demanda um tipo de comportamento mais refinado, indumentárias mais sofisticadas, postura mais elegante e, ao mesmo tempo, o PM deve fazer o possível para que sua presença nesse local seja minimamente visível.

O mundo do bico solicita de seus atores, os policiais militares, um esforço extremamente grande de apreensão da realidade, pois, seja em postos de gasolina, supermercados, restaurantes, barracas de praia ou casas de *show*, eles devem prestar um serviço de qualidade. Em face disso, é importante ressaltar que o policial que presta esse tipo de serviço carrega consigo anos de experiência na polícia e no bico, que favorecem a constituição e acúmulo de conhecimento. Barros (2005, p. 90) argumenta que, nesse caso:

O acúmulo de conhecimento no local de trabalho fornece aos atores novas formas de transformar, manipular e sujeitar as condições de trabalho ao seu favor. Essas transformações são produzidas nas relações sociais no local de trabalho e permite aos atores acumularem novos conhecimentos, oriundos da incorporação das informações provenientes de outras gerações ou apreendidas nas próprias atividades cotidianas.

Além de acumular conhecimento, a atividade paralela na segurança privada garante influência, circulação nos meios elitizados e reconhecimento por parte tanto da sociedade como dos próprios policiais. Falo isso porque tratarei do bico em barracas de praia e em casas de *show* a seguir.

Se um dia você for à Praia do Futuro<sup>23</sup> e se deparar com seguranças na barraca de praia escolhida, certamente estranhará algo diferente, pois, geralmente, são policiais contratados para assegurar “tranquilidade” para os banhistas e clientes de seu estabelecimento. Comumente, sua função é vigiar os espaços, os clientes e garantir proteção para os caixas, porém também são acionados para revistar e guardar armas de fogo de outros policiais de folga. Normalmente, isso acontece em barracas de praia que utilizam áreas privadas para clientes. Nesse caso, existe revista na entrada do estabelecimento e, quando o segurança-policial encontra alguém armado, pede para se identificar se é autoridade (policial ou não). Caso isso aconteça, o PM pede para recolher e colocar a arma em local seguro.

---

<sup>23</sup> Uma das praias mais frequentadas por turistas e moradores locais na cidade de Fortaleza.

O bico em festas, ou melhor, em casas de *show* em Fortaleza, conta com um elevado número de participação de PMs na segurança. As casas voltadas para a indústria do forró são as que mais usufruem dessa prática. Para a segurança do evento, os policiais são colocados em pontos estratégicos que permitem mantê-los atentos a qualquer ocorrência anormal e a qualquer tentativa de assalto. No caso de brigas, os vigilantes dos estabelecimentos resolvem, pois:

Geralmente a polícia militar [no bico] não tá pra isso. O pessoal da privada tá mais pra isso, pra intervir em briga. A gente tá mais pra uma segurança mais próxima à bilheteria, tá correndo muito dinheiro. [...] E as pessoas que a gente deve ter mais cuidado, geralmente, são os donos de banda, o dono da casa de *show*. Geralmente esse pessoal. Fora esse, a polícia não tá mais voltada, assim, pro público (Entrevista 02: soldado 02).

Nas festas e eventos, o PM exerce também a função de guarda-costas dos empresários e músicos, porém o ponto forte dessa atividade fica no setor de revista dos participantes. Em face disso, os policiais têm que se utilizar de estratégias de policiamento eficazes para garantir a manutenção da festa sem que ocorram imprevistos que interditem momentânea ou permanentemente o espetáculo.

Para isso, as estratégias são fundamentadas a partir da vivência policial, ou seja, o grupo que faz a segurança do local pratica os ensinamentos da cultura policial na atividade do bico. Outro ponto decisivo que facilita a contratação do PM para fazer a segurança de casas de Forró é o que os policiais chamam de “fator confiança”, que permeia toda a configuração do bico. Confiança por parte dos empresários, assim como por parte de outros policiais.

Nas casas de *shows*, normalmente os eventos de Forró são os mais divulgados e garantem um número expressivo de público. Dentre esse público heterogêneo, elenco um que merece destaque: o policial militar ou civil. Em muitas festas, a presença desses policiais é comum. Estão em horário de folga e de lazer. Querem adentrar o recinto portando suas armas e, muitas vezes, alcoolizados. Nas palavras de um informante:

Eu costumo até brincar que nas casas de forró a polícia só trabalha por causa da própria polícia, porque geralmente chega sempre um alcoolizado, né? Policial alcoolizado e, pra segurar um policial, só outro policial. Você não vai querer segurar um policial, ainda mais se ele tiver armado. [...] Geralmente, no começo da festa, quando tem aquele policial, ele quer entrar na “carteirada”, se ele tá armado, terá precaução de guardar a arma dele, se ele tiver armado: “não, tua arma vai ficar

guardada aqui dentro”. Já pra evitar alguma coisa lá dentro. É por isso que eu costumo dizer: a polícia só trabalha em festa por causa da polícia. Até porque o policial vai chegar armado numa festa, ele não vai ter consciência de se desarmar, ainda mais entregar a arma a um civil. Isso já aconteceu comigo, eu cheguei numa festa, não tinha nenhum policial trabalhando de segurança, e o cara queria minha arma porque queria, eu disse: “meu amigo, eu não entrego a minha arma nem pra minha mãe” (entrevista 02: Soldado 02).

Os policiais que atuam nesse tipo de bico estão preparados e treinados para agir quando for necessário. Suas contratações obedecem à lógica da necessidade de defender o patrimônio privado, de garantir a segurança para os clientes dos estabelecimentos e de praticar sempre a “pedagogia da suspeita”, pois:

Do ponto de vista pragmático da cultura policial das ruas, suspeitar consiste em “uma atitude saudável” de todo policial. Isso significa que, na ordem prática, os PMs da *blue line* necessitam desenvolver mapas do mundo social, de modo que eles possam identificar, monitorar e se antecipar à conduta potencialmente criminosa e desordeira dos atores que circulam nos mais diferentes contextos da vida urbana (MUNIZ, 1999, p. 218).

O PM que realiza segurança de estabelecimentos comerciais se encontra constantemente exposto a ações criminosas que podem, muitas vezes, macular a imagem da própria instituição policial, assim como trazer risco à sua vida, visto que *“você faz segurança em comércio, você fica um pouco exposto, por quê? Porque o delinquente olha, passa uma vez, passa duas, passa três, quando vê a mesma pessoa, ele avisa: ali é um segurança”*<sup>24</sup>.

Por outro lado, a exposição do PM no bico facilita, em muitos casos, a criação de redes de contatos, de relações de amizade, devido ao fato de que o policial está em contato direto com possíveis clientes que podem precisar de seus serviços de segurança. A esse respeito, remeto-me agora a uma forma velada de prestar apoio a determinados estabelecimentos comerciais em Fortaleza.

### **1.1.3 – O “bico velado”: “sub-área” e formas de sociabilidades no trabalho policial**

Em um determinado período de minha adolescência, tive que trabalhar em um pequeno comércio localizado em um bairro periférico de Fortaleza. Foi uma época em que

---

<sup>24</sup> Entrevista número 05: cabo 02.

pude participar dos jogos de relação e poder que se formam nesse tipo de atividade. Trabalhei em um pequeno comércio (mercadinho São Francisco) de propriedade de um irmão, realizando todo tipo de atividade, desde venda até compra de mercadorias para o abastecimento do estabelecimento.

É nesta última que vou me deter, visto que se desenrolará na questão da atividade policial. Lembro-me bem que as compras de mercadorias eram feitas em um estabelecimento que distribuía para todos os pequenos comércios do bairro devido à prática de preços de atacado. Em três anos de minha vida, frequentava periodicamente esse supermercado e, geralmente, havia uma viatura da polícia militar rondando a área. Muitas vezes, os policiais desciam, entravam no estabelecimento, falavam com o dono e pegavam um lanche. Em finais de semana, principalmente no sábado, no começo da noite, presenciei, em muitos casos, policiais recebendo uma gorjeta por ter prestado apoio ao comércio, pois faziam a ronda ali de meia em meia hora durante o dia e a noite.

O que quero ilustrar com isso é que, durante o trabalho policial, existe uma forma velada de prestar serviços a determinados comerciantes que pagam para a “viatura” uma certa quantia, seja em dinheiro, almoço ou lanche. O interessante é que as apreensões do senso-comum, geralmente, servem como indicativos no que concerne a formulações de hipóteses para a pesquisa sociológica.

Partindo dessa perspectiva, exponho agora um tipo comum de bico que acontece nos bairros de Fortaleza, conhecido no “mundo da polícia” como “sub-área”. As sociabilidades construídas no cotidiano das ruas facilitam a prática dessa atividade por parte dos policiais, uma vez que estes se utilizam do poder-de-polícia, muitas vezes, para conseguir barganhar ou “vender proteção” aos comerciantes. De fato, quando os policiais já conseguiram articular-se com os comerciantes, nas palavras de um policial:

O cara tá fardado, dá uma voltinha. Isso é feito muito pelos oficiais: “sub-área”. “sub-área” eles pegam a viatura, aí, rapaz, dá uma voltinha aqui, aí passa, no meio do serviço. [...] Não, isso aí não é bico, não é serviço. Aí, pro cara passar mais lá, pra dar maior atenção ao comércio dele, aí o cara tem o telefone da viatura (Entrevista 04: cabo 01).

*“Quando você avistar policiais militares em uma viatura rondando um estabelecimento comercial, certamente estão fazendo sub-área”*<sup>25</sup>, isto é, estão concedendo maior atenção ao estabelecimento comercial a partir de constantes monitoramentos da área. Esse tipo de bico se diferencia dos demais porque, comumente, os comerciantes pagam os policiais com lanches, marmitas e “gorjetas” que são entregues durante o horário de serviço e ao final do expediente dos PMs. Na fala de um informante:

Quando você vê, geralmente, dois policiais dentro de uma viatura parado em frente algum estabelecimento comercial, alguém tá ganhando aí, o policial militar deve estar ganhando merenda, ganha um lanche, ganha um almoço, ganha uma janta ou ganha uma quantia financeira, e o próprio dono do estabelecimento comercial pela segurança que ele ganha (Entrevista 01: soldado 01).

A “sub-área” está inscrita na dinâmica do trabalho policial de rua, nas relações sociais estabelecidas no mundo da rua em que é possível perceber as manobras simbólicas feitas pelo PM para se garantir no exercício de sua função. Ela espelha-se em um submundo tecido pela lógica da troca de favores e pelo poder do dinheiro, reavivando relações clientelistas e patrimonialistas que facilitam o uso da máquina do Estado em favor de particulares.

Essa prática, ao ser velada, insere-se no trabalho cotidiano das ações policiais de patrulhamento das ruas, nas sociabilidades do fazer policial, visto que dar um lanche aqui e outro ali é, supostamente para o PM, seria um dever do cidadão, pois este está ganhando segurança com a presença de uma viatura em seu estabelecimento. Nesse sentido, existe uma incorporação das formas de sociabilidades tecidas na rua, na atividade policial, nas ações e na dedicação para realizar o patrulhamento.

Ao prestar serviço a determinados comerciantes, o PM cria mapas cognitivos, estratégias de patrulhamento que, muitas vezes, fogem às ordens do comando de policiamento. Na verdade, são construídas novas formas de mapear e patrulhar as ruas dos bairros e da cidade, uma vez que se deve atender a um comerciante no bairro x e a outro no bairro y em pouco menos de uma hora. Funciona dessa maneira:

Eles separam 10 pontos comerciais, digamos assim. Que eu procuro olhar na semana, dar uma passadinha aqui, que a gente se acerta aí. “Deixe o telefone de

---

<sup>25</sup> Retirado da fala de um informante que entrevistei. Soldado com 18 anos de prestação de serviço à Polícia Militar do Ceará.



vocês, qualquer coisa eu ligo, certo?”. Lógico que aquela pessoa que te procurou, não é que ele esteja te dando uma propina, nem é que ele esteja te comprando, mas tá agradando, infelizmente nosso mundo é capitalista. [...] Uma é essa maneira e a outra, “rapaz, faça o seguinte: fica chato porque a minha clientela é de alto nível, eu não queria policial fardado aqui... Porque vocês já trabalham aqui, vocês já sabem como é o movimento, vocês ficam trabalhando pra mim.” (Entrevista 01: soldado 01).

Nesse sentido, a “sub-área” constrói redes de relações tecidas pela óptica da cooperação entre o patrão e o empregado (o policial) e entre os próprios policiais. “Ajude-me que te ajudo” é a chave para barganhar uma vaga na segurança privada. Fazendo uma escolta de um cliente do banco, consegue-se um contato para “futuros trabalhos” e, assim, cria-se uma rede pautada por relações de clientelas.

Em Fortaleza, de acordo com um informante, esse tipo de atividade é bastante presente no cotidiano do trabalho policial. Seja em bairros periféricos, seja em corredores bancários, o PM normalmente constrói redes de sociabilidades que imprimem padrões de comprometimentos para com empresários, comerciantes, clientes de banco etc. As relações vão se estabelecendo ainda quando o PM “está de farda” ou de serviço, assegurando um comprometimento, pois:

Os PMs fazem uso das relações pessoais para conseguir um lanche e gastar menos dinheiro. As padarias e os bares são os lugares privilegiados de parada para lanche. [...] A farda transmite autoridade estatal. É bom para a padaria ou o bar ter os PMs por perto. “Fazer amizade” com os policiais não deixa de ser garantia para certos privilégios (BARROS, 2005, p. 152).

As relações estabelecidas no cotidiano do trabalho policial adquirem *status* de compromissos sérios e particulares que o PM honra toda vez que é solicitado pelo comerciante ou empresário. Todavia, ao honrar compromissos particulares, o policial subtrai os deveres de policiar as ruas, prestando assistência a qualquer cidadão indistintamente. Nesse sentido, a “Sub-área” modela e re-modela a atividade policial de rua, constrói redes de sociabilidades presas aos padrões de honra, compromisso, lealdade, amizade, vigentes na cultura brasileira. Recorrendo novamente a Barros (2005, p. 270),

Ficam claras nas atividades que os PMs exercem na segurança de padarias, bancas de jornal, postos de gasolinas, escolas, casas de amigos, igrejas, farmácias e lanchonetes. Na maioria das vezes, são nesses locais que estão a garantia não só do lanche, mas também da troca do pneu furado, da correia que arrebentou no motor ou

mesmo da limpeza da viatura. [...] Ao receberem a gentileza nos lugares mencionados, os PMs passaram a policiar diariamente esses locais. No intuito de agradecer a gentileza fornecida, como pagamento eles oferecem, pelo menos, a “sensação de segurança” e o afastamento e identificação dos possíveis delinquentes.

Na realidade, a “sub-área” cria, para o mundo policial, uma ordem social que assume os pressupostos contraditórios do dever da polícia como órgão estatal de manutenção da lei e da ordem. Fomenta o mercado clandestino de venda de segurança por policiais, transformando-os em vendedores e facilitadores de segurança. Nas palavras do vice-presidente da ACSCE:

Deixando bem claro que nós somos totalmente contrário quando o policial de serviço, na sua área, utiliza-se da própria viatura do seu horário de trabalho da sua farda pra de repente dar uma atenção especial a fulano ou a cicrano, porque é comerciante, vai me pagar por isso. Aí não, isso ai eu acho que deve constituir crime.

Na configuração do bico em Fortaleza, a “sub-área” aparece como uma prática bastante realizada pelos PMs e adquire uma função importante no que concerne à tênue fronteira entre o trabalho extra e o policiamento ostensivo, uma vez que se torna a porta de entrada para que o policial participe do mundo do bico.

## **1.2 - Quem são os PMs que fazem segurança privada em Fortaleza?**

A configuração do bico de policiais militares em Fortaleza revela-se, também, a partir da constituição dos agentes que realizam essa atividade. Esse mundo de regras endógenas estabelece padrões sociais pautados em gradientes de valores socialmente construídos. Para se trabalhar na segurança privada, o PM sustenta princípios éticos-morais que estão inscritos na cultura policial.

Para fazer parte desse rol de escolhidos, exige-se garra, experiência, saber-policial, treinamento e dedicação tanto na PM como na segurança privada. “Os melhores dos melhores” da polícia e do bico são os responsáveis pela dinâmica da atividade de segurança em Fortaleza, ora respaldando o trabalho policial de rua com prisões e ações ostensivas, ora

garantido a particulares conforto e segurança nos traslados da empresa para casa, da casa para o lazer.

Nesse sentido, o bico em Fortaleza respeita um padrão estético-moral relacionado à contratação dos policiais. O policial que realiza bico na segurança privada tem que ser bom nas duas atividades, tem que ser honesto, humilde, seguro. Aliás, tem que ser completo:

O policial que faz bico, que faz extra, ele é um bom policial, ele não falta serviços, ele não vive de atestados médicos, tá? Ele cumpre seu horário, sabe fazer o bico dele pra completar a renda. Ele não faz distorção com ninguém, ele não pega dinheiro de ninguém, por quê? Porque ele já tem o extra dele e ele quer manter aquele extra dele, complementar a renda dele. Então ele não faz nada errado que venha prejudicar ele, sabe? (Entrevista 03: soldado 03).

A partir disso, é plausível enumerar alguns elementos de valores que permeiam o mundo policial, tanto no bico como na atividade policial. Valores estes que estão em circulação nas falas, nos modos e nos comportamentos dos PMs que exercem duplamente a atividade de salvaguardar a ordem e a segurança da população.

Em face disso, o bico é justificado levando-se em conta algumas categorias morais que fazem parte do mundo policial. Em muitos casos, ser policial não basta para barganhar uma vaga na segurança privada, uma vez que é necessário fazer parte de uma rede de amizade, ser apadrinhado por oficiais e, ainda, ser policial famoso por carregar condutas moralmente relevantes para a atividade policial como respeito, honestidade, trabalho, força e disciplina.

Todavia, para melhorar essa explanação, opto por dividi-la em dois tópicos que retratam as formas e os tipos de policiais militares que fazem segurança privada. Em Fortaleza, é possível trabalhar com duas esferas da hierarquia da Polícia Militar: praças e oficiais.

Em toda a base da cadeia hierárquica e disciplinar de qualquer polícia militar brasileira, os praças são os legítimos representantes do trabalho de ponta, ou seja, do trabalho de rua, de policiamento ostensivo. Por outro lado, eles representam a parte com menos poder nos quadros normativos da Polícia, uma vez que se encontram na base da pirâmide militar.

As graduações hierárquicas de comando da Polícia Militar do Estado do Ceará podem ser representadas a partir de uma forma piramidal, como mostra a figura 01: Pirâmide de Hierarquia<sup>26</sup>:

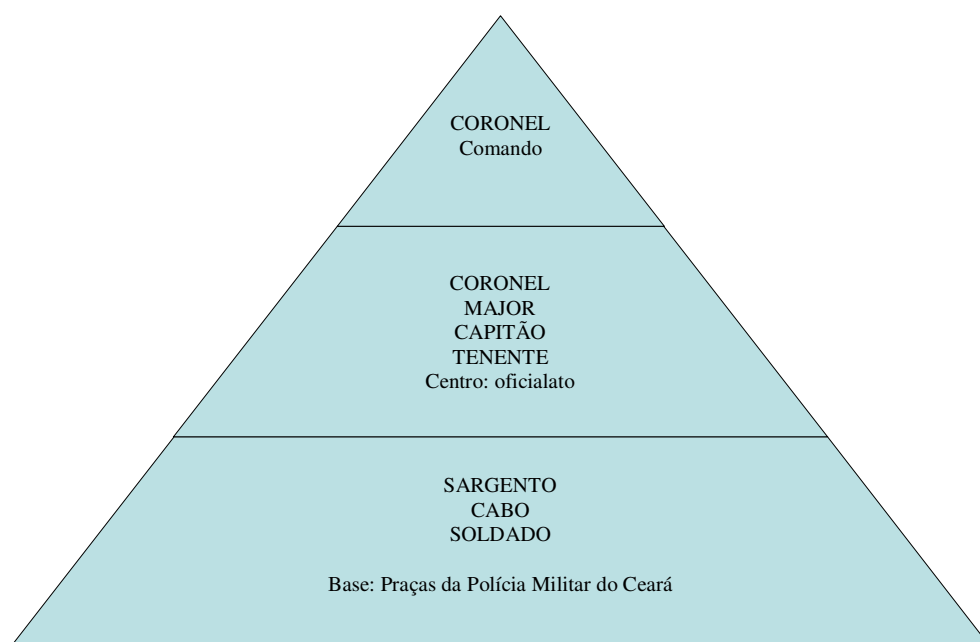


Figura 1: Pirâmide de Hierarquias.

Estando na base de uma pirâmide, os Praças representam três níveis de patentes no segmento policial. Aliás, são, em número, o maior efetivo da PM dentre as patentes. Em face disso, nessa hierarquia vertical, eles são os que recebem ordem de todo o oficialato, desde o tenente ao coronel.

Na cultura policial, a manutenção de uma hierarquia verticalizada é baseada na disciplina e no respeito. No entanto, de acordo com Muniz (1999, p. 124), “essa lógica propicia um excesso de verticalização pouco adequado às necessidades e dinâmicas de pronto-emprego que caracterizam as agências policiais”, ou melhor, muitas vezes, prejudica o trabalho policial de rua, visto que as ordens, quando chegam até os PMs da ponta, já estão descaracterizadas. Ilustrando, quando um tenente ou um capitão ordenam que um cabo ou

<sup>26</sup> Na Polícia Militar do Ceará não existem: os postos de Segundo-Tenente, a graduação de Segundo e Terceiro Sargento e o soldado de 2ª Classe, os quais existem nas forças armadas nacionais. Fonte: site da Polícia Militar

soldado realizem determinada atividade de policiamento (seja ordem verbal ou pelo rádio da polícia), em alguns casos o coronel ou o major impedem que aquela ordem seja executada, prejudicando o trabalho policial. Na verdade, os praças, de modo geral, estão:

Imersos em uma espécie de posição desvantajosa, tanto na caserna quanto nas ruas, [aliás], os policiais que fazem o patrulhamento, sempre que encontram uma oportunidade para falar do seu trabalho, reclamam da “incivilidade”, do “desrespeito”, do “excesso de liberdade” e da “falta de educação” dos cidadãos que parecem “nunca enxergar o lado do policial” (MUNIZ, 1999, p. 148).

Por outro lado, na rua ou no bico, os policiais que representam essa categoria são maioria expressiva. Os praças que estão no trabalho, “na ponta da linha”, parecem buscar o que precisam para que, no imaginário coletivo, possam ser respeitados, admirados e reconhecidos. O estar na atividade policial de rua ou no bico na segurança privada aparece com elemento dignificador da conduta do policial.

No bico, os praças são respeitados, quiçá admirados pelos patrões e, em muitos casos, pela sociedade. Não são fantoches de oficiais inexperientes, nem presos aos preceitos fomaís militar. São trabalhadores honestos que precisam ajudar a família, “levantar a casa”, pagar a escola, o lazer e um transporte digno para a família (um carro).

Sendo assim, quem são esses trabalhadores que exercem dupla jornada de serviço de segurança? Nos discursos de meus informantes:

Geralmente, o perfil do policial que faz bico, eu acho que é esse, pelo menos os que eu conheço: a maioria é casado, a maioria tem filhos, a maioria é honesto. Desconheço os que estão na área dos desonestos. Então, se você for analisar dessa forma aí que você tá fazendo essa entrevista, você vai ver que a maioria é casado, tem filho e tá ali pra dar um sustento melhor à família, uma condição melhor. Como eu falei pra você: um plano de saúde, um colégio particular, uma moradia melhor, conforto de um carro (Entrevista 02: soldado 02).

O cara que faz bico, ele não dá trabalho pro Estado, ele não dá trabalho, ele se relaciona bem com a família, porque ele usa aquele dinheiro para pagar um colégio, curtir a faculdade do filho, adquirir um bem melhor, tá entendendo? Ele só busca o melhor. A mente desocupada só pensa besteira. Se você ta com sua mente ocupada, voltada para o trabalho. Por quê que nós estamos num país de terceiro mundo? Porque nós não ocupamos a nossa mente, porque nós não ocupamos a nossa mente, nós não estudamos o nosso trabalho. O policial militar que se prepara, estuda e faz o bico, tenta aumentar sua renda, ele não dá dor de cabeça. Se você vê o índice de criminalidade dentro da polícia, os policiais que já cometeram crime, aparece na mídia, eles não fazem bico (Entrevista 01: soldado 01).

Acho que é melhor a policia tá fazendo bico do que fazendo desordem. É provado estatisticamente: todo policial que faz bico não responde processo, não falta no

serviço, trabalha direitinho, já se habituou e são honestos, entendeu? Porque tu fazendo bico, tu não vai receber toco pra se enrolar. Se perguntarem, se você fizer uma pesquisa nas companhias e perguntar os policiais que fazem bico, a maioria não dão trabalho, não faltam. Então. são uns caras, como eu posso dizer, não fica doente, tem uns cabra ativo entendeu? (Entrevista 04: cabo 01).

O bico obedece a uma lógica, um padrão de normatividade, fruto da dinâmica do cotidiano e relacionado a um tipo de agente policial: honesto, trabalhador, homem de confiança, disciplinado, estrategista, forte etc. Para concluir, o policial do bico é responsável, ainda, pela manutenção da ordem pública e privada. *“O cara que se propõe a fazer o bico, é porque ele gosta de trabalhar mesmo, não gosta de roubar, porque na policia você tem dois caras, pra fazer as duas coisas, ou você trabalha ou você rouba<sup>27</sup>”*.

Os policiais do bico são trabalhadores do dia e da noite, dos finais de semana e dos momentos de folga. Estão inseridos numa lógica perversa que produz e reproduz desejos e deveres relacionados com o senso de missão policial. Aliás, a lógica do bico transforma o dever policial em mercadoria e comércio. Um exemplo salutar são os Praças (policiais militares de baixa patente, soldado, cabo e sargento) que, geralmente, estão inseridos nesse meio como seguranças (de estabelecimentos ou de pessoas), ou seja, estão na parte inferior de uma “rede” que transforma sua força de trabalho em produto de venda (segurança). Em muitos casos, essa força de trabalho é usada de forma precária, em atividades de risco que representam elevados níveis de stress. As condições precárias do trabalho policial no bico da segurança são colocadas em segundo plano, dificilmente tratadas como prioridade, uma vez que os contratos de trabalho na segurança privada são realizados por meio, apenas, de acordos verbais<sup>28</sup>. Tal fato é reflexo de uma cultura baseada na ética do provedor, isto é, os laços culturais tendem a imprimir responsabilidades àqueles que provêm a família.

Os praças são os trabalhadores que ganham os menores salários da corporação militar<sup>29</sup> e, mesmo assim, são os responsáveis pelo policiamento ostensivo e de rua. Ao exercer atividade de segurança privada, eles agregam a si elementos simbólicos que os diferenciam dos demais PMs - tais como condutas e comportamento polidos face aos

<sup>27</sup> Entrevista número 02: soldado 02.

<sup>28</sup> O bico, na óptica do Direito Laboral, é analisado como forma de prestação de serviço plausível de créditos trabalhistas. Durão (2002, p. 06) afirma que o “atual direito do trabalho deve tutelar as relações empregatícias, garantindo os créditos trabalhistas oriundos dos conhecidos bicos praticados pelos Policiais Militares”.

<sup>29</sup> Veja tabela de remuneração na página 102-102.

superiores. Com isso, conseguem também adquirir bens materiais como carro, casa, moto, dentre outros.

Esses policiais também são alvejados pelos colegas de farda. Muitos são perseguidos e repreendidos pelos superiores e comandante, como salienta uma fala de um informante:

Às vezes ele é perseguido dentro da instituição porque ele tem um carro bom, ele vive folgado, não vive mendigando uma viagem pra [trabalhar] na SEFAZ, não vive pedindo pra antecipar as férias dele. Então causa inveja, causa discórdia. Dentro da pergunta que você me fez, o policial que trabalha na instituição, ele trabalha direito na instituição, porque ele sabe que precisa da instituição, precisa daquela escala (Entrevista 01: soldado 01).

Na visão dos informantes, a grande maioria dos policiais que realizam bico na segurança privada em Fortaleza se enquadra num padrão comportamental tecido por valores morais fortificantes da conduta militar, tais como respeito, honestidade, confiança, experiência, trabalho, disciplina.

Por fim, vale ressaltar que, em Fortaleza, os policiais que realizam bico na segurança privada estão divididos em prestadores de segurança (maioria praças) e consultores de segurança (maioria oficiais). Como informei em páginas anteriores, os praças estão na base tanto da segurança pública como na segurança privada. Os oficiais, de outro modo, estão gerenciando a segurança pública e, ao mesmo tempo, a privada.

### **1.2.1 – Bico de oficiais: comandando os comandados em uma dupla jornada**

A organização social do bico na segurança privada em Fortaleza se encontra dividida em duas esferas de atuação: uma realizada pelos praças e a outra pelos oficiais de várias patentes. Nessa perspectiva, falo agora do bico exercido por policiais militares de alta patente (os oficiais dos diversos níveis de graduação). O trabalho na segurança privada, feito por oficiais da PM, geralmente inclui a parte organizacional e operacional, ou seja, a coordenação e chefia de grupos de seguranças em casas de *shows*, empresas de segurança e grandes estabelecimentos comerciais da cidade. Contudo, vale ressaltar que existem PMs do oficialato que realizam os mesmos trabalhos de segurança que os praças.

Em Fortaleza, o bico na segurança privada para policiais, obedece a um conjunto de regras endógenas constituídas a partir de sua dinâmica, sendo possível perceber a presença de oficiais nas atividades de segurança privada tendo como chefes sargentos ou cabos. Nesse caso, a inversão da hierarquia entre praças e oficiais no bico é perceptível, uma vez que se encontram presentes, na ordem social do bico, direitos e deveres dos policiais para com aqueles que os contrataram ou os indicaram para a segurança privada.

Esses casos de inversão da hierarquia no mundo do bico ainda são incipientes no que concerne ao grosso da atividade. Esse fato se relaciona à produção cultural da cidade, que gira em torno de grandes eventos nos finais, e, às vezes, no meio de semana. Fortaleza, “terra da luz”, é também terra das festas e festivais que movimentam milhões e multidões, segurança pública e privada.

Espectáculos assegurados no calendário festivo da cidade, como o Fortal e o CearáMusic, desenvolvem e agitam o mercado informal de venda de segurança na cidade. É nesse ponto que entra o oficialato da PM do Ceará no mundo da segurança privada. Na verdade, ele é responsável, em muitos casos, pela cobertura logística da segurança desses eventos, diferenciando-se dos praças que fazem a segurança na ponta. De acordo com um informante:

Aquele que é PM, ele vai exercer aquela atividade de segurança. Se você tem um profissional que ele é Policial Militar, ele tem formação de comando, ele é um cara que tem cursos na área, é um cara especializado e tem condições de gerenciar, então, ele é acionado pra outro tipo de atividade. Pelo menos eu enxergo dessa forma. Eu não sei se funciona assim, mas a minha lógica é essa. Eu acredito que há uma diferenciação pela questão da formação profissional... Além da formação acadêmica, do conhecimento jurídico, porque o bacharel em segurança, ele é formado na questão jurídica. A carga horária, quase todas as cadeiras são voltadas à área do Direito. Não só ao Direito Penal, mas o Direito Civil, Direito Institucional (Entrevista 06: capitão 01).

No imaginário policial, os oficiais incorporam elementos simbólicos que os diferenciam dos demais. Insígnias, broches e medalhas ficam expostos nas vestes militares de forma preponderante e reluzente. Nas palavras de Muniz (1999, p. 101): [...] diferentemente daqueles que ingressaram como praças na organização e que trabalham nas ruas, os oficiais apresentam uma personalidade institucional melhor elaborada, reproduzindo de forma mais explícita e com maior convicção a desejada personalidade policial militar.



Exuberantes em seus uniformes, os oficiais se colocam, amiúde, como responsáveis pelo gerenciamento do bico em Fortaleza. Utilizando um termo cunhado por Lima (2007) em sua pesquisa sobre bico de PM no estado do Pará, os oficiais normalmente são os **donos dos bicos**<sup>30</sup> nesses grandes eventos em Fortaleza. *“Pra lhe dizer a verdade: a maioria dos bicos são de oficiais. Eles que botam a gente pra trabalhar. São os que perseguem a gente. [...] Fica comandando, fica recebendo. Cada homem daquele ali, ele ganha uma porcentagem em cima*<sup>31</sup>”. Aliás, dominam o cenário e os espaços onde são realizados os grandes eventos da cidade como donos dos bicos, às vezes como se fossem verdadeiros reis:

O coronel [X], ele é conhecido. Vamos dizer, assim, que ele seja o *rei dos bicos* aqui em Fortaleza. No caso dele, ele tem muita influência, tem muito bico aí. Ele tá até meio afastado aí. Ele tá, como a gente costuma dizer na polícia, em função... Ele é da polícia, é um cara muito boa pessoa de se trabalhar mesmo, ele é pelos praças, sabe? (Entrevista 02: soldado 02).

O gerenciamento logístico de segurança para os eventos festivos do calendário da capital cearense tangencia outras modalidades de festas presentes no cotidiano da cidade: as festas de forró nas grandes, médias e até pequenas casas de *show*. Nesse sentido, os lugares mais notórios onde se encontram oficiais da PM prestando serviço de segurança são esses.

Todavia, vale ressaltar que não existe um padrão de policiamento homogêneo no que diz respeito ao trabalho de gerenciamento da segurança dessas casas de *show*. O que esta pesquisa pôde constatar é que, para cada evento nesses estabelecimentos, constrói-se uma estratégia para garantir a segurança do local, seja com oficiais no comando ou com praças exercendo essa função.

Contudo, na maioria dos eventos em casas de forró são formadas equipes coordenadas por oficiais que fazem a segurança das bilheterias e dos artistas e ficam responsáveis pelo recolhimento de armas que, geralmente, policiais de folga levam para esse tipo de evento social. Na verdade, o esquema funciona semelhante ao que Lima (2007, p. 74) descreve a seguir:

<sup>30</sup> Lima (2007) demonstrou que, em Belém, a configuração do bico obedece a uma estrutura lógica na qual foi possível encontrar níveis diferenciados de trabalho na segurança privada exercidos por PMs: na ordem – 1º o dono do bico, 2º o gerente do bico, 3º o segurança. Ainda segundo o autor (p. 17): “O policial militar que consegue o serviço é o **dono do bico**, sendo o responsável por montar o esquema de segurança, mas para isso é necessário manter uma relação de confiança com o proprietário do estabelecimento privado para conseguir o serviço”.

<sup>31</sup> Entrevista número 03:(Soldado 03).

O policial militar que dispõe da confiança do proprietário do estabelecimento privado organiza o funcionamento do serviço; estipula as estratégias de segurança do local; negocia com o proprietário a forma de pagamento dos seguranças; seleciona a equipe de trabalho, sendo, portanto, o responsável pela organização da segurança do estabelecimento privado, é conhecido como o “dono do bico”.

No discurso dos informantes, o bico nas casas de *show* tem como responsável, comumente, um oficial:

Geralmente é um oficial [o] responsável. Ele chama, ele contrata. Por exemplo, assim: o dono da casa faz um contrato informal com ele, de boca: “tá aqui ó, tem pra você aqui dois mil reais, agora você bota a segurança aí”. Então pra ele, quanto mais... Uma questão de quantidade e qualidade, às vezes você tendo qualidade e não tendo quantidade é melhor tanto pra ele quanto pra casa, né? (Entrevista 02: soldado 02).

Existe os que trabalham no Clube do Vaqueiro, Parque do Vaqueiro, Forró do Sítio, Kangalha, o que é que ele faz lá? Chefia segurança, ele fica lá ... No policial porque não tá armado, recebe duzentos reais por festa, cinco festas no mês dão mil reais (Entrevista 01: soldado 01).

A lógica do bico nas casas de *show* geralmente obedece a essa mecânica. Ainda assim, os donos de bicos em Fortaleza se inserem em outras ramificações desse tipo de atividade, como é o caso da participação desses no corpo de diretores de empresas de segurança, de valores ou como sócios desses empreendimentos:

Todo mundo sabe que tem várias empresas de segurança aí que é de fachada, de mulher de policial, mas todo mundo sabe que é. Tem coronel que tem empresa de segurança, tem sargento que tem empresa de segurança. Vários, sem contar os clubes, as casas de forró que sempre quem faz a segurança é um policial (Entrevista 02: soldado 02).

Ao dominar o mercado de venda de segurança privada exercida por PMs, os oficiais exercem duplamente um poder sobre os praças, uma vez que os comandam na polícia e no bico. É importante ressaltar que essa estrutura, muitas vezes, é diluída pelo cotidiano do trabalho policial, que promove a formação de grupos e redes de venda de segurança por praças.

Aliás, o mundo do bico não está sujeitado a modelos sólidos, inflexíveis, ligados a padrões normativos vigentes. Ele tem, nas suas próprias engrenagens sociais, a força de se modificar de acordo com o cotidiano do trabalho policial. É nessa liquidez que o mundo do

bico ora liga o Policial Militar diretamente ao contratante, ora precisa de atravessadores ou “mercadores da segurança”.

### **1.3 – Os atravessadores do bico: a inserção do PM na segurança privada**

Em Fortaleza, para o PM entrar no mundo do bico, é preciso, além de ser um bom policial, estar inserido em redes de amizades e confiança, ou seja, manter-se articulado dentro da própria corporação em relação à possibilidade de conseguir uma atividade na segurança privada.

Para aqueles policiais que possuem mais de uma década de profissão, o bico é parte rotineira de suas vidas, visto que já estão consolidados em suas atividades de policiamento e também mantêm um ciclo de amizade profissional solidificado. Na contramão dessa tendência, os PMs que há pouco tempo se incorporaram à Instituição Policial geralmente entram para o mundo do bico a partir de convites esporádicos ou, na “precisão”, pedem serviço aos donos dos bicos:

Às vezes, assim, o pessoal ligava pra mim: “vamos fazer uma festa hoje à noite”. Aí eu ia, mas por questão de não ficar dentro de casa direto olhando para as paredes. Aquela coisa toda: “não, eu vou lá, lá eu converso, vejo os amigos e eu tô me distraíndo”, mas, pra mim, servia até como uma terapia, porque querendo ou não eu gosto de trabalhar na polícia (Entrevista 02: soldado 02).

Na realidade, a entrada no mundo do bico obedece a regras tácitas de sociabilidade vigentes na cultura policial. Nesse caso, o PM também está sujeito a essas diretrizes, uma vez que sua inserção no bico é condicionada a alguns atributos pessoais e profissionais ou, por outro lado, está ligada às relações de amizades e:

Numa loja de roupa, trabalhei mais de ano lá, através de um policial militar, amigo meu, que trabalhava pro namorado da dona da loja. Ela tava precisando de um segurança pra loja de roupa dela, aí ele falou comigo, perguntou se eu não queria ir lá. Ela queria uma pessoa de confiança. Eu fui falar, passei mais de ano lá (Entrevista 02: soldado 02).

Eu já te falei, eu tenho 2 filhos deficientes físico em cadeira de roda. Essa cadeira de roda, a polícia nunca me deu nenhum bombom, quem me deu foi um bico. Essa cadeira de roda, quando eu comprei, foi seiscentos reais. Eu comprei com um bico.

[...] Eu comecei, eu comecei com cobrança, eu agilizava processo assim, no fórum, cobrança. Eu tenho curso de Direito, [mas] não me formei (Entrevista 04: cabo 01).

Geralmente, a entrada do PM para o mundo do bico é feita pela mão de outro policial que já se encontra nesse ramo de atividade há algum tempo. Aliado a isso, um dos fatores preponderantes para a inserção do PM nesse meio é o que Cortes (2005) identificou como *justificativa moral*, pautada pela lógica do sustento familiar e pelo déficit salarial que a categoria enfrenta<sup>32</sup>.

Apelos emocionais, carregados de componentes morais, inserem cargas valorativas no trabalho de segurança privada devido ao fato de que os policiais estão imersos em categorias estruturais da cultura policial e do mundo social.

Com isso, ao atentar-se para os ciclos de relações pessoais constituídas no trabalho policial, o PM se encontra fortemente atado a compromissos com comerciantes e mesmo com outros policiais. Aliás, um dos meios de participar do mundo do bico é ser amigo de PMs influentes nessa atividade, pois comumente é na base da amizade que se consegue entrar nesse mundo:

A gente tem muito amigo que conhece as pessoas de boa índole, que conhece o trabalho da pessoa, o comportamento da polícia e procura a gente pra fazer o serviço. [...] Por amizade a gente vai... Às vezes outros colegas, às vezes mesmo os empresários que conhecem a gente e ligam pra gente. Todo dia, a gente tem contatos com essas pessoas. Tenho muito amigo, principalmente aqui no banco, que a gente trabalha no corredor bancário... Tem que tá muito atento no corredor bancário (Entrevista 05: cabo 02).

Em face disso, posso salientar que a entrada no bico respeita o ritual do quem indica, de quem necessita mais e de quem está mais preparado. Na verdade, é preciso garantir uma fatia do bolo por meio da mão de outro. O bico em Fortaleza é assim: faz-se a partir do trato relacional dentro e fora da corporação, da ajudinha a um companheiro de farda ou a um comerciante do bairro. O bico é assegurado por um “quociente de indicação”:

Influencia assim, você conhece, né, porque é muitos policiais hoje em dia. Acho que é mais da metade da policia que faz bico, então, como sempre, tem vaga pra fazer segurança. [...] É dentro da corporação, dentro da corporação, tanto da policia civil como da militar. Eu tô aqui por causa de um policial civil (Entrevista 02: soldado 02).

---

<sup>32</sup> Veja tabela de vencimentos da PMCE nas páginas 110 e 111.

É, conhece você, conhece você através de uma pessoa ou pergunta pra um amigo empresário. Esse amigo já tem, aí já pergunta pra outro que já conhece, aí traz você e assim vai, entendeu? Geralmente, outro policial que arruma, que já trabalha pra alguém, um parente da pessoa ou amigo da pessoa precisa, aí ele lhe conhece: rapaz, eu tenho um ali e tal, aí bota você em contato com a pessoa (Entrevista 03: soldado 03).

Ajuda-se um amigo de farda aqui outro ali e, quando precisa de um trabalho extra, o PM lança mão de suas amizades que constituiu nos anos de dedicação à atividade policial. O fato é que o corporativismo da profissão policial levanta importantes implicações no trabalho de policiamento, seja na polícia ou no bico, pois se criam formas de dependência entre policiais que culminam numa espécie de “cultura do favor” baseada em códigos de honra, compromisso e companheirismo. Na verdade, o policial que aprecia o crescimento profissional (na polícia e no bico) percebe a necessidade de consolidar suas amizades no meio profissional o mais rápido possível, uma vez que, para qualquer tipo de atividade que precise realizar, sempre se deparará com a presença de um companheiro de farda. Na polícia, ele vai depender dos oficiais superiores, e, no bico, estará ligado àqueles que o colocaram na atividade, geralmente outros policiais.

Em face dessas ligações entre PM-PM e PM-comerciante, o bico na segurança privada exige que o policial seja um homem leal, de confiança, trabalhador e dedicado à atividade policial. O que desejo salientar aqui é que a entrada no mundo do bico requer um conjunto de preceitos morais que funciona como um catalisador social, ou seja, imprime um discurso carregado de justificativas morais que legitima e eleva o bico a uma categoria central no cotidiano das atividades dos policiais militares. Nessa perspectiva, legitimado no discurso policial, o bico se estrutura ainda a partir de formação de grupos ou mercados de segurança.

### **1.3.1 – A formação de grupos e mercados do bico**

A atividade na segurança privada realizada por policiais militares em Fortaleza revela também que existe, na própria instituição militar, uma política velada<sup>33</sup> de apoio ao bico

---

<sup>33</sup> No estado do Ceará, é interessante notar que o “trabalho paralelo” exercido por policiais militares não é concretizado às escuras. De maneira extra-oficial, tem chegado ao conhecimento da diretoria da Secretaria de

policial efetuada por vários membros. Fato que concorre para isso é que uma grande maioria de oficiais pratica essa atividade ou é sócia de empresas prestadoras de segurança na cidade. Saliento, ainda, que os praças são os responsáveis, em número, pela consolidação dessa atividade.

Para além dessa dicotomia oficiais/praças, as engrenagens sociais do bico policial necessitam e também possibilitam a formação de grupos e mercadores de segurança. Aliás, os famosos atravessadores do poder de polícia atuam dentro da própria instituição policial, apadrinham companheiros de farda e ganham respeito por aquilo que exercem. O bico, na segurança privada:

Pode adquirir diversas formas eventuais ou regulares de reciprocidade que entrelaçam, direta ou indiretamente, as redes domésticas de conhecidos e colaboradores dos policiais com outras clientelas dentro e fora das polícias: um simples arranjo com algum dos gentis fornecedores de comida ou amenidades, um trabalho em alguma firma de vigilância privada, ou até o empreendimento de um policial que fornece vigilantes, policiais ou não, para grupos ou indivíduo (MUNIZ, 2007, p. 165).

Apoiados, muitas vezes, pela estrutura da polícia militar, os mercadores do bico formam equipes de seguranças utilizando os policiais de seu convívio, que estão próximos a eles. Durante minha pesquisa de campo, deparei-me com um oficial da polícia que era conhecido dentro da própria instituição como um atravessador de segurança, melhor dizendo, um intermediador entre PMs e empresários no que concerne à atividade de segurança privada.

Para melhor explicar as peculiaridades dessa prática, divido-a em duas modalidades: os intermediários do bico (oficiais e praças) e os grupos que vendem segurança. Ressalto, no entanto, que não é possível, no mundo do bico, engessar essas duas formas de venda de segurança, uma vez que as barreiras simbólicas que as separam são maleáveis, fluidas. O que pretendo dizer é que o PM-atravessador de bico, geralmente, não tem função definida, uma vez que, dependendo da situação, ele também é convidado por colegas de farda para “tirar bico” em determinados eventos.

---

Segurança Pública, como mostra a notícia: A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) está aguardando apenas a aprovação do Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará, em tramitação na Assembléia Legislativa, para empregar policiais de folga no reforço do policiamento ostensivo, podendo aumentar a carga horária semanal, que é de 45 horas, em até 12 horas [...] Indagado sobre o estresse e a sobrecarga, o secretário justificou que essa seria uma forma de evitar o que já ocorre de forma extra-oficial com os policiais que trabalham como seguranças particulares na folga (DIÁRIO DO NORDESTE, 2005).

Os intermediários do bico estão subdivididos em duas categorias traçadas por componentes profissionais e simbólicos. Os oficiais garantem a funcionalidade do bico em Fortaleza por meio dos grandes eventos culturais que a cidade recebe: Fortal e Cearámusic. Não me alongarei aqui, tendo em vista que isso já foi tratado em tópico específico, porém desejo situar a discussão na problemática da intermediação do bico feita por esses policiais de alta patente. Nesse caso, nota-se que, no mercado do bico, as patentes aparecem como qualificações curriculares, já que a capacidade de se adequar aos interesses dos contratantes está ligada ao desempenho profissional do policial (CORTES, 2005).

Os facilitadores do bico montam redes e equipes de venda de segurança chefiadas por oficiais que firmam contratos verbais com setores do empresariado cearense de entretenimento. Essas empresas foram enumeradas por um sujeito da pesquisa que salientou sua parceria com esse ramo do comércio. Ressalto, ainda, que esses policiais que negociam segurança fornecem “mão-de-obra” para outros setores do empresariado local.

Os atravessadores do bico que não estão no topo da pirâmide militar defrontam-se, por seu turno, com outra realidade: vão à procura de clientes e expõem as qualidades de suas equipes. Os praças que trabalham também como intermediários do bico, para se adequar às exigências do mercado, vendem “segurança de qualidade”. Um informante argumenta que seu serviço é de qualidade, por isso não pode ser comparado aos de outros, e exemplifica com uma negociação de contrato entre ele e um empresário do ramo de automóveis:

“PM fulano de tal, eu não quero citar aqui o nome do rapaz, fica pra mim eu pagando hum mil e quinhentos reais, ele trabalhando todo dia”. Eu disse: doutor, o senhor vende carro aqui, num vende? “Vendo”. Quanto é que custa aquele fusca?. “Ele custa dez mil reais”. Quanto é que custa aquele Auge 3? “Por que a pergunta”? O custo do Auge 3 pode até ser, todos são veículos, todos têm 4 rodas, todos têm um motor. [...] Todos andam em linha reta, dão ré, esclarece tudo, mas o Auge, ele parece querer conforto, velocidade e o luxo que o fusca não dá. Então, por isso, doutor, que eu cobro esse valor[em média 1500 por homem mensalmente], porque o meu serviço sai de qualidade, o meu serviço sai sem problema (Entrevista 01: soldado 01).

Os serviços de venda de segurança em Fortaleza obedecem aos predicativos de qualidade, como agilidade e experiência, uma vez que são evocados no momento de negociar um bico com empresários ou comerciantes. Na realidade, a visão de mundo e a atividade de rua do PM creditam uma série de atributos comuns a todos.

Desse modo, esses elementos que compõem o campo semântico da atividade policial funcionam como elos de agregação e solidificação de pequenos grupos de policiais. Como salienta Muniz (2007, p. 165): [...] faz nascer e sustenta grupelhos dentro e ao redor da polícia, que se fazem aliados ou rivais diante de seus interesses e negócios particulares, configurando uma rede de elos transversais e laterais mais ou menos coesos, mais ou menos estáveis, mais ou menos longevos.

Em muitos casos, os atravessadores de bico já formam grupos de amigos policiais para atender a demanda dos clientes:

Fui indicado pra lá e depois o rapaz que **tomava conta lá do bico** era muito desorganizado, bebia, faltava. [...] Aí me chamou pra organizar lá. Eu to uns 7 anos lá, organizando lá. Aí já tive muita dor de cabeça, o policial falta, bebe. [...] Não é comandar, é um grupo de amigos... É pra ganhar um bicozinho. Tem que organizar. Tudo tem que ter organização, se não tiver organização... (Entrevista 04: cabo 01).

Em muitos casos, os mercadores do bico, de modo óbvio, ao indicar um amigo de farda a um empresário ou a um comerciante, recebem uma porcentagem pela indicação do contratante ou do próprio policial. Descrevendo uma negociação, um informante me relatou que, de cada policial que ele indica, retira do pagamento que o policial recebe uma quantia de 200 reais:

Aí o cara me liga: “Rapaz, bom dia, eu sou fulano de tal, rapaz, Francisco José aí, dono do posto. Eu tava precisando de um segurança. Você consegue pra mim, consegue por quanto”? Rapaz, eu faço pelo mesmo preço que eu faço pra ele: dois mil. “Você pode começar quando”? Rapaz, eu posso começar a partir de amanhã, de 19 às 7 da manha. Você paga aí oitocentos reais. Duzentos eu fico pra mim, de cada um. “Calma não é muito não tu ganhar duzentos em cima do cara aí”? Doutor, se o cara atirar em alguém no seu posto aí, eu vou tirar o cara daí. Não vão saber nem quem foi (Entrevista 01: soldado 01).

Esses mecanismos de indicação instituem o que Muniz (2007) qualificou de redes de clientelas entre os policiais que realizam bico, ou seja, cria-se a cultura de apadrinhamento pautada nos signos morais de honra, compromisso, lealdade e amizade. O PM que aceita o bico do atravessador fica envolto por uma rede tecida por relações de mútua dependência, uma vez que se torna partícipe de uma troca cruzada, múltipla e ampliada de favores e gentilezas.



O mundo do bico envolve, além desses componentes, outros fatores responsáveis pela sua manutenção. A cultura policial, o trabalho cotidiano nas ruas, a discricionariedade do fazer policial, o porte de arma, a farda compõem, dentre outros, elementos para se pensar uma teoria do bico.

## CAPÍTULO II – ESBOÇO DE UMA TEORIA DO BICO

### 2.1 – A cultura policial e o bico na segurança privada: entre público e o privado

Os operadores da lei e da ordem são, também, responsáveis por cultivar práticas profissionais inerentes ao seu trabalho. A polícia, como instituição social cuja função se estrutura a partir de elementos sociais normativos, possui uma cultura de trabalho capaz de modular as frequências comportamentais de seus agentes.

Os policiais são levados a construir mapas cognitivos e sociais para se situarem no universo das ruas e das cidades. São obrigados a participar de uma arquitetura profissional fortemente centrada em aspectos relacionados à profissionalização e ao modo como agir diante das dificuldades encontradas no dia a dia. Na realidade, fabricam uma cultura policial, cuja eficácia se encontra na manutenção da autoridade policial frente ao perigo. Em relação a isso, Reiner (2004, p. 132) salienta que:

tenham tido a tendência de retratá-las assim. Há variantes particulares – “subculturas” – que se podem distinguir no interior da cultura mais geral, geradas por experiências distintas associadas a posições estruturais específicas, ou por orientações especiais que os policiais trazem de sua biografia e histórias anteriores.

A cultura policial é um conjunto de diretrizes que guia e auxilia os policiais frente às pressões que a sociedade exerce sobre eles. Ela “se desenvolveu como uma série padronizada de acordos que ajudam os policiais a superar e a ajustar-se às pressões e tensões com que a polícia se confronta” (REINER, 2004, p. 134). Nesse sentido, é certo afirmar que ela é uma espécie de *modus operandis* que funciona como ferramenta de sobrevivência para que o policial se situe profissionalmente e, por outro lado, insira-se no mundo policial propriamente dito. Isto é, a cultura policial coloca os policiais frente aos dilemas e às dificuldades durante todo o período que permanecerem na corporação. Tendo em vista isto,

Muitos policiais quando se reportam à sua vocação, à sua escolha profissional – em verdade, uma escolha de vida – e às suas atribuições como servidores que receberam a missão de “proteger e servir”, fazem uso de uma estrutura de narrativa muito

próxima dos testemunhos de vida que informam as conversões religiosas e demais processos profundos de reconstrução biográfica (MUNIZ, 1999, p. 100).

Como modo de ação, a cultura policial se utiliza de elementos sociais para não se enfraquecer. Reiner (2004) salienta que o seu processo de transmissão é mediado por histórias, mitos, piadas, explorando modelos de boa e má conduta que, através de metáforas, permitem concepções de natureza prática a serem exploradas *a priori*.

Essa cultura fabricada nas casernas e praticada nas ruas coloca em discussão várias questões sobre a atuação policial, visto que a polícia rotineiramente viola as leis e seus códigos disciplinares para executar algumas ações que têm maior margem de escolha por parte do policial. Em face disso, são constituídas regras informais que, muitas vezes, não são totalmente expressas e visíveis durante os processos de interação de cada enfrentamento (REINER, 2004). Nas palavras de Bretas (1997a, p. 22):

O policial tem como expectativa, sempre, o comportamento legal, que aprendeu a valorizar, embora reserve para si um repertório de opções fora da legalidade, das quais lança mão de acordo com sua visão dos fatos. Numa forma simplificada podemos dizer que o leque de opções abrange da decisão de não intervir, não ver o que se passa, até o emprego da violência.

O policial, desse modo, se torna um produtor e reproduzidor dessas particularidades que acontecem diariamente com eles. Seja nas ações ostensivas, nas rodas de conversa ou nos ensinamentos para os policiais novatos, a cultura policial se dilui nas práticas desses agentes, modelando-os a fim de que se constituam identidades profissionais para esses indivíduos.

A cultura policial é uma forma de compreensão de como os policiais veem o mundo social e seu papel nele. Assim sendo, ela é fundamental para a análise do que eles fazem e de sua função política geral. Em termos gerais, a cultura policial e suas variações são reflexos das estruturas de poder das sociedades policiadas. Para cada sociedade há um tipo de policiamento, cujo trabalho gera uma cultura reconhecível relacionadas às práticas que tais agentes de policiamento executam cotidianamente (REINER, 2004).

### **2.1.1 – A estreita relação entre os elementos formadores da cultura policial e a cultura do bico**

A função social que a cultura policial realiza é essencial para o trabalho policial, principalmente o executado nas ruas das grandes cidades. Ela agrupa e, teoricamente, homogeneiza os profissionais que lidam diretamente com as constantes condições de violência e perigo. Os policiais participam de uma categoria profissional que precisa utilizar elementos sociais cuja ação possibilita a união entre eles, por exemplo: confiança, lealdade, senso de missão, autoridade, conservadorismo, suspeição, dentre outros.

Esses elementos formadores da cultura policial codificam o mundo social de forma a mostrar para aqueles profissionais a existência de enormes fontes de negatividade que prejudicam o trabalho da polícia. Segundo Bretas (1997a), essa cultura dita policial forma um conjunto de elementos que produz uma visão preferencialmente negativa do mundo que lhes é exterior – reflexo do tipo de evento que lhes é apresentado diariamente. Ou seja, a vivência policial no combate ao mundo do crime, as ações de repressão ao tráfico e ao crime organizado, e a execução de ações rotineiras de policiamento são fontes produtoras dessa visão negativa que o policial tem do mundo.

O trabalho policial é o grande sintonizador dos elementos que constituem a cultura policial, uma vez que é a partir dele que os policiais se identificam e constroem suas visões de mundo engendradas, comumente, em um conformismo fatalista<sup>34</sup> que atinge os pilares dessa instituição, fazendo com que a política da polícia seja empenhada, sintomaticamente, em um policiamento ostensivo passível de críticas e submetidos aos ditames da política. Em relação a isso, Bretas (1997b, p.80) diz que “a fórmula utilizada tem sido em geral clamar pelo ‘mais do mesmo’, quer dizer, para resolver a crise são necessários mais policiais, penas mais duras, etc”.

No outro lado da moeda, nota-se que os elementos constitutivos da cultura policial são visivelmente apropriados pelos policiais para a utilização pessoal, como no caso do bico na

---

<sup>34</sup> Os policiais geralmente são acometidos por uma espécie de conformismo fatalista no sentido de que veem o mundo sob a óptica do bem e do mal, de um caos organizado em que os indivíduos estão, de certa forma, atrapalhando seu trabalho. Ora, os indivíduos são naturalmente suspeitos. Resumindo, o mundo social que os policiais constroem é eminentemente perigoso, fato esse que é retratado pela cultura policial e pela própria Instituição Policial.

segurança privada, no qual se percebe o uso dos emblemas dessa cultura a fim de justificar tal prática.

Bretas (1997a) e Reiner (2004) enumeraram as principais características desta cultura que, de certo modo, compatibilizam-se com as diretrizes da cultura do bico, por exemplo: o senso de missão, autoridade, o cinismo ou pessimismo, o preconceito racial, a suspeita e o sentimento de solidariedade de grupo.

O bico na segurança privada é nordeado, também, por essa cultura profissional em que se enquadram quase todos os policiais na ativa. Lima (2009, p. 24), em sua pesquisa sobre bico de PMS na segurança privada no estado do Pará, salienta que “esta atividade também já possui uma institucionalidade submersa na cultura do trabalho do policial militar”, já que faz parte do seu cotidiano e de sua profissão.

Mas o bico de PMs na cidade de Fortaleza se configura dessa maneira? Tendo em vista algumas peculiaridades locais, a pesquisa mostra que os elementos constituintes da cultura policial permeiam as engrenagens sociais do bico na segurança privada, uma vez que a atividade policial pouco se diferencia da atividade na segurança privada devido ao fato de lidar com o combate ao crime.

Vejo necessário discutir um pouco mais sobre cada elemento formador dessa cultura profissional. Começo, então, com o sentimento de missão. Os policiais são fortemente levados a fabricar expectativas cognitivas e sociais que os diferenciam dos demais profissionais. Movimentar-se pela cidade e pelas ruas requer a manutenção de uma ordem cognitiva capaz de produzir desejos de “estar sempre pronto para o que der e vier”, de responsabilidade para com os “civis”: “A missão de policiamento não é vista como uma coisa irritante. É divertida, desafiadora, excitante, um jogo de sabedoria e habilidades. Muitos analistas têm acentuado os aspectos hedonistas, centrados na ação, da cultura policial” (REINER, 2004, p. 137).

O policial está sempre às ordens do dia e da noite, preso por um sentimento missionário que possibilita uma “carreira estruturada por um imaginário carregado de alegorias que se ocupam em capturar as mais nobres e heróicas virtudes humanas” (MUNIZ, 1999, p. 104), produzindo uma certa estética missionária e militante que faz o policial herói de si mesmo, cuja luta contra os “vilões” se torna uma espécie de jogo ritualístico, um desafio

divertido, sendo que “ganhar” é prender, e isso é o que dá mais satisfação pessoal do que qualquer sentido de serviço público. Como salienta Reiner (2004, p.137):

Eles [os policiais] podem desfrutar sem inibições e com prazer, porque também são vistos como valendo a pena. Aos seus próprios olhos, o policial é um dos “caras bons” e é isso que lhe dá licença para agir. Ele não é apenas um motorista de corrida ou um lutador de boxe usando um uniforme. [...] O mito da indispensabilidade da polícia, de sua missão essencial de “proteger e servir”, é de importância fundamental para a visão de mundo da polícia.

Formados para manter a lei e a ordem na sociedade, os policiais servem àqueles que precisam e necessitam de sua ajuda e isso funciona como uma gramática da responsabilidade na qual se percebe o cultivo dos elementos da cultura policial. Todavia, essa gramática é revestida simbolicamente e emprestada ao mundo do bico, melhor dizendo, é tomada de empréstimo por policiais que participam da atividade de segurança privada, uma vez que para se trabalhar no mundo do bico é necessário possuir alguns atributos pertencentes à cultura policial.

Ser policial 24 horas é uma diretriz cognitiva que atinge a maioria dos policiais que estão na ativa. Isso inclui aqueles que realizam segurança privada como atividade extra devido ao fato de lidarem diretamente com a prevenção da violência. Aliás, mais que sentimento de missão, o policial do bico executa missões especiais cujas finalidades estão inscritas na dinâmica profissional daqueles que trabalham com o perigo.

Segundo Barros (2005, p. 243), um dos atributos identificado na cultura policial diz respeito ao sentimento de perigo, que é difícil de ser mensurado ou percebido. A verdade é que o perigo é um elemento constituinte da cultura policial e do mundo do bico e funciona como uma forma de sensor cognitivo que alerta e previne o policial contra ações delituosas. Tanto no trabalho policial de rua como na atividade do bico na segurança, essa ferramenta é essencial para a sobrevivência do PM. Aliás, o sentido de perigo constante que permeia a atividade policial nos dois mundos (PM e bico) também funciona como ativador do mecanismo de suspeição, ou seja, cria estereótipos sociais que norteiam a ação policial frente aos indivíduos suspeitos:

O sentido de suspeição – muitos policiais estão cientes de que seu trabalho desenvolveu neles uma atitude de suspeição constante, que não pode ser desligada

instantaneamente. [...] Os policiais precisam desenvolver mapas cognitivos detalhados do mundo social, de forma a poderem prever e lidar rapidamente com os comportamentos de um grande número de pessoas, em diferentes contextos, sem perder a autoridade em nenhum desses enfrentamentos (REINER, 2004, p. 139).

Suspeitar faz parte do *métier* policial devido ao fato de que esses estão constantemente presos aos códigos de conduta e de comportamento que lhes foram repassados durante seus treinamentos. A atitude de suspeitar foi apropriada de forma negativa pela cultura policial, uma vez que atinge principalmente os segmentos da população cujas características culturais, sociais e econômicas são minoritárias, tais como moradores de áreas pobres, moradores de rua, negros e etc. Nas palavras de Bretas (1999, p. 163):

[...] verifica-se a incorporação de valores discriminatórios à percepção do mundo e à ação profissional da polícia, que manifestam-se na atitude e na conduta desta com relação à sociedade, reproduzindo o modelo hierárquico das relações sociais e a lógica excludente que permeia suas relações nos diferentes contextos de interação.

Suspeitar também se propõe a ser uma atividade na qual seu valor impera na manutenção da autoridade policial, ou seja, ao suspeitar, o policial coloca sua autoridade em xeque em virtude de que “para um policial em intervenção é essencial garantir primeiramente sua autoridade sobre o conjunto dos atores (e público) da situação, pois sem isso sua intervenção pode degenerar em conflito aberto, e ele incorre em riscos físicos pessoais sem estar assegurado de ter a última palavra” (MONJARDET, 2002, p. 157).

Autoridade policial é essencial para que os agentes não incorram em acidentes de trabalho cuja repercussão pode acarretar em sérias crises na instituição para a qual trabalham.

Um dos elementos da cultura policial que passeia pelo mundo do bico é o sentimento de solidariedade grupal existente entre os policiais. Esse sentimento de pertença a um determinado grupo ou rede é fundamental para o policial construir amizades com seus pares, forjando, assim, solidificações simbólicas de laços de companheirismo e ajuda mútua no que diz respeito à profissão. Em decorrência disso, criam-se modos de encobrir delitos ou faltas disciplinares dos colegas. Em relação a isso, Reiner (2004, p. 141) salienta que “os delitos que os colegas protegem nem sempre são grandes infrações que devam ser protegidas dos olhares externos. A solidariedade da tropa quase sempre tem como objetivo esconder, da atenção dos policiais de supervisão, pequenas violações”.

Nesse jogo de encobrir e proteger, o bico policial na segurança privada se transforma em um produto rentável, que merece ser explorado por grupos ou redes que vendem tal serviço, como foi visto anteriormente. Assim, o sentimento de solidariedade entre os policiais, muitas vezes, facilita a entrada no mundo do bico para aqueles que estão iniciando na corporação.

## **2.2 – “O bico é para aqueles que estão na rua”: o cotidiano da atividade policial como produtor de conhecimento**

A rua, para muitos, tem vários significados, aliás, várias formas e maneiras de ser vista e usada. Em si, ela se constitui a partir de antagonismos que em seu conjunto dão-lhe uma unicidade. Ela é produtora de personagens sociais que se constroem por meio dela. É lugar do “ganha pão” de uns e de outros. É lugar perigoso e pacato, alegre e melancólico, movimentado e esvaziado. É nesse lugar que a figura do policial emerge como personagem marcante.

A rua é o primeiro local onde os policiais se deparam com o perigo e, ao mesmo tempo, é onde são reconhecidos como mediadores do microcosmo das relações de poder dentro de uma sociedade. São “etnógrafos” do cotidiano que caminham pelas leis da imprevisibilidade, da incerteza e da precaução. Seus corpos são adestrados para se modificar de acordo com as mudanças de ambientes. Seus olhos são disciplinados para decodificar os mapas corporais dos indivíduos suspeitos<sup>35</sup>. Citando Cabral (2005, p. 02):

Nas ruas se tornam perceptíveis as formas de apropriação, nelas se afloram as diferenças e as contradições que envolvem o cotidiano, enfim, as ruas se revelam como elemento importante de análise da sociedade. [...] As ruas guardam múltiplas dimensões, portanto, podem ter o sentido de passagem. [...] Se apresentam como o resultado da contradição entre o público e o privado.

---

<sup>35</sup> A rua chama para si os corpos transparentes que por ela circulam, cria normas e etiquetas (corporal). Essa última “está envolvida com o universo da rua e com os simbolismos específicos do grupo social ao qual pertencem, ou seja, dos seus códigos, das suas referências e mais precisamente da educação aprendida informalmente” (PERREIRA, 2008, p.136).



É na rua que os policiais se diferenciam em relação àqueles que estão na parte burocrática. Reiner (2004), ao discutir a cultura policial, atentou para isso e salientou que, geralmente, os policiais que trabalham internamente, na burocracia, são ridicularizados pelos policiais que estão na rua, na linha de frente. Essa dicotomia entre esses dois níveis é bastante visível, uma vez que normalmente os policiais de ponta são, em grande parte, produtores de saberes que garantem reconhecimento e experiência perante as ações do dia a dia. É na rua que se ganha experiência, firma-se na polícia e fora dela, onde se forja um saber

“reestruturado a cada nova circunstância atendida, preparado para assistir ao ‘pior de nós mesmos’ e disposto a conviver com os ‘lados desagradáveis da vida’”. Esse saber empresta “cores particulares às formas de estar no mundo, aos modos de agir e classificar os potenciais ‘agressores simbólico’, alvos constantes de atenção e vigília policial” (MUNIZ, 1999, p. 16-17).

O mundo das ruas é o palco das ações, dos espetáculos impressos na gramática do trabalho policial. É o campo, por excelência, de transações tácitas que permeiam o universo subjetivo do fazer policial. É o lugar da negociata que permite ao PM entrar no mundo da segurança privada. Para embasar minhas afirmativas, trago as considerações que Cortes (2005, p. 60), ao realizar sua pesquisa sobre trabalho de PMs na segurança privada no Rio de Janeiro, acentuou:

O “estar nas ruas” possibilita a configuração de outros tipos de relações e vantagens. [...] São coisas que você não consegue se trabalhar aquartelado. A grande diferença de serviço em viatura, de cabine, de PO (policimento ostensivo) é que na rua, sozinho, você é muito mais visto; o policial que está ali passa a ser reconhecido, as pessoas passam a conhecer o policial tal, não tendo mais aquela imagem que todo mundo tem da polícia.

As pesquisas que se dedicaram a desvendar as nuances do trabalho de policiais na segurança privada elencaram como elemento prioritário na contratação a vivência de rua, ou seja, os policiais que estão na ponta são os mais cotados para atuar no ramo privado da segurança. Para Lima *et al* (2009, p. 13), “é no cotidiano, na convivência diária, que o policial vai se qualificando para poder fazer parte de algum grupo que presta serviço de segurança privada”. Nessa mesma linha, Barros (2005, p. 279) diz que:

Na rua, entretanto, longe da possibilidade do aumento das recompensas, os policiais se ajustam em relações de trabalho, uma espécie de auto-organização, as quais revelam a incapacidade do comando em transmitir as informações de forma eficaz e produtiva. Os resultados são imprevisíveis. Policiais podem preferir a rotina, a servidão voluntária, uma segunda ocupação, a burocracia ineficaz, a corrupção, a não participação em programas, os conflitos ou mesmo arranjos individuais nos quais os atores ficam “doentes”, “desmotivados” e sem rumos na organização.

Para aqueles policiais que estão constantemente em atividade nas ruas, a cultura policial possibilita maior margem de tomada de decisão em relação às diretrizes institucionais da polícia, visto que em algumas situações os policiais, por exemplo, ao fazer um flagrante de um usuário de drogas que foi encontrado com uma pequena quantidade de maconha para fins particulares, levarão uma média de cinco horas executando todos os procedimentos policiais para poder voltar às ruas<sup>36</sup>. Em inúmeros crimes, os policiais arrogam-se direitos de juízes e, por não invocar a lei, absolvem o criminoso (BITTNER, 2003).

O que pretendo salientar aqui é o fato de que os trâmites burocráticos possibilitam que os policiais burlam as leis. Sendo assim, isso facilita decisões tomadas no “calor da hora” pelos policiais que estão em diligências. A margem de autonomia durante o trabalho policial de rua é teoricamente grande, uma vez que fora dos olhos dos superiores os policiais se guiam, também, por uma gramática da subjetividade que está inscrita na cultura policial.

Diferente de quando o policial está aquartelado, a rua possibilita um certo grau de autonomia durante os patrulhamentos diários executados pelos policiais. Aliás, [...] é na atividade cotidiana dos policiais que podemos buscar as origens de seu saber, que ainda permanece largamente informal, distinto do treinamento que mais e mais se tenta oferecer nos centros de instrução (BRETAS, 1997b, p. 83).

Essa margem de possibilidades que é oferecida aos policiais durante o trabalho de rua fundamenta um poder denominado discricionário. Monjardet (2002, p. 44) pondera que o poder “discricionário designaria uma capacidade de tomar liberdades com a regra, a disciplina e a hierarquia, ou de deixar seus subordinados fazê-lo”. Entretanto, é necessário destacar que esse poder, mesmo sendo inscrito no universo subjetivo do policial, não o permite romper drasticamente as barreiras da normatividade, melhor dizendo, o PM não está livre para fazer o

---

<sup>36</sup> Isso ocorre devido aos trâmites burocráticos: fazer boletim de ocorrência, levar o suspeito para fazer exames no Instituto Médico-Legal, etc. Vale ressaltar que em muitos casos, as delegacias estão lotadas e isso causa demora nos atendimentos, inclusive aos policiais militares.

que bem entender durante sua atividade, mas dá margem para algumas tomadas de decisões, como salienta um policial:

Eu, como policial, eu tento ser o mais correto possível, não agir muito pelo que manda o regulamento, mas acho que a gente polícia, que lida com o ser humano, a gente tem que usar muito o bom senso, às vezes. Muitas ocasião você precisa usar do bom senso e não usar da lei, né? Porque você tá lidando com um ser humano, acima de tudo você tá lidando com um ser humano e aqui a polícia, no meu ver, ela não tá pra julgar, quem julga é o juiz, a gente tá pra fazer um serviço que é prever, prevenir, né? (Entrevista 02: soldado 02).

Na verdade, esse poder fabricado durante o processo de interação social entre os policiais e os cidadãos é parte integrante de sua cultura. O discricionarismo policial durante o trabalho de rua rende louros para aqueles policiais que estão atentos com o mundo de barganhas que a atividade policial pode possibilitar. Dentre tais barganhas, o trabalho na segurança privada é um indício de que no cotidiano policial as relações sociais construídas são fontes produtoras de novas formas de trabalho.

É na rua que os policiais se formam e são treinados verdadeiramente. Perseguem-se bandidos perigosos ou não: *“Ir pra rua pra tá com bandido que tá atirando em mim, tá atrás de gente, tá prendendo e tenho que ter cuidado, porque tudo que eu fizer vai se refletir em mim<sup>37</sup>”*. Como salienta um informante:

**Rapaz, o curso que a gente faz é a rua.** Eu nunca fiz curso pra usar uma pistola, não. A rua que me ensinou, a rua que ensina a viver. É seus companheiros mais antigo que vai lhe ensinando, entendeu? Por exemplo, esses meninos do Ronda do Quarteirão, eles estão aprendendo a usar a pistola com a gente, porque eles não tão aprendendo nada no curso não, e vai usar fora, né? E esses que vão saindo agora, vão sair pior, vão sair pior, porque tão fraco. O curso que eu fiz foi um curso de guerrilha, de rua... Você subia é a parte militar, é a parte de polícia urbana, mas tão capacitando os meninos agora como se fosse um curso normal... É diferente, você trabalhar com ser humano, com marginal, né? (Entrevista 04: cabo 01, grifo meu).

O saber policial-prático é composto, todavia, por uma confluência de outros saberes que se configuram em práticas e ações exercidas pelos policiais. Nasce mediante os ensinamentos técnicos aprendidos nos treinamentos formais e o saber emanado da vida na rua.

A vivência e a experiência de rua contam como importantes elementos na contratação dos policiais militares para a segurança privada. Dois policiais salientam que isso facilitou:

---

<sup>37</sup> Fala de um policial entrevistado. Entrevista número 03: soldado 03.

Porque os empresários, eles querem mais policiais que trabalham na rua. Eles não querem policiais que... Eu não posso ser rua e burocracia. Se o policial for burocracia, eles não querem não, porque o cara não tem experiência... É porque o cara trabalha em burocracia. Rapaz, tem policial que trabalha na burocracia que não sabe nem usar uma pistola. Tem policiais aí, oficiais da polícia aí, oficiais que tem patente de nível superior, que não sabe nem usar uma pistola (Entrevista 04: cabo 01).

Influencia muito porque a experiência você aprende, adquire no dia a dia. Você passar dez anos no quartel, você não aprende nada. Quando você chega na rua, você chega voando, porque você não sabe. O bandido hoje tá esperto, passa meses e meses só bolando o que vai fazer. Você chega sem saber de nada, sem conhecer nada na rua pra enfrentar esses bandidos. Meu irmão, é difícil! (Entrevista 05: cabo 02).

A rua é sinônimo de ação e de combate ao crime e à violência, uma vez que aqueles que nela trabalham se caracterizam pelas insígnias simbólicas representantes da moralidade social: respeito, honra, coragem, responsabilidade, dentre outras. Ser um combatente de rua é estar sintonizado com as tonalidades do cotidiano de uma cidade, por exemplo. O policial que está na rua sozinho tem muito mais chance de ser visto ou reconhecido pelos cidadãos e isso funciona como ferramenta de contenção da perda de legitimidade que a instituição policial vem sofrendo, ou seja, possibilita a construção de uma nova imagem em relação ao mundo policial.

Segundo Muniz (1999), esse saber prático que o policial adquire na rua se configura como uma espécie de híbrido reflexivo cujo desenvolvimento resulta do encontro cognitivo entre o conhecimento formal adquirido pelo PM nos seus períodos de formação e as exigências impostas pela vida prática, entre elas a instrumentalização desse mesmo conhecimento.

Quando você começa a pegar experiência no seu dia a dia na rua, é isso que você aprende: o dia a dia na rua você aprende muita coisa, ensina muita coisa. Quando você tá à paisana que você vê, você sente quando o cara... Aquelas pessoas de má índole que fica ali esperando só a chance de fazer alguma coisa ruim. Pronto, você vê, você sente. (Entrevista 05: cabo 02).

O contratante, ele sabe. Quando ele começa a conhecer o policial, ele vê o policial como uma pessoa que ele sabe o que faz. Sobre segurança na rua, ele sabe se portar, ele sabe ter o discernimento, ele sabe como agir, ele sabe perceber se tá acontecendo alguma coisa além do normal, quer dizer, o policial, quando ele é atento, porque é a vivência, é a vivência que ele tem diariamente (Entrevista 03: soldado 03).

Os policiais militares são costumeiramente convidados a exercerem atividades de policiamento privado porque são reconhecidos por suas práticas policiais de enfrentamento ao

crime. Como ratificou um informante, os empresários procuram os policiais que geralmente têm um controle emocional forte, sabem agir em situações de perigo e que façam parte de uma rede de contatos para, se necessitarem, acionarem os colegas rapidamente em caso de violência ocorrida durante o trabalho no bico, uma vez que:

Nós passamos por todo dia de provação, da autoridade que quer lhe humilhar, do bandido que quer lhe matar, das prisões que você tem que fazer e você não pode agir com emoção, por mais que o cara tenha matado teu companheiro de trabalho, o cara tenha atirado no teu companheiro (Entrevista número 03: soldado 03).

Segundo Cortes (2005), o policial se tornou uma mão de obra atraente para o setor da segurança privada porque recebe treinamento nas academias de polícia e produz um saber prático adquirido nas ruas que o diferencia dos próprios agentes da segurança privada. Na verdade, existe um interesse dos clientes em “privilégios públicos” visando atender às suas necessidades particulares em relação à proteção e segurança de seus bens. Ainda conforme Cortes (2004, p. 21), “cidadãos e empresários que contratam policiais graduados não querem a habitual eficiência da polícia, mas privilégios públicos para suas necessidades particulares de segurança”. Já os policiais que vendem esse tipo de serviço, querem barganhar os louros que na polícia dificilmente teriam.

Os policiais buscam, no dia a dia de seu trabalho, angariar fundos simbólicos a partir de ações policiais, muitas vezes espetacularizadas pela mídia, para vencer as barreiras que os separam dos lucros que sua profissão possibilita. Na verdade, no cotidiano das ruas, os PMs são uma espécie de especialistas, cujo poder - que carregam consigo - os tornam diferenciados dos demais profissionais.

A dramatização na vida cotidiana ocorre em todos os lugares em que os atores sociais interagem, seja em casa, na rua ou no trabalho. Existem profissões, como a profissão policial, nas quais essa dramatização faz parte do seu *métier* e é prática recorrente no ambiente de trabalho. Para Goffman (2004, p.37, grifo meu):

No caso de alguns *status* sociais [como ser policial] a dramatização não apresenta problemas, pois alguns dos números instrumentalmente essenciais para completar a tarefa central do *status* são, ao mesmo tempo, maravilhosamente adaptados, do ponto de vista da comunicação, como meios de transmitir vividamente as qualidades e atributos pretendidos pelo ator. Os papéis dos lutadores, cirurgiões, violinistas e **policiais** são exemplos disto. [...] Estas atividades permitem uma auto-expressão tão

dramática, que os profissionais exemplares – reais ou falsos – se tornam famosos e ocupam lugar de destaque nas fantasias comercialmente organizadas.

O policial representa, nesse sentido, um papel de defensor da ordem, legitimado por um poder diferencial que lhe dá margem para dramatizar suas ações<sup>38</sup>. Mas quando esse fica somente na execução desse papel dramatizado, o que acontece? A espetacularização do trabalho policial, muitas vezes, desvirtua a função da Polícia na sociedade contemporânea.

O trabalho policial requer um alto grau de aceitação em nossa sociedade para ser legitimado e, por isso, os indivíduos (no caso, os policiais) têm como tendência mostrar somente o produto final, levando o público (a sociedade) a apreciá-los com base em uma coisa acabada, polida e embrulhada. As ações policiais empreendidas no cotidiano de uma cidade são espetacularizadas de forma que a população venha a depositar confiança e legitimá-las a fim de que o combate à violência tenha eficácia. E os policiais, para mostrarem seu preparo, “podem mesmo tentar dar a impressão de que seu equilíbrio e eficiência atuais são coisas que sempre tiveram e que nunca precisaram passar por um período de aprendizagem” (GOFFMAN, 2004, p. 51).

As ações policiais são fontes de reconhecimento do trabalho de rua que o policial executa. Em relação a isso, um entrevistado salienta que se sente ativo trabalhando nas ruas, tendo em vista que passou 10 anos na parte burocrática:

Nunca me senti tão satisfeito como tou na rua. Porque eu me sinto mais útil. [...] Por causa da sociedade, porque quando você evita um assalto, você pega um ladrão, você se sente realizado. É menos um pra matar um cidadão na rua. Aí você se sente realizado, entendeu? Você se dá com a comunidade, você faz um trabalho ostensivo, você vê que a população gosta do seu trabalho, tá entendendo? Aí você se sente realizado. Eu me sinto mais realizado trabalhando na rua do que na burocracia, porque **na rua você é reconhecido, não pelo seu superior não, é pela população**, tá entendendo? A população reconhece seu trabalho. (Entrevista 04: cabo 01, grifo meu).

As ruas são vitrines para as ações policiais que levam ao reconhecimento da atividade policial pela população. De acordo com Goffman (2004, p. 51), os espetáculos que as ações policiais proporcionam são, marcadamente, uma dramatização do trabalho policial que

---

<sup>38</sup> “Os policiais, principalmente os mais experientes, tinham ciência de que aquela operação não era mais do que uma representação de uma aparência alimentada por determinados atores que desejavam a manutenção de uma realidade que, na maioria das vezes, é imaginária”. Tirei esse depoimento do trabalho de doutoramento de Barros (2005, p. 239) sobre a Polícia mineira: as relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial.

“alimenta a impressão de que a prática regular que estão representando no momento é a única prática ou, pelo menos, a mais essencial”:

[...] na rua não é assim: ou você fica atento ou você fica ligado ou você sai da viatura com a mão na sua arma ou você morre. Às vezes, pra quem tá de fora: “pra que isso, com arma na mão”. Mas se o policial não tiver com a arma na mão na hora que ele for intervir contra um assalto, ele morre e aí? (Entrevista número 01: soldado 01).

O reconhecimento, por parte da população, do trabalho policial rende vantagens pecuniárias frente aos outros policiais que não participam de tais práticas. Prender um bandido que assaltou um estabelecimento comercial e se antecipar a ações criminosas são fontes de inserção desse agente público no mundo do bico. Aliás, dependendo do grau de sofisticação de suas ações, os comerciantes de áreas afetadas pela criminalidade em Fortaleza convidam esses policiais para fazer a segurança de seus estabelecimentos. Porém, tais contratações requerem o uso incondicional da arma de fogo por parte desses agentes.

### **2.3 – Experiência e (i)legalidade: o uso da arma de fogo no mundo do bico**

Aliado à experiência de rua, o policial militar tem como requisito primordial para participar do mundo do bico na segurança privada o porte e uso da arma de fogo durante o serviço prestado aos empresários e comerciantes. Como salienta Lima *et al* (2009, p.06), “a demanda recai sobre os policiais, antes de tudo, porque eles possuem treinamento para a atividade, têm licença para portar armas de fogo e uma rede de contatos com outros policiais que fazem o policiamento ostensivo”.

Os contratantes procuram, em especial, aqueles policiais que possuem suas próprias armas, devidamente registradas, a fim de que futuramente não passem por “vexames” frente às leis e às normas do Estado. Esse tipo de atitude tomada pelas pessoas que contratam essa modalidade de segurança é expressamente seguida por grande parte daqueles que desejam maior segurança pagando menos.

A relação arma de fogo e bico na segurança privada é extremamente solidificada em razão de que os policiais que realizam esse tipo de atividade estão lidando diretamente com o

perigo. Policiar eventos que não estão na ordem do dia, guardar a vida de outras pessoas e de seus estabelecimentos requer uma ferramenta de trabalho essencial para o policial: sua arma de fogo. A primeira pergunta que o empresário faz na hora da contratação do policial é se esse tem sua própria arma de fogo. Com diz um informante: *com certeza, quase todas as pessoas que eu trabalhei, é uma pergunta fundamental: você tá armado? Você trabalha armado? Logo, uma das primeiras [respostas]: tou armado, trabalho armado. Muitos, não, 100% faz questão que você esteja armado*<sup>39</sup>. Como salientam Brito *et. al.* (2009, p. 08):

O mercado de trabalho de segurança privado volta seu interesse para o agente de segurança pública por uma razão muito simples: o uso da arma. A questão mais importante é que se trata de um mercado informal, isto é, o trabalhador não precisa firmar vínculo empregatício e, portanto, parece ser esta atividade uma extensão da sua própria vida profissional.

Os estudos realizados por Caldeira (2000, p. 202) mostram que existe uma estrita ligação entre porte de arma e participação de policiais na segurança privada em São Paulo: “Eles usam armas da polícia e trabalham nos dias de folga, tirando vantagem de seu esquema de trabalho”. A realidade dos grandes centros urbanos, como São Paulo, demonstra que os policiais são forçados, pela violência e criminalidade, a usar armas de fogo para se defenderem ou mesmo para trabalhar na segurança privada.

A arma funciona como uma espécie de “terceiro membro” superior ou extensão do corpo dos policiais. É o único meio de defesa que eles possuem diante de ações de extrema violência nas quais o conflito é inerente. Aliás, é símbolo de poder, cuja força se expressa quando o sujeito-armado se impõe àquele que se encontra sem meios de defesa. Para os policiais, ela é a ferramenta de trabalho usada tanto no dia a dia das ações policiais como na atividade do bico.

No entanto, existem algumas regras normativas para o uso da arma por policiais militares. No caso da Polícia Militar do Ceará, seu uso se encontra restrito ao trabalho policial realizado durante os horários de serviço na corporação. De acordo com as diretrizes da instituição,

---

<sup>39</sup> Entrevista número 02: soldado 02



Porte de arma, quando oficial em serviço ativo ou em inatividade, salvo por medida administrativa acautelatória de interesse social, aplicada pelo Comandante-Geral, inativação proveniente de alienação mental, condenação que desaconselhe o porte ou por processo regular, observada a legislação aplicável. [...] Porte de arma, quando praça, em serviço ativo ou em inatividade, observadas as restrições impostas no inciso anterior, a regulamentação a ser baixada pelo Comandante-Geral e a legislação aplicável<sup>40</sup>.

Em discordância com essas normas, os policiais normalmente estão de posse de suas armas de fogo, visto que estão sempre antenados com um mundo social permeado pela sensação de perigo constante. Como salienta Muniz (2005), fazer segurança requer possuir arma para lidar com os bandidos, haja vista que elas se apresentam “como último recurso para garantir a ordem social, [tendo em vista isso] o policial deve usar o poder das armas” (PORTO, 2004, p. 136).

A arma fornece segurança para aqueles que podem usufruir de seu poder. É o recurso que o PM utiliza durante seu policiamento (público e privado). No mundo do bico, a arma possui toda uma simbologia mergulhada em formas de poderes, cuja função é apropriada para fins particulares. O que desejo salientar é o fato de que, para fazer parte do complexo sócio-cultural do bico na segurança privada, o policial deve ter em mente que precisa demonstrar que está treinado para usar sua arma de fogo quando necessário.

O porte de arma também contribui muito pra que o empresário sinta-se seguro, porque tem essa cultura, né, de que aonde há uma arma de fogo, certamente há segurança. E não deveria ser assim. É essa rede sociedade que ele convive, conhece comerciante, conhece toda área, mapeia toda área e colabora com os outros colegas também, buscam se aprimorar nessa atividade (Entrevista com o presidente da ASPRAMECE).

A cultura da arma, forjada pelo *ethos* da masculinidade, é fonte primeira da produção de práticas ilegais do uso dos aparelhos estatais para fins particulares, visto que produz e reproduz as relações de poder vigentes na sociedade (ZALUAR, 2004). O poder está ligado diretamente ao porte de arma, que se solidifica no imaginário social, de forma a produzir sociabilidade violenta em sociedades como a brasileira. O sentimento de segurança se faz presente diante do poder de uma arma de fogo. Como diz um informante: *todo policial, ele deve andar armado, porque a profissão em si manda ele andar armado, porque quando a*

<sup>40</sup> LEI Nº13.729, de 11 de janeiro de 2006. Art.52. São direitos dos militares estaduais. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Série 2, ano IX, nº 080. Fortaleza, 28 de abril de 2006.

*gente tira a farda, a gente não deixa de ser policial, mas ele tem que ser regularizado, a arma tem que tá registrada, normal*<sup>41</sup>

Segundo Porto (2004), o policial militar se sente diferenciado dos demais cidadãos porque, de certa forma, detém um poder sobre a vida do outro ao portar o uso legítimo da arma de fogo. Ao morrer ou matar, o PM se distingue dos demais devido ao fato de que, morrendo - e matando também -, ele o faz em nome da lei. No mundo do bico, essa premissa não funciona corretamente, já que, de acordo com as normas da instituição militar, as famílias dos policiais que morrerem em folga não recebem indenização por parte do Estado.

Durante minhas entrevistas, os policiais salientaram outro ponto importante referente ao uso da arma: existe uma diferença em relação à utilização dela. Muitos policiais trabalham com pistolas, uma vez que são mais modernas do que o revólver 38 e, ainda, são automáticas. Quando o policial não tem arma, o empresário lhe empresta: *“qual é o segurança que vai fazer seu trabalho sem arma? E tem que ser uma pistola, um 38 não tem mais base, não. Quando a gente não tem, eles dão... Eles tiram porte pra gente. A minha está no meu nome, tudo direitinho, tudo legal*<sup>42</sup>”.

O fato é que, seja na polícia ou no mundo do bico, os policiais são fortemente levados a cultivar a posse da arma, cuja finalidade é assegurar a sobrevivência no mundo social. Para isso, além da arma de fogo, o PM ainda tem outras ferramentas de defesa como as algemas, cassetetes e utimamente armas não letais: *spray* e armas de choque.

A obrigatoriedade do uso da arma de fogo por policiais quando estão em serviço está expressa nos estatutos e códigos disciplinares de sua instituição. A arma, juntamente com as algemas e os cacetetes, são as ferramentas de trabalho mais utilizada pelos PMs quando estão em ação. Seu uso, por outro lado, é centralizado pelo Estado. Fato esse que desloca um certo poder legitimado para aqueles indivíduos capacitados para usá-las com fins de manutenção da lei e da ordem.

Elias (1993) salienta que a sociedade de hoje, denominada moderna, caracteriza-se, acima de tudo no Ocidente, por certo nível de monopolização que inclui o uso restrito da arma

---

<sup>41</sup> Entrevista número 03: soldado 03.

<sup>42</sup> Entrevista número 04: cabo 01

de fogo. Somente pessoas autorizadas pelo Estado podem possuir o porte legal de armas de fogo devidamente registradas.

O livre emprego de armas militares é vetado ao indivíduo e reservado a uma autoridade central, qualquer que seja seu tipo (ELIAS, 1993). Os policiais, como já coloquei, estão entre os indivíduos que podem possuir o porte legal de arma de fogo, uma vez que são responsáveis pela segurança interna de um Estado, por exemplo. Mas, o que desejo colocar aqui são os jogos simbólicos que o uso da arma de fogo propicia para aqueles que a utilizam, principalmente os policiais.

Portar uma arma é símbolo de poder e de *status* frente àqueles despossuídos de tal instrumento. Poder e glória para muitos, ela é fortemente cultuada no imaginário social brasileiro, fabricando super-homens capazes de enfrentar tiroteios, caçadas, perseguições, rebeliões, dentre outros eventos do cotidiano. Segundo Rivero (2005), valores que exaltam a imagem do guerreiro, da virilidade, da coragem, fazem da arma de fogo um elemento fundamental na construção da masculinidade, tanto nos casos dos policiais como no dos jovens das favelas que usam ou administram quem usa armas de fogo.

Zaluar (2004) afirma que o poder da arma de fogo está inscrito nos códigos sociais presentes na sociedade brasileira, seja aqueles usados pela polícia ou aqueles cultuados no mundo do crime. A arma é vista pelo bandido como uma fonte de respeito, cuja matriz está inserida nas relações sociais que permeiam a criminalidade: “Com o poder da arma de fogo, que o deixa viver por instantes um poder absoluto sobre suas vítimas, mas que acaba colocando-o na mesma posição diante dos quadrilheiros e policiais mais armados do que ele” (ZALUAR, 2004, p. 66). Já para a polícia, é utensílio de sobrevivência e de trabalho, parte integrante do corpo-policial. A esse respeito, Bayley (2006, p. 100) afirma que “os homens da polícia têm a permissão de fazer uso da arma de fogo exclusivamente para proteger a vida das pessoas” e as suas também.

Ela é usada pelas pessoas (os policiais) como forma de violência, ora protegidas pela lei e em nome do Estado, ora por outras (os bandidos), que fazem a mesma coisa sem a permissão do Estado e sem a proteção da lei (BRANDÃO, 2007). Tendo em vista esse fato, a arma produz violência, poder e dominação de uns sobre os outros, seja na forma legal (o

Estado), ou na ilegal (os traficantes, por exemplo), uma vez que ela tem o poder de tirar a vida de outro.

Aqueles que usam arma de fogo são levados a se sentirem juizes de Deus no mundo profano, capazes de julgar a vida de outro ou de si mesmos. A arma de fogo faz parte do cotidiano, tanto de policiais como de bandidos, fomentando sociabilidade violenta que participa da trajetória de vida de muitos.

## **CAPÍTULO III – O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA URBANA E A ATIVIDADE DE PMs NA SEGURANÇA PRIVADA**

### **3.1 O medo e a insegurança criam novas formas de sociabilidade: a expansão da segurança privada**

As transformações que o Estado moderno sofreu durante muito tempo acendem um grande debate em relação ao monopólio da violência e sobre o policiamento público e privado. Com quem fica o monopólio da violência? Vale lembrar que “a centralidade da força organizada” foi “peça essencial da gestação e gerência do Estado, como está ciente da sua importância como organizadora da disciplina social e como espinha dorsal do executivo” (DREIFUSS, 1993, p. 86).

Antes da formação dos Estados nacionais, comprar segurança ou montar um exército particular se apresentava como uma das melhores ou únicas formas de se defender do inimigo ou de malfeitores. A paz era mantida por grupos que detinham o poder de usar a força física em prol de uma “ordem estabelecida” dentro de um perímetro controlado, por exemplo, por um senhor ou por um príncipe. É fácil perceber que o uso da violência em questões privadas delineia uma característica muito importante desse período: a delimitação entre esfera pública e privada praticamente não existia.

Com a consolidação do Estado moderno, ocorreu uma diferenciada demarcação entre o público e o privado e, em face disso, o direito de usar a força física se restringiu à esfera pública, centralizado nas mãos do Estado. Para Shering (2003), o reconhecimento de uma esfera pública e uma esfera privada se deu a partir do momento em que foi constituída uma consciência política entre os cidadãos. Com isso, foram impostos limites à esfera privada.

Mesmo assim, ainda de acordo com o autor, o policiamento<sup>43</sup> manteve uma face pública e uma face privada, uma vez que no século XIX “a distinção entre público/privado,

---

<sup>43</sup> O termo policiamento é utilizado aqui porque diz respeito à manutenção da paz e às atividades da polícia pública, pois quero me deter estritamente à instituição policial, uma vez que é meu objeto de pesquisa. Para

não estava associada tão rigorosamente como hoje com a distinção estatal/civil” (p.230). A compreensão histórica do surgimento de um policiamento público<sup>44</sup> moderno como a forma de policiamento mais satisfatória passa pela criação de uma consciência política de estado centralizado. De acordo com Shering (2003, p. 433):

O policiamento era representado, em termos essencialmente weberianos, como sendo dependente, no final das contas, do uso da força como um recurso. Este recurso, argumentava-se, deveria ser monopolizado pelo governo público e, de acordo com isto, deveria ser usado somente sob a autorização e controle do Estado.

Diante deste pensamento, como teria se solidificado o policiamento privado? Segundo Shering (2003) e Brodeur (2002), foi com o enfraquecimento do Estado que o policiamento privado cresceu e se consolidou. A transformação estrutural do Estado - melhor dizendo, o seu desmonte (a redistribuição do poder do Estado para agências autônomas e descentralizadas) - parece fugir à Sociologia Weberiana, que “percebia a Nação-Estado como uma organização que goza de um monopólio dos meios legítimos de coerção dentro de uma jurisdição territorial” (BRODEUR, 2002, p. 236).

Em face disso, uma onda de privatizações incidiu em vários setores públicos. No tocante à instituição policial, algumas tarefas foram privatizadas, criando assim uma justiça informal decorrente do controle da violência sob o comando do setor privado. O surgimento em grande escala do policiamento privado foi motivado por fatores ligados à proteção da propriedade privada, mais que à crise fiscal do Estado.

Quando e onde o policiamento privado ganha relevância na manutenção da paz? A primazia do policiamento privado teve seu apogeu na segunda metade do século XX, especificamente na América do Norte. Nas palavras de Brodeur (2002, p. 237): “a expansão da indústria de segurança privada e seu envolvimento crescente no policiamento do espaço público apareceu pela primeira vez na América do Norte”.

---

Brodeur (2002, p. 248), “o policiamento consiste em uma série de práticas através das quais alguma garantia de segurança possa ser dada aos sujeitos”.

<sup>44</sup> Quando a manutenção da paz é feita pelo poder estatal. O Estado, como monopolizador da violência, deveria assegurar a paz se sobrepondo às instituições privadas de policiamento.

Os estudos realizados pelo governo federal em parceria com os governos estaduais norte americanos forneceram números impressionantes sobre aumento do policiamento privado nos Estados Unidos e na Europa em relação ao policiamento público.

Essa nova configuração está estritamente ligada ao fornecimento de serviços de segurança com maior qualidade. Nasce daí um grande questionamento sobre o policiamento como mercadoria vendável<sup>45</sup> que se torna um fetiche mercadológico. Quanto mais segurança, mais insegurança, visto que a “mercadização produz uma demanda aparentemente infinita por serviços de segurança, por policiamento” (BRODEUR, 2002, p. 249). Para Adorno (2002a, p. 13):

O crescimento do mercado privado de segurança é uma realidade que não pode mais ser negada. Por um lado, vem atender aos sentimentos, sempre crescentes, de que a vida urbana contemporânea vem se tornando mais e mais insegura, o que alimenta o medo e a intranquilidade dos cidadãos face ao futuro de suas vidas, de seu patrimônio e mesmo dos valores que julgam superiores.

A venda de serviços de segurança aumenta à medida que o Estado não detém exclusivamente a função de policiar a sociedade. Por outro lado, o mercado se apropriou do uso desses serviços para expandir seus lucros e conquistar clientes aterrorizados de medo que “necessitam” de mais segurança. Mas, segundo Brodeur (2002), o que cabe ao policiamento privado são as funções mais “brandas”<sup>46</sup>, enquanto que as funções e atividades mais “duras” ficam com a polícia pública. Por outro lado, as pesquisas realizadas por Ocqueteau (1997) apontam que, na Europa, especificamente na França, a segurança privada ganhou destaque a partir da década de 80. O autor salienta que a segurança privada se encontra estritamente presa aos ditames da polícia pública. Nas palavras de Ocqueteau (1997, pg. 187):

O setor da segurança privada, ao menos nas democracias ocidentais pós-industriais dotadas de uma tradição de polícia pública centralizada, teoricamente protetoras “das pessoas e dos bens dos cidadãos”, tem sobretudo necessidade de ver-se oficialmente reconhecido pelo Estado de direito, sob pena de ser permanentemente comprometido em seu funcionamento.

---

<sup>45</sup> Esta afirmação demanda uma reflexão relevante: no caso específico da contratação de policiais militares como seguranças privados, o que ocorre é não só uma compra de serviços de segurança, mas também o que se compra é a legitimidade do poder de polícia destes agentes?

<sup>46</sup> Brandas no sentido de que as funções exercidas pelos guardas privados se remetem a prevenir e a detectar atos criminosos em propriedades privadas, bem como controlar o acesso a elas.

Outro ponto importante que merece atenção diz respeito às transformações que ocorreram com o advento da polícia privada. Ao mesmo tempo em que ela crescia, imprimia também mudanças no policiamento público. Surgiram parcerias forjadas para justificar o uso legítimo da violência em favor de grupos particulares. Shering (2003, p. 239) salienta que “a conceituação de polícia privada como parceiro júnior no negócio de policiamento, que estava trabalhando para ajudar seu parceiro sênior, a polícia pública, na manutenção da paz”, caracterizou a consolidação desse tipo de serviço no mercado.

Mas quem faz a segurança dos ricos e dos pobres? Como mercadoria, o policiamento segue a lógica de quem dá mais. Os ricos contratam as empresas especializadas de serviços de policiamento privado<sup>47</sup> que, em termos operacionais, são superiores à polícia pública, enquanto os pobres, eles mesmos, fazem sua própria segurança de forma bastante informal e precarizada, onde o Estado não consegue alcançar.

O significativo aumento do policiamento privado nas sociedades contemporâneas torna aguda as desigualdades no que diz respeito ao direito à distribuição igualitária da segurança. A lei de quem tem mais vigora de tal forma que mitifica o aumento da violência, criando estereótipos de “potenciais criminosos”. O consumo exacerbado de segurança é sintomático nesse caso e leva alguns pesquisadores da instituição policial a afirmarem que o monopólio legítimo da violência não é unicamente pertencente ao Estado. De acordo com Monjardet (2002, p. 26-28), “não existe, portanto, monopólio policial da violência legítima”, porém “a força física é apenas o mais espetacular do conjunto dos meios de ação não contratuais que fundam o instrumento policial”.

Em alguns países, como os Estados Unidos da América, a segurança privada comporta em seu quadro policiais do setor público, visto que, legalmente, esses agentes podem ter como segunda carreira o policiamento privado. No entanto, essa parceria ocasionou, segundo Shering (2003), a transferência de muitos policiais para o setor privado, abandonando o setor

---

<sup>47</sup> De acordo com Adorno (2002a), para serem eficientes junto aos consumidores, as empresas de segurança privada precisam desenvolver seus próprios instrumentos de ação e, sobretudo, seus sistemas privados de informação a respeito dos quais o poder público não dispõe de qualquer controle, nem mesmo tem o direito a fazê-lo. Desse modo, a venda de proteção para aqueles que podem pagar se torna um setor lucrativo na medida em que o Estado quase não interfere na manutenção desse tipo de policiamento.



público de segurança. No caso do Brasil, onde a atividade de segurança privada feita por policiais é ilegal, o policial a pratica de forma clandestina ou velada.

Por que se contrata um policial para fazer policiamento privado? Para Shering (2003), quando se contrata um policial para fazer segurança privada, compra-se a autoridade do Estado e uma licença emitida por ele para usar a força física. O poder de polícia, a autoridade legal, o respeito e a experiência se configuram como elementos simbólicos de aceitação do policial como agente da manutenção da paz e da ordem seja na esfera pública (seu campo legítimo de atuação), seja na esfera privada.

A inserção de policiais do setor público no setor privado, em muitos países, atingiu índices bastante elevados. Trabalhar na “indústria da segurança”, para muitos policiais, representa uma esperança de viver em condições melhores. Nos Estados Unidos, por exemplo, segundo Shering (2003), cerca de 20 a 30% dos policiais do setor público exercem atividades no setor privado de policiamento em horário de folga, ou seja, fora do expediente de serviços na polícia. Esses policiais eram contratados tanto por empresas privadas (como seguranças internos) como pelas forças policiais privadas (firmas de segurança contratada).

A contratação de policiais para o setor privado, por outro lado, mostra que o Estado, em suas atribuições legais, não consegue oferecer segurança de forma satisfatória à população. Paradoxalmente, o policial é um agente do Estado e, ao mesmo tempo um empregado de grupos particulares que, de forma bastante simples, conseguem usar toda a significação legal que a polícia possui para questões que se remetem ao domínio privado.

Tudo isso envolve uma construção simbólica do papel da polícia na sociedade contemporânea. Nesse sentido, Brodeur (2002, p. 247) salienta que “a função da polícia consiste em lidar com todas as espécies de problemas tendo à sua disposição um poder legítimo do uso da força”. Os policiais que realizam atividades de segurança privada fazem uso desse poder para impor a ordem e a lei a serviço de interesses privados.

Em que medida um agente público atuando no setor privado faz uso do poder de polícia? Muitos pesquisadores da instituição policial indagam que os limites de atuação do policiamento privado devem se restringir somente à esfera privada, porém, mesmo assim, as barreiras entre o público e o privado se romperam a partir do momento em que existem policiais trabalhando em atividades particulares de segurança privada. Adorno (2002a, p. 12)

salienta que “é forte o reconhecimento de que, na atualidade, os problemas de segurança pública se tornaram de tal sorte complexos que as agências públicas e estatais encarregadas de implementar lei e ordem se mostram insuficientes para fazê-lo”.

O policial é um representante do Estado e seus atos são expressamente codificados como ações legítimas para a manutenção da paz e da ordem. Contudo, “a privatização da violência pode passar por uma perversão quando os que detêm o uso legítimo da força – a polícia, as forças armadas – a ela recorrem para fins hediondos” (WIEVIORKA, 1997, p. 30), como usá-la para fins criminosos.

### **3.1.1 - As estreitas relações entre mercado de segurança e a violência: o cenário urbano**

Seguindo a linha de raciocínio sobre a expansão da segurança privada em nível global, coloco em foco o cenário urbano onde foi realizado minha pesquisa sobre trabalho de PMs no setor privado de policiamento. Para tanto, a discussão que ensejo agora diz respeito às novas formas de sociabilidades ditas violentas que tomam conta do imaginário social dos grandes centros urbanos.

Fortaleza, atualmente, está entre as dez capitais mais populosas do país, com uma população de aproximadamente dois milhões de habitantes, atingindo uma densidade demográfica de 7.748 habitantes por quilômetro quadrado. Na verdade, Fortaleza é uma cidade, por excelência, tomando de empréstimo o termo de Canevacci (1993), polifônica, multidimensional, que comporta inúmeros segmentos sociais, culturais e econômicos.

A cidade, desejo aqui enfatizar, é percebida pelas suas significações simbólicas, pelas suas personagens e pelas representações que fazem dela. É, de acordo com Barreira (2007, p. 165-166), “múltipla constituindo-se em uma espécie de unidade imaginária – identidade a partir da qual cada aglomerado urbano pretende afirmar sua marca distintiva”. É ainda palco de inúmeras intervenções urbanas. Ela se molda a partir de “classificações e sentidos elaborados no cotidiano de práticas de atores sociais”: policiais, moradores, comerciantes, visitantes etc.

A cidade real, da miséria e da pobreza, é mascarada pela cidade ideal<sup>48</sup> dos prédios altos na Beira-mar e do roteiro turístico. Fortaleza, como todas as cidades, se veste de pares antagônicos, pois é cidade moderna/atrasada, rica/pobre, bela/feia e cosmopolita/local. Aliás, cidade também marcada pelo aumento da violência e da criminalidade. Fato esse que nos lança ao mundo do trabalho policial de rua.

Nesse sentido, coloco algumas considerações em relação a três fatores que se entrelaçam no cotidiano do trabalho policial em Fortaleza: o mercado de venda de segurança, o aumento da violência e a entrada de PM para a segurança privada. Notadamente, a confluência desses três fatores produz e reproduz novas formas de socialização entre os indivíduos no cenário urbano, uma vez que acarretam transformações nas rotinas tanto dos contratantes de PM como dos próprios policiais que realizam essa atividade.

Em Fortaleza, a configuração do bico é, em muitos casos, assegurada pela sociabilidade baseada em sentimentos de medo e insegurança, pelo pavor que o indivíduo tem de ser assaltado, morto por bandidos ou sequestrado:

Sequestro, que motiva um empresário a contratar um agente privado, no caso um policial. Ele tem medo. Ninguém quer ser roubado. [...] Olha, se você andar na Aldeota, na periferia não, mas se você for na grande Aldeota, na Beira Mar, tá entendendo, você vai ver todo carro que sai de lá, uma moto tornada acompanhando, uma moto acompanhando: é Otoch, M. Dias Branco, é Rabelo, Pague Menos. Todos têm segurança. (Entrevista 01: soldado 01).

Tem muitos amigos nossos que precisam, por quê? Porque o índice de criminalidade aqui em Fortaleza, principalmente Fortaleza capital, aumentou muito, aumentou demais. Tem muitos companheiros nossos que, às vezes, vai andar com montante, fazer alguma transferência ou pagar alguma coisa, às vezes à noite... O cara chama a gente porque conhece (Entrevista 05: cabo 02).

O bico obedece a uma dinâmica social que tem como diretriz o culto à sociabilidade violenta, fragmentadora de rotina. A ordem social, dessa forma, está rigorosamente presa a fatores que evidenciam componentes capazes de modificar o cotidiano das pessoas, impondo-lhes um novo modo de se viver nos grandes centros urbanos brasileiro. Tomo de empréstimo as palavras de Silva (1999, p. 120), que lança como hipótese para o crescimento e organização da violência urbana “as transformações culturais imensamente profundas e a formação de uma

---

<sup>48</sup> Utilizo aqui as argumentações de Passavento (1999) sobre o imaginário da cidade. A cidade do desejo, idealizada pela elite, nega a cidade real, de contradições e de pobreza. O uso de objetos simbólicos que mascaram a realidade, neste caso, funciona intensamente para construir um modelo de cidade que só turista vê.

sociabilidade radicalmente nova que a teoria social tem muita dificuldade de apreender, na medida em que aponta para uma visão de mundo que lhe é exterior”.

O crime dita regras, modifica a ordem na cidade e reorganiza o mercado de segurança. Nesse cenário urbano, o policial militar é constantemente peça fundamental para suprir uma demanda cada vez maior por segurança. Em Fortaleza, comumente, a expansão do mercado do bico está submetida aos ditames impostos pela violência urbana, que delineia novas fronteiras territoriais, espaciais e simbólicas. Aliás, nos relatos de meus informantes, foi possível perceber que a violência e suas formas derivadas são um fator motivador que gera convites por parte dos contratantes:

Porque o que levou, o que gerou o pessoal ir pra lá foi uma briga de um lutador de jiu jitsu que teve lá dentro do restaurante. [...] La dentro do restaurante, quer dizer, um ato de violência né? E aqui foi um assalto em um dos salões da rede lá no Papicu. Foi assaltado, entraram e a mesma coisa aconteceu. Na loja que eu trabalhei lá, foi um policial pra lá porque eles estavam roubando o som dos carros lá do lado de fora da loja. Trabalhei no posto de gasolina, no posto de gasolina por causa de assalto, trabalhei no [X], o [X] todo mundo sabe, Forró no [Y], eu trabalhei por causa de briga, [W] também, o [W] por causa de ladrão. Então, com certeza, é por causa da violência sim, talvez se não tivesse tanta violência não ia precisar, se a polícia, eu digo polícia, não os policiais - a gente policial só pode fazer o que tá ali, o que a gente tem condições (Entrevista 02: soldado 02).

Os policiais que atuam nesse ramo de atividade estão cientes de que o Estado se tornou ineficaz no que diz respeito a punir os criminosos. Em face disso, se revestem da roupagem jurídica desse Estado, aplicando as regras informais de uma justiça forjada no que é socialmente aceito como norma moral e vendem segurança para determinados setores do empresariado cearense. Nesse sentido: [...] “é preciso perguntar em que medida a segurança pública não se encontra privatizada em favor daqueles que vivem acomodados nas classes economicamente privilegiadas, em edifícios luxuosos ou nos bancos das instituições que operam o poder”? (BARROS, 2005, P. 277-278).

O mercado do bico em Fortaleza se metamorfoseia de acordo com as demandas sociais por mais segurança, por exemplo.

O empresário coagido, todo dia sendo assaltado, vendo seu lucro ir embora por assaltos e, do outro lado, existe o “policial mal remunerado subsidiado com a renda familiar”. Então, de um lado tem alguém querendo um profissional de segurança barato, e do outro lado tem um profissional de segurança querendo trabalhar, então

as duas coisas, elas, na realidade, são convidativas (Entrevista com o vice-presidente da ACSCE).

Essa demanda por mais segurança e a livre inserção de PMs na segurança privada, por outro lado, expressa a manutenção e um certo exclusivismo em relação ao monopólio do uso da força. Contudo, demonstra a ineficiência do Estado em garantir segurança pública a todos os indivíduos igualmente. Na verdade, o fato é que é cada vez mais difícil para os Estados assumirem suas funções clássicas, uma vez que ocorre o uso da força do Estado (policiais) para fins privados de manutenção da lei e da ordem é vivenciado em dias atuais (WIERVIOKA, 1997).

### **3.1.2 - As novas configurações da criminalidade e os rearranjos no mercado de segurança privado**

Devido à grande demanda por mais segurança e maior policiamento, o mercado do bico em Fortaleza consegue manter-se atuante e em expansão contínua. As empresas ilegais formadas por policiais garantem uma grande fatia desse mercado em razão do fato de que a criminalidade força e implica novas reorganizações territoriais e sociais.

À medida que os índices de violência aumentam, que os órgãos de segurança pública não garantem policiamento adequado, que há, visivelmente, o sucateamento de viaturas e delegacias, a população apela para o que, teoricamente, poderia ser uma forma de inibir a atuação de criminosos: empresas privadas de segurança. Caldeira (2000) atentou para esse “problema” em nossa sociedade a partir do caso de São Paulo, onde a população com poder aquisitivo melhor se esconde em “enclaves fortificados” e contrata empresas ilegais de segurança privada muitas vezes chefiadas por ex-policiais ou policiais na ativa.

Na verdade, Caldeira (2000) salienta que nos grandes centros urbanos, onde a desigualdade social é gritante, os espaços urbanos são re-ajustados de acordo com seus usos. Nas cidades grandes, os discursos dos habitantes são pautados pelas diretrizes subjetivas que carregam sentimentos de medo e insegurança.

O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros (CALDEIRA, 2000, p. 27).

A cidade ganha novas formas e padrões de sociabilidade direcionados ao convívio intramuros. “Os donos do poder” se fortificam, criam minicidades dentro de outras, modificam suas rotinas, blindam carros e casas também para se sentirem mais protegidos. Suas minicidades são protegidas por empresas de segurança, muitas vezes ilegais, que praticam abusos em relação ao uso da força.

Zaluar (2004) atenta para essas questões, discutidas por Caldeira (2000), ao ressaltar que os espaços sociais estão em constantes modificações devido à influência da criminalidade que envolve o tráfico e outros delitos como furto, assalto e homicídio: os efeitos mais evidentes dessa postura foram a “modificação do aspecto das residências, que passaram a exhibir muros altos, grades, fechaduras, alarmes e cadeados, mas principalmente o descrédito no trato com os estranhos e a descrença nos processos de participação democrática” (ZALUAR, 2004, p. 72).

Santos (1999, p. 20), ao ressaltar a relação entre violência e fragmentação social, diz que:

As relações de sociabilidade passam por uma nova mutação, mediante processos simultâneos de integração comunitária e de fragmentação social, de massificação e de individualização, de ocidentalização e de desterritorialização. Como efeito dos processos de exclusão social e econômica, inserem-se as práticas de violência como norma social particular de amplos grupos da sociedade, presentes em múltiplas dimensões da violência social e política contemporânea.

O fato é que, devido a isso, criou-se o que Barreira (2008) denominou de uma cultura do medo, ou seja, a população, cada vez mais, sente-se aquartelada dentro de suas próprias residências, propagando um discurso recheado de sentimentos de pavor, medo e insegurança. O mercado da segurança privada, tanto o formal como o informal, apodera-se dessa lógica e vende seu produto. No que tange a esse assunto, Caldeira (2000, p. 200) salienta que: [...] os donos das empresas percebem claramente a crescente atração de seus serviços e o potencial de expansão numa sociedade profundamente desigual, amedrontada com as altas taxas de crime e incapaz de contar com as forças policiais. Esse setor literalmente lucra com o medo do crime.

Os re-arranjos no mercado da segurança privada movimentam também os mercados ilegais. Aliás, as fronteiras entre ilegal e legal, formal e informal são tênues quando se está falando do campo da segurança, uma vez que as empresas de segurança, geralmente, não obedecem às normas reguladoras ditadas pelo Estado. Desse modo, é notória a visibilidade que esse mercado alcança nos centros urbanos brasileiro em relação a essa fronteira entre legal e ilegal, Lima (2007, p. 39) argumenta que:

A identificação de policiais militares nas duas esferas mostra a existência de uma força pública policial comprometida com o setor privado de segurança. Isso impede o Estado de reprimir tal prática e traz como consequência uma privatização da segurança que, por outro lado, força a sociedade a buscar alternativa de proteção.

Essa espécie de fluidez entre as fronteiras do legal e do ilegal fomenta e dinamiza esse mercado de forma a construir campos simbólicos de luta pela regulação e legitimação desse setor. Na verdade, existem disputas travadas entre o Estado, as empresas legais e as empresas ilegais de segurança pelo controle da violência.

Nesse torvelinho, quem sai ganhando, realmente, são os agentes do Estado que penetram nesses dois setores da segurança privada (legal e ilegal), vendem serviços para empresários e comerciantes e ainda atuam como força policial legítima. De acordo com Caldeira (2000, p. 200-201), o mercado de segurança privada utiliza estratégias para fugir à fiscalização do Estado:

Para evitar o controle do Estado, os donos de empresas de segurança privada estão desenvolvendo um discurso que enfatiza a natureza privada de seus serviços e opõe a eficiência privada à ineficiência pública. Eles insistem na separação entre privado e público e na especificidade de seus serviços, a tal ponto que alguns de seus argumentos parecem eliminar qualquer razão para continuarem a submeter-se ao controle do Estado.

Por trás desse discurso é possível perceber um padrão de rentabilidade que atinge níveis cada vez maiores motivado, principalmente, pela “descrença dos cidadãos nas instituições promotoras de justiça, em especial as encarregadas de distribuir e aplicar sanções para os autores de crime e de violência” (ADORNO, 2002b, p. 51). Aliás, esse jogo desvela a situação real do nosso sistema criminal de justiça, no qual se percebe a falta de sincronia entre os discursos e as práticas impressos pela instituição policial e pelo judiciário.

Em termos de ganhos, o mercado de segurança privado no Brasil atinge cifras cada vez maiores, uma vez que sua engrenagem de funcionamento é movimentada pelo discurso do medo e da insegurança, pela reorganização territorial dentro da cidade e pela suposta crise no sistema criminal brasileiro. Salientando os fatores da privatização da segurança, Caldeira (2000, p. 207) afirma que:

O crime violento e seu controle não constituem o único contexto em que podemos observar tendências rumo à privatização, deslegitimação da mediação pública e aumento da desigualdade. Essas tendências estão também moldando o espaço urbano, seus padrões de segregação, novas formas de residência, trabalho e circulação, interação pública e, conseqüentemente, a qualidade da vida pública.

Os espaços urbanos ganham novas formas e padrões de sociabilidade regrados pelo sentimento de insegurança que permeia o imaginário social dos centros urbanos<sup>49</sup>. Apoiado por essa lógica, discorro, agora, sobre o cenário urbano da cidade de Fortaleza, uma vez que minha pesquisa demonstrou, de certo modo, que a configuração do bico realça as estratégias de segurança por parte dos cidadãos.

Os discursos dos policiais entrevistados destacaram o papel positivo da atividade de segurança privada em período de folga, apontando alguns elementos que possibilitam uma reorganização da segurança em espaços urbanos públicos e privados. Na verdade, o fato é que o PM se encontra em uma atividade privada de segurança que, de acordo com os informantes, está protegendo uma área que antes não tinha policiamento. Exponho uma longa fala de um policial que salienta a respeito da relação entre violência, bico e espaço urbano:

Olha eu acredito que atividade extra do PM, se ela influencia na questão da violência, é pra redução da violência. Como eu falei pra você o seguinte: são mais horas de serviço de segurança prestado, ou seja, nós temos uma área específica que é coberta por 500 PM em serviço, só que os comerciantes daquela área não acham os

---

<sup>49</sup> Coloco em discussão, nesse momento, um dos elementos que compõe a teoria do processo civilizador de Elias (1993): a pacificação dos espaços sociais. Para o autor, com a monopolização do uso da força pelo Estado, os espaços públicos foram, palatinamente, transformados em locais onde a sensação de segurança imperava. Para o autor (1993b, p. 198): “ao se formar um monopólio de força, criam-se espaços sociais pacificados, que normalmente estão livres de atos de violência. As pressões que atuam sobre as pessoas nesses espaços são diferentes das que existiam antes”. Os indivíduos, ao se sentirem mais seguros em relação ao outro, constroem novas formas de se socializar embasadas na “conduta da civilidade” e na “racionalização da vida”. O que merece destaque aqui é o fato de haver uma inversão dos preceitos do processo civilizador nos grandes centros urbanos, tendo em vista que os lugares mais “perigosos” são aqueles que, justamente, configuram-se como públicos, de livre acesso. O processo civilizador, que antes expressava o domínio da conduta civilizada, agora fica submerso pela criminalidade violenta que assola os espaços sociais e privados também.



500 PM suficientes para dar segurança para sua área. Então, se mais 20 comerciantes contratarem dois PM, nós vamos ter mais 40 profissionais exercendo a mesma atividade daqueles 500 que estão dentro das viaturas. Em vez de ter 500 agentes de segurança, nós vamos ter 540, então vai aumentar. Em determinado local, o cara: “não, nós não vamos assaltar lá não porque lá tem um cara lá que faz a segurança, vamos ao outro que é mais fácil, que não tem ninguém fazendo segurança”. Então, nisso, de certa forma, vai criando **zonas de isenção de violência**. Essas zonas, essas pequenas manchas no mapa da cidade, vão se tornando áreas seguras, como falei pra você o exemplo do *shopping*. Independente de ser o PM na atividade paralela ou o segurança de empresa contratada, o *shopping* hoje é um local seguro porque tem segurança privada. Então, quem tá executando essa atividade, se é o PM ou o segurança da empresa, não vai fazer diferença, o importante é que aquele local tenha segurança. No caso, algumas empresas optam pela contratação do PM porque não existem tributos, encargos sociais, não existem vínculos empregatícios, ele paga diretamente ao PM pela hora de serviço exercida: o contrato verbal. (Entrevista 06: capitão 01, grifo meu).

Essas *zonas de isenção de violência* são territórios onde existe uma grande quantidade de policiais ou seguranças particulares realizando patrulhamento constantemente. Elas são salientadas em discursos tanto de policiais como de cidadãos que vivenciam a criminalidade violenta nos centros urbanos. Devido a isso, é perceptível a re-modelação dos espaços públicos e privados, influenciados pela lógica de quanto mais segurança, melhor.

Os novos lugares de convívio social são marcados pela eficiência em garantir segurança aos seus visitantes a partir de circuitos de vigilância com câmeras, alarmes e seguranças em locais estratégicos do ambiente. São os *shoppings*, barracas de praia, casas de *show*, restaurantes e outros estabelecimentos onde a presença de seguranças armados e sistemas de vigilância possibilitam uma pequena sensação de segurança e conforto em relação à criminalidade.

Por outro lado, praças públicas, logradouros famosos e outros espaços públicos não são mais locais de intensa movimentação e celebração do convívio social, onde se presenciava sociabilidade pautada pela confiança no próximo. Isso nos lembra o magnífico trabalho de Sennett (1995) no qual o autor explica que a sociedade moderna adquiriu novas formas de sociabilidade pautadas pelas relações de intimidade.

O trabalho de Sennett revela que o homem contemporâneo opta por privilegiar a vida íntima em detrimento da pública. Fato que revela o descaso para com o espaço público que, além de abandonado pelo cidadão, também fica a mercê do poder público. O que desejo salientar com o que o autor denominou de “declínio do homem público” é a transformação da sociedade contemporânea no que diz respeito ao abandono do espaço urbano e a re-modelação

do espaço privado que, conseqüentemente, faz emergir uma cultura do medo pautada em valores socialmente compartilhados: insegurança e pavor.

Em face disso, essa sensação de medo e insegurança é combatida com a fórmula “quanto mais segurança (legal e ilegal) em determinados locais, maior a garantia de estar seguro”. Apontando para isso, Barros (2005, p. 136) assevera que “os policiais, principalmente os administradores da polícia, apostam na produção de uma ‘sensação de segurança’ que se faz presente na coletividade, quando esta percebe a presença ostensiva do policial”.

## **CAPÍTULO IV – AS IMPLICAÇÕES DO BICO NA SEGURANÇA PRIVADA PARA A INSTITUIÇÃO POLICIAL, O PM E A SOCIEDADE**

### **4.1 – “O bico é o trabalho mais honesto que o policial pode fazer”: na linha tênue do legal e do ilegal**

No último tópico do capítulo anterior, dirigi minhas argumentações sobre a pouca distinção entre público e privado no campo da segurança devido ao fato de que policiais participam, constantemente, da elaboração e aplicação de políticas privadas de segurança. Na realidade, o que pretendo salientar é que, com as fronteiras entre público e privado diluídas, existem modificações e re-ordenações das estratégias de policiamento nas sociedades contemporâneas.

Legal/ilegal são componentes de uma engrenagem social maior que determina os caminhos que se deve seguir: o mercado da segurança privada. São essas dicotomias e dualidades, na cultura brasileira, indissociáveis e penetradas por valores e normas sociais que, em muitos casos, transformam-nas em um único elemento, cujo teor resvala em uma área de positividade. Aliás, elas se metamorfoseiam em um artefato singular que se insere no imaginário social de forma a atingir toda a população, imprimindo um discurso de verdade.

As práticas sociais, nesse caso, funcionam como propagadoras e incentivadoras do uso corriqueiro das formas ilegais, em detrimento das legais. É preferível utilizar meios ilegais para adquirir algo do que seguir as normas vigentes na lei. Isso acontece nos mais variados setores da sociedade e, inclusive no setor público brasileiro.

Antes de qualquer coisa, é fundamental entender um pouco o funcionamento da sociedade brasileira. Para isso, saliento que os paradigmas evocados pela formação da cultura brasileira levam-nos, amiúde, à discussão sobre a “herança maldita” do uso da máquina pública em proveito particular. Essa característica tem atravessado as grandes linhas dos estudos sobre Pensamento Social Brasileiro e ratificado um “padrão de comportamento do funcionalismo público” peculiar às relações sociais e pessoais do brasileiro.

No Brasil, sempre existiu uma grande indistinção entre o público e o privado, que forjou uma cultura do “você sabe com quem está falando?” e do “jeitinho brasileiro”, praticada por pessoas que representam o Estado e por aqueles que se encontram em níveis elevados da estratificação social, ou seja, o público sempre é tratado como bem particular, de uso exclusivo daqueles que o detêm (DAMATTA, 1986).

As idéias de Buarque de Holanda (1995, p. 88) sobre a sociedade brasileira indicaram que a formação do Brasil está fincada no uso privado do poder público: “Em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, [promovem] uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”. Em face disso, o Brasil e os brasileiros promoveram uma cultura do personalismo que congrega em uma única esfera o público e o privado. Nas palavras de Buarque de Holanda (1995, p. 145): “não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre público e privado”. Saliento que tal enunciação ainda prevalece em nossa sociedade de forma bastante expressiva em nosso funcionalismo público, como é o caso do mercado de segurança privada que utiliza funcionários públicos para realizar atividades de cunho privada.

O que explanei aqui sobre as tênues fronteiras entre legal e ilegal no campo da segurança perpassa, de modo geral, todas as esferas do funcionalismo público brasileiro. No caso da segurança, essas fronteiras diluídas, atreladas às categorias morais, fazem emergir a prática do bico na segurança privada.

#### **4.1.1 – As categorias morais que envolvem o trabalho de PMs na segurança privada**

Os elementos simbólicos que mapeiam o trabalho de policiais na segurança privada são forjados a partir da própria configuração da atividade policial, ou seja, são trazidos do mundo da polícia e fazem parte da cultura policial. Esses elementos são o baluarte da manutenção e permanência do policial nessa atividade, uma vez que são cultuados e ressignificados no discurso daqueles que praticam o bico.

O fato é que as práticas comuns de defesa do bico envolvem a elaboração de uma justificativa moral em torno de elementos simbólicos deslocados da cultura policial, tais como honestidade, lealdade, compromisso, trabalho e legitimidade. Nessa perspectiva, o trabalho de Cortes (2005) abordou o bico a partir de uma categoria moral e política, salientando que os discursos dos policiais que realizam essa atividade são carregados de elementos simbólicos de legitimidade do bico frente sua ilegalidade. “A categoria bico é utilizada, no discurso, como um processo de construção da legitimidade da ida destes agentes da segurança pública (que só poderiam estar na segurança pública) para a segurança privada ao explicar e justificar esta transição” (CORTES, 2005, p. 70).

A justificativa moral é uma arma de forte poder de penetração, uma vez que utiliza elementos simbólicos que também se fazem presentes no imaginário social. Estar no bico é a solução que muitos encontram para sustentar a família “dignamente” e garantir melhores condições de vida para os filhos e a esposa: “Esse suplemento laborial, para os que fazem **bico**, é algo considerado digno e de respeito, um trabalho como outro qualquer, que permite ao policial militar obter uma renda lícita e honesta no serviço de segurança particular” (LIMA, 2007, p. 47, grifo meu). Nas palavras de um dos meus entrevistados,

**Fazer bico é a forma mais honesta que o policial tem pra completar a renda e sustentar sua família.** [...] Honesta, porque [no] bico, ele não tá matando, nem roubando, nem extorquindo, tirando nada de ninguém errado. Ele tá vendendo a força do seu trabalho, do seu suor pra sustentar sua família, mesmo que esteja cometendo uma transgressão pra polícia. Pra polícia, porque nós somos regidos pelo Estatuto e esse Estatuto é votado na Assembléia [Legislativa] (Entrevista 03: soldado 03, grifo meu).

Em Fortaleza, esses elementos também estão presentes no discurso daqueles PMs que estão na segurança privada. Em todo ato de defesa da prática do bico, os policiais apontam alguns desses símbolos morais, embora reconheçam que é uma atividade ilegal e, portanto, não amparada por leis trabalhistas ou estatutárias.

**É a ilegalidade mais honesta!** Por que? Porque se ele não fizer isso, ele vai ter que buscar esse dinheiro em algum canto. Então, se a pessoa tem problemas familiar, estruturais, pode vir a fazer alguma besteira que não deveria fazer, mas nós somos ser humano. O policial também é um ser humano, ele vive de sentimentos também, como qualquer pessoa. (Entrevista 03: soldado 03, grifo meu).

Acho irregular. Se você trabalha honesto em qualquer canto, é bem-vindo e benquisto. É melhor o cara fazer o bico e ser honesto, do que fazer coisa errada (Entrevista 05: cabo 02).

Os mapas cognitivos e sociais dos policiais carregam esse duplo conflito entre ilegal x honesto e irregular x digno. Nesse sentido, as matrizes sócio-cristãs impelem forte ação a esse paradigma e deslocam o pêndulo da consciência e do inconsciente a fim de direcionar e legitimar o discurso e a prática do bico. Isso revela, por outro lado, que o universo social aceita e defende práticas ilegais e irregulares quando essas são realizadas envoltas pelos símbolos morais vigente em nossa sociedade.

É plausível salientar, também, que os elementos simbólicos encarregados de imprimir “discursos de verdade” são fabricados e cultivados levando-se em conta a própria engrenagem social, ou seja, são partes integrantes da visão de mundo, tanto dos PMs como da população. Aliado a tudo isso, é possível lançar mão de uma justificativa moral para o bico que perpassa as barreiras do mundo do ilegal e legal: o senso de missão e de defesa do outro. De acordo com Monjardet (2002, p. 165), “a procura de uma ‘eficácia’ é inegável, seja ela mantida pela pressão hierárquica, sustentada pelo coletivo de trabalho ou autodeterminada pelo simples desejo de fazer direito seu trabalho e de ser útil.

Eu não consigo ver uma pessoa fazendo esse tipo de crime e eu não tentar agir. Eu não consigo ver, porque é a minha missão, a minha missão é aquilo dali, tá no sangue fazer aquilo dali, mas eu faço extra porque eu não consigo viver com o dinheiro do policial que o Estado me paga, não consigo mesmo sobreviver. Pago empréstimos que eu fiz pra doença, pra problema de família. Então é descontado do meu salário (Entrevista 03: soldado 03).

Essa necessidade de ser policial 24 horas por dia mapeia a vida e as ações desses policiais. Tal sentimento certamente constitui um aspecto muito importante da estrutura mental do policial e “direciona seus interesses, estabelece suas prioridades, fornece as justificativas para as ações, governa as expectativas de recompensa e honra” (BITTNER, 2003, p. 233). Segundo Muniz, (1999, p. 210) “a pressão exercida sobre os policiais para, simultaneamente, “serem corretos” e fazerem alguma coisa no agora e já das pessoas e dos eventos restringe, de forma drástica, a oportunidade de se emprestar algum grau de sofisticação às alternativas disponíveis para a ação”.

Daí a utilização de recursos morais para defender essa atividade tão expressiva no cotidiano policial. A fala de um dirigente de associação de policiais demonstra “apoio” a essa prática:

É melhor o policial fazer bico, eu não tô querendo justificar qualquer tipo de conduta, conduta ilícita não, mas eu prefiro que o policial faça o bico lícito, embora seja contrário. [...] Mas eu acho mais moral ele fazer uma atividade alheia ao serviço policial militar, do que juntos se organizarem em quadrilhas e irem praticar o crime institucional se utilizando da estrutura do estado: viatura, farda pra extorquir, roubar e tal (Entrevista com o presidente da ASPRAMECE).

O bico, aqui, é notificado como uma atividade que foge, mesmo que esteja entre a linha tênue do legal e ilegal, às práticas corruptíveis que envolvem elementos desmoralizantes tanto para o PM como para a instituição militar. Antes de qualquer coisa, ele se insere em práticas ilegais, porém concebíveis dentro dos padrões sociais do trabalho policial devido ao fato de ser “tolerado por governos e policiais e, em boa medida, tratado como uma política salarial informal e velada” (MUNIZ, 2007, p. 164).

Nos discursos dos policiais que entrevistei, o fato mais recorrente foi a dissociação do bico com qualquer prática de corrupção, por mais que existam elementos em comum, como o caso da expropriação do uso da força do Estado. Na verdade, o que ocorre é uma tentativa de desmistificação do desvio de conduta, no caso de quem faz bico, já que que é posto em comparação o pai de família trabalhador x o policial corrupto:

Agora, o que existe, essa imagem negativa que se criou acerca da atividade paralela – bico. O que existe é que se comparou, durante muito tempo, profissionais que exerciam a atividade paralela, o bico, com profissionais que realmente desviavam sua conduta pra atividade criminosa. [...] Mas esse tipo de policial que se tornou um bandido, se desviou da atividade profissional, ele não pode em momento algum ser comparado com o pai de família que, diante da falta de dinheiro, diante da carência, do desespero para sustentar sua família, ele vai prestar um serviço nas suas horas de folga. O serviço que não é uma atividade criminosa. Ele não tá roubando, não tá matando, ele não tá cometendo nenhum crime. [...] Regularizar a maneira dele trabalhar. A sociedade tá precisando. Se não houvesse uma demanda, não existiria o serviço (Entrevista 06: capitão 01).

Os preceitos moralizantes que frequentam os discursos dos policiais que realizam essa atividade são, em certa medida, naturalizados dentro da instituição militar. O bico está impresso no tecido social como uma espécie de mercadoria expropriada do Estado, porém

vendida e executada pelos próprios agentes estatais, constituindo-se em uma atividade-fim para aqueles que a exercem.

#### **4.1.2 – O bico na segurança privada analisado pelas lentes da mercadoria política**

Nesse tópico, recorrerei ao conceito de “mercadoria política” para explicar como ocorre o processo de venda de proteção às empresas e comerciantes de Fortaleza e, com isso, deslocar a análise para o plano do uso da violência para a manutenção da lei e da ordem. Para tanto, auxiliar-me-á o trabalho de Misse (2006), cuja temática está estritamente ligada ao estudo do uso ilegal da violência para fins privados.

Redimensionando o debate sobre o público e o privado para o campo da segurança, atento para o que Misse (2006, p. 180) denominou de mercadoria política:

Chamo de “mercadorias políticas” o conjunto de diferentes bens ou serviços compostos por recursos “políticos” (não necessariamente bens ou serviços políticos públicos ou de base estatal) que podem ser constituídos como objeto privado de apropriação para troca (livre ou compulsória, legal ou ilegal, criminal ou não) por outras mercadorias, utilidades ou dinheiro. O que tradicionalmente se chama de “corrupção” é um dos tipos principais de “mercadoria política” ilícita ou criminal. O “clientelismo” é, por sua vez, uma forma de poder baseada na troca de diferentes mercadorias (políticas e econômicas), geralmente legal ou tolerada, mas moralmente condenada por seu caráter hierárquico e sua estrutura assimétrica. As fronteiras entre o “clientelismo” e a “corrupção” por serem moralmente tênues, no Brasil, tendem a reforçar e ampliar o mercado político ilegal e criminal.

Para o autor, a utilização do aparato do Estado para fins particulares e criminosos é comum em nossa sociedade e leva à fabricação de uma economia da corrupção pautada na venda, troca e uso do poder por agentes estatais. No caso da polícia brasileira, o uso da força se tornou uma mercadoria política em virtude de seu uso ilegal para fins privados e particulares de seus representantes. Essa privatização de um recurso público para fins individuais pode assumir diferentes formas, “desde o tráfico de influência até a expropriação de recursos de violência, cujo emprego legítimo dependia da monopolização de seu uso legal pelo Estado” (MISSE, 2002, p. 153).

Proponho analisar o fenômeno do bico na segurança privada sob a óptica do conceito de mercadoria política, uma vez que é uma prática na qual existe a expropriação do uso da



violência estatal para fins informais e ilegais. O que há de específico na prática do bico como mercadoria política é:

[...] o fato de que o recurso político usado para a produzi-la é expropriado do Estado e privatizado pelo agente de sua oferta. Essa privatização de um recurso público para fins individuais pode assumir diferentes formas, desde o tráfico de influência até a expropriação de recursos de violência cujo emprego legítimo dependia da monopolização de seu uso legal pelo Estado (MISSE, 2006, p. 208).

O surgimento de mercados de venda de proteção ultrapassa as fronteiras da legalidade e da formalidade. Aliás, é nos mercados ilegais e informais que a mercadoria bico é distribuída e fornecida àqueles que a usufruem. Ela ganha mais destaque fomentando, também, o mercado legal e formal de proteção.

O bico como mercadoria política rompe as divisórias entre as esferas pública e privada e, assim sendo, facilita a criação de mercados especializados em vender esse tipo de mercadoria, como já foi colocado no primeiro capítulo desse estudo. De fato, forja uma economia informal que transita também nos meandros da economia formal. No caso da atividade econômica praticada pela mercadoria política bico, não se pode separar os dois mundos formal e informal nitidamente, uma vez que é perceptível a inserção de policiais nesse setor. Em relação a essas atividades econômicas, Misse (2006, p. 181) salienta que:

O que distingue, em geral, uma atividade econômica “formal” de outra “informal” é a sua maior subordinação à regulação estatal. Não se pense, no entanto, que essas atividades são inteiramente separadas, constituindo “setores” bem demarcados. Diferentes formas de “flexibilização” informais participam da constituição de empresas econômicas “formais” e a informalidade ilegal de certas atividades econômicas pode dirigir-se, ao mesmo tempo, para “fachadas” formais ou mesmo mobilizar recursos em empresas legais.

As fronteiras entre mercado legal e ilegal são basicamente tênues e negociáveis<sup>50</sup>. O que fica notório, desse modo, são as sutilezas que os agentes dessas economias encontram para burlar as normais estatutárias vigentes e, com isso, praticar a contento vendas de produtos estatais de forma concreta em nossos mercados.

---

<sup>50</sup> Vale ressaltar que a diluição das esferas pública e privada, em muitos casos e especialmente no Rio de Janeiro, pode levar o agente público a enveredar para o mundo do crime. Alves (2008, p. 33) salienta que “esse envolvimento direto dos agentes de segurança na economia política do crime, não só do tráfico, mas de todos os demais agregados, tráfico de armas, roubo e furto de carros e cargas, jogo do bicho e seus negócios, bingos e caça-níqueis, seqüestro e, a mais importante, a execução sumária, permitiram uma inserção diferenciada da política no crime”.

Um fato recorrente com o qual me deparei durante a pesquisa está relacionado ao bico como mercadoria política. Nas falas dos policiais-entrevistados, foi comum o discurso de defesa da expropriação do uso da força para fins particulares em virtude de justificativas morais. Por outro lado, em alguns relatos, ficou explícita a defesa do bico, visto que existia uma política de criminalização dessa atividade:

O grande problema é que a atividade paralela, o bico, passa por toda uma questão política. Como falei pra você, a existência do bico é admitir que o Estado é deficitário no seu serviço. Então, tentou-se marginalizar o profissional de segurança que presta serviço na sua folga. O policial que presta serviço na sua folga, hoje, ele é marginalizado dentro da instituição (Entrevista 06: capitão 01).

Devido ao fato de se encontrar submerso em práticas que flutuam à parte do mundo das leis, o bico como mercadoria política é considerado criminalizado porque sua funcionalidade é própria dos mercados ilegais e informais existentes nos meandros das redes de sociabilidade. Aliás, as redes sociais funcionam como uma espécie de campo de ligação entre os mercados legais e ilegais, formais e informais. De acordo com Misse (2006, p. 181), essas redes “não adquirem necessariamente contornos espaciais ou comunitários e nem constituem setores, mas, antes, percorrem complexamente todo o conjunto do tecido social, político e econômico”.

Formal/informal, legal/ilegal participam do mesmo *modus operandis* da sociedade, ora diluindo-se em um mesmo espaço, ora delimitando-se minimamente suas fronteiras. Dessa forma, a venda de segurança por PMs se insere nessa dinâmica, criando um paradigma em face de se estar comprando algo que deveria ser prestado gratuitamente e, sendo assim, se transformando em mercadoria política, uma vez que são “bens e serviços codificados de segurança, proteção e garantias de confiança nas transações, que conflitam com a soberania das regulamentações estatais” (MISSE, 2002, p.151). Para Barros (2005, p. 277), quem sai perdendo devido a essa indistinção do que é bem público e privado é a população:

A coletividade paga para que o policial exerça sua profissão duas vezes. Uma como profissional liberal, que oferece segurança exclusiva a determinados setores ou agentes privados e outra como um profissional lotado em uma instituição pública que, a despeito de ser criada para atuar em circunstâncias de risco e desordem, passa a operar a favor dos agentes econômicos que, no cômputo geral, não têm maiores direitos que outros agentes sociais.

Quem compra segurança de policiais paga por um serviço eminentemente de cunho público, respaldado pela autoridade do Estado, ou seja, expropria um direito universal em proveito de si por pura necessidade individual. Segundo Cortes (2005, p. 08), no Rio de Janeiro, “o interesse dos clientes em ‘privilégios públicos’ visando atender a necessidades particulares de segurança é uma das explicações à contratação de policiais para a realização de serviços de segurança privada”. O fato é que, comungando com Caldeira (2000), no Brasil existe uma complexa interpenetração das atividades legais e ilegais, da polícia e das empresas privadas, que gera questões mais sérias do que como regular empresas legais ansiosas para expandir suas atividades ou como limitar o uso da força e a liberdade de ação dos guardas privados.

#### **4.2 – Indisciplinados dentro da lei e trabalhadores exemplares na atividade policial: o código disciplinar e o estatuto da PM do Ceará**

No mundo do bico, o policial militar é retratado como uma espécie de herói, glorificado pelos seus feitos que está a serviço do “bem” na luta contra o “mal”. É conhecido e reconhecido pelo trabalho realizado nas duas atividades, uma vez que garante a manutenção da lei e da ordem nos espaços público e privado e, assim, se estabelece nesses dois mundos.

Os policiais do bico são defensores assíduos de seus pares, ora por fazerem parte da engrenagem social que permite a funcionalidade da atividade paralela na segurança privada, ora por estarem inscritos na gramática do trabalho policial ostensivo. Assim sendo, eles respondem pela produção de um discurso e de uma prática que os colocam nos quadros normativos da sociedade que os tornam policiais-exemplares nos serviços(polícia e bico):

O policial que faz bico, não querendo puxar pro lado do policial que faz o bico, mas é o primeiro sinal de **policial honesto** é o policial que faz bico, porque o policial que faz bico ele não quer tá tomando nada de ninguém, porque se é fácil tomar, porque que ele vai trabalhar, né? É o primeiro, quando você ver um policial fazendo bico, você pode ter certeza que 90% é direito, é correto, né? (Entrevista 02: soldado 02, grifo meu).

Por outro lado, o exemplo que esses policiais massificam em seus discursos de defesa da prática do bico na segurança privada está restrito somente ao plano do cotidiano e atravessado nas relações sociais tecidas na sociabilidade do trabalho policial de rua. O que desejo salientar é que, no tecido social, longe do alcance das lentes da normatividade, o PM do bico é respeitado entre seus pares e, geralmente, pela sociedade na qual está inserido.

Pelas lentes normativas da instituição militar e por meio dos recursos de regulação da conduta policial, o PM se vê obrigado a seguir todos os procedimentos que o regulam no âmbito institucional. Os instrumentos existentes para isso estão em formatos de estatutos e códigos disciplinares e éticos, cuja funcionalidade é assegurar e conservar os padrões normativo-institucionais que são os sustentáculos da Instituição Polícia Militar: hierarquia, disciplina, respeito e ética.

Para analisar o funcionamento da Polícia Militar do Ceará como uma instituição burocrática, é imprescindível re-visitare os clássicos da Sociologia do Estado, tomando como diretriz a análise weberiana. Vejo isso como uma tentativa de colocar à disposição um esboço do que, para Weber, é uma organização burocrática.

A polícia se constitui como uma organização burocrático-legal devido ao fato de estar arraigada em leis, códigos e estatuto. Weber (1999) salienta, a partir de tipificações ideais, que as características impostas à sociedade contemporânea pairam sobre a forma do racionalismo dominante que é imposto a todos os setores da sociedade em forma de leis, códigos e estatutos. Na verdade, “o Estado moderno descansa sobre um funcionalismo especializado e um direito racional” (p. 518), afirma o autor.

Nos modos atuais de organização da sociedade, as instituições estão ancoradas sob a égide da burocracia moderna, amparadas pelas leis e normas erigidas e aplicadas pelo Estado. O que desejo expressar aqui é, simplesmente, o fato de que qualquer instituição moderna é amparada por leis e normas, cuja função é manter o seu funcionamento.

A instituição Polícia Militar do Ceará é regida por códigos, leis e estatutos que expressam as normas, a conduta, os direitos e deveres de seus funcionários (os policiais militares). Por essa razão, tratarei, apenas, de analisar aquelas que diretamente interferem na prática do bico na segurança privada. Para tanto, começo com o código de ética da PM do

Ceará a fim de perceber quais são as diretrizes que fundamentam a proibição da atividade na segurança privada.

A antiga expressão é proibido proibir, que tomou conta dos vários movimentos de reivindicação da liberdade nas décadas de 60 e 70, não ganha destaque quando o assunto é a lei a partir de códigos e estatutos. O que é proibido, é proibido mesmo!

O policial militar, como agente do Estado, deve seguir estritamente o que está escrito, como mostra o código disciplinar da PM:

#### Seção

III

#### Dos Deveres Militares Estaduais

Art.8º - Os deveres éticos, emanados dos valores militares estaduais e que conduzem a atividade profissional sob o signo da retidão moral, são os seguintes: XX - abster-se do uso do posto, graduação ou cargo para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros, exercer sempre a função pública com honestidade, não aceitando vantagem indevida, de qualquer espécie; XXXI - não abusar dos meios do Estado postos à sua disposição, nem distribuí-los a quem quer que seja, em detrimento dos fins da administração pública, coibindo, ainda, a transferência, para fins particulares, de tecnologia própria das funções militares; §1º - *Ao militar do Estado em serviço ativo é vedado exercer atividade de segurança particular, comércio ou tomar parte da administração ou gerência de sociedade empresária ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista, cotista ou comanditário.*

No papel, os deveres e direitos são cumpridos plenamente. Na prática, como esse trabalho vem mostrando, o que acontece é o inverso do que está escrito acima. Os PMs burlam as leis, os códigos e os estatutos para fazer bico na segurança privada ou gerenciar empresas, grupos e redes de venda de segurança.

As transgressões expostas aqui são comumente praticadas às vistas da instituição e visivelmente aceitáveis por setores da sociedade que incentivam essa atividade. Ao contrário da prática, o código disciplinar salienta que “a disciplina militar é o exato cumprimento dos deveres do militar estadual, traduzindo-se na rigorosa observância e acatamento integral das leis, regulamentos, normas e ordens, por parte de todos e de cada integrante da Corporação Militar”<sup>51</sup>.

Ser policial é estar de acordo com as normas e códigos que organizam a instituição militar. É ser obediente, respeitar a hierarquia e não transgredir as normas, uma vez que as penalidades são postas em escalas gradativas:

<sup>51</sup> Código Disciplina da PM do Ceara, Capítulo Da Disciplina Militar, Art. 9º.

## Seção

II

## Da Transgressão Disciplinar

Art.13 - As transgressões disciplinares são classificadas, de acordo com sua gravidade, em graves (G), médias (M) e leves (L), conforme disposto neste artigo.

§1º - São transgressões disciplinares graves: XVII - utilizar-se da condição de militar do Estado para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros (G); XIII - receber ou permitir que seu subordinado receba, em razão da função pública, qualquer objeto ou valor, mesmo quando oferecido pelo proprietário ou responsável (G); XIV - apropriar-se de bens pertencentes ao patrimônio público ou particular (G); XV - empregar subordinado ou servidor civil, ou desviar qualquer meio material ou financeiro sob sua responsabilidade ou não, para a execução de atividades diversas daquelas para as quais foram destinadas, em proveito próprio ou de outrem (G); **XX - exercer, o militar do Estado em serviço ativo, a função de segurança particular ou administrar ou manter vínculo de qualquer natureza com empresa do ramo de segurança ou vigilância (G)**; XLIX - andar ostensivamente armado, em trajes civis, não se achando de serviço(G); L - disparar arma por imprudência, negligência, imperícia, ou desnecessariamente (G); LI - não obedecer às regras básicas de segurança ou não ter cautela na guarda de arma própria ou sob sua responsabilidade (G) (grifos meus).

Detenho-me sobre o inciso XX, justamente por tocar no ponto principal deste trabalho.

Para o referido código, o policial que incorrer em práticas de segurança privada ou afins será penalizado com uma transgressão disciplinar grave, ou seja, está sujeito a sanções disciplinares. “faltas graves são puníveis com permanência disciplinar de até 10 (dez) dias ou custódia disciplinar de até 8 (oito) dias e, na reincidência, com permanência de até 20 (vinte) dias ou custódia disciplinar de até 15 (quinze) dias, desde que não caiba demissão ou expulsão”<sup>52</sup>.

Essas diretrizes, encontradas no referido código militar, em muitos casos são violadas pelos próprios superiores quando têm ciência de que muitos policiais realizam atividade na segurança privada. Já outros praticam a pedagogia da intimidação quando são informados de que existem PMs prestando segurança privada. Ao se expressar sobre esse fato, um sujeito da pesquisa me colocou o seguinte ponto:

Ele [um oficial] me perseguiu muito, descobriu que eu fazia bico. Foi lá no meu bico querer me autuar, querer me prender. Aí eu me abalei psicologicamente, passei 6 meses afastado da polícia, porque eu jamais esperava isso da polícia. Não da polícia, das pessoas que acham que são donos da polícia, que têm o teto de vidro e ainda quer atirar pedra no teto dos outros. Porque eu acho assim: pra você cobrar o que é correto, você tem que ser correto, não adianta você ser uma pessoa que tem o rabo preso e vá cobrar o que é dos outros, o correto que é dos outros, né? Assim, eu não sou um policial honesto, eu vou cobrar que você seja um cidadão correto? Eu acho isso o cúmulo (Entrevista 02: soldado 02).

<sup>52</sup> *Idem*. Seção Da Expulsão, Artigo 42º.

Na maioria dos casos, os policiais militares não são notificados por essa transgressão disciplinar, uma vez que na engrenagem social do bico na segurança privada há a participação de muitos oficiais. Compreendi isso quando fui buscar informações sobre esse fenômeno na Corregedoria da Polícia Militar do Ceará e não a obtive. Na verdade, o que pude constatar foi a existência de “quatro policiais militares que decidiram ir além, questionando na Justiça do Trabalho indenizações por terem prestado serviço a uma empresa do ramo de bebidas em Fortaleza entre os anos de 2000 e 2006<sup>53</sup>”.

O policial sabe que, na prática, é outra coisa. Contudo, quando toma conhecimento de que o bico na segurança privada pode implicar repreensão por parte de oficiais, ele consegue uma forma de fugir àquilo. Muitos deixam de fazer segurança por um tempo, outros trabalham “direitinho” na presença de seus superiores. Como disse um informante, sempre existe um jeito de se fazer bico, seja às escusas do oficialato, ou seja de forma aberta para que eles tenham conhecimento.

#### **4.2.1 – “O bico agora é na segurança pública”: a reformulação do Estatuto dos servidores militares do Estado do Ceará**

No ano de 2006, o governo do Estado do Ceará modificou o estatuto dos policiais militares a fim de implementar novas diretrizes ao serviço policial. A lei responsável pelas modificações do referido estatuto está inscrita sob o número 13.729, de 11 de janeiro de 2006. As alterações que incidiram sob forma de lei e decretos atingiram especificamente o artigo 217 do estatuto militar, que expressa a seguinte afirmação:

[...] os militares estaduais são submetidos a regime de tempo integral de serviço, inerente à natureza da atividade militar estadual, inteiramente devotada às finalidades e missões fundamentais das Corporações Militares estaduais, sendo compensados através de sua remuneração normal<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> PMs ganham indenização por bico. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 05 de jan. 2009.

<sup>54</sup> DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Série 2, ano IX, nº 080. Fortaleza, 28 de abril de 2006.

A reformulação de alguns pontos do referido estatuto suscitou, para alguns policiais, a tentativa de impedir a realização de bico na segurança privada, uma vez que foi instituída a Indenização por Reforço do Serviço Militar Operacional (IRSO).

A Indenização por Reforço do Serviço Militar Operacional será paga ao militar estadual da ativa que, no interesse da otimização da segurança pública e defesa social do Estado, em período de normalidade, conforme definido no §1º do art.217 da Lei nº13.729, de 11 de janeiro de 2006, seja utilizado pelo Comando-Geral, a título de reforço para o serviço operacional da respectiva Corporação Militar, em escala especial de serviço durante parte do período de sua folga relativa à escala normal de serviço<sup>55</sup>.

Esta foi a forma que as autoridades policiais encontraram para diminuir a participação de PMs na segurança privada no Estado. O bico adquiriu novas configurações e adentrou as portas da instituição militar, explicitando a deficiência em termos de efetivo e de aplicação de penalidade para aqueles que fazem bico. Na verdade, a reformulação no estatuto militar criou “o bico na segurança pública”, a partir do qual se tentou incentivar que os PMs, em período de folga, ficassem à disposição da polícia para realizar atividades de policiamento.

“O bico na segurança pública”, como ficou conhecida essa atividade extra para a própria corporação, funciona como uma política “antibico” porque, em sua base, obriga o PM a trabalhar além de sua escala normal de serviço. Por outro lado, segundo líderes de associação de policiais militares, essa atividade nada mais é que uma nova forma de se fazer bico no Estado, uma vez que “a indenização de que trata o caput não integra a remuneração do militar estadual optante, sendo vedada a sua incorporação à remuneração, sob qualquer título ou fundamento, e sobre ela não incidirá qualquer gratificação ou vantagem<sup>56</sup>”.

Vale ressaltar que a adesão a essa atividade extra acontece de forma voluntária, ou seja, o policial militar que deseja participar da IRSO se inscreve e passa a fazer parte do quadro, obedecendo ao que se encontra disposto no artigo 4º do decreto de número 28.277, de 14 de junho de 2006:

A participação em escala especial de reforço do serviço militar operacional não poderá exceder a 6 (seis) horas diárias, nas seguintes condições: I – haverá, no

---

<sup>55</sup> Artigo 2º do **DECRETO Nº28.277**, de 14 de junho de 2006, publicado no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Série 2, ano IX, nº 115. Fortaleza, 20 de junho de 2006.

<sup>56</sup> Artigo 3º parágrafo único. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. SÉRIE 2, ANO IX, Nº 078. FORTALEZA, 26 DE ABRIL DE 2006.



máximo, 2 (duas) escalas especiais por semana para o militar estadual da ativa, observando-se os militares de, no máximo, 12 (doze) horas semanais e 48 (quarenta e oito) horas mensais em atividade de reforço do serviço militar operacional; II – deverá ser observado, entre as escalas especiais de serviço, um intervalo mínimo para repouso, de 12 (doze) horas ininterruptas, quando o serviço for diurno, e de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, quando for noturno. Parágrafo único – O intervalo mínimo para repouso, de que trata o inciso II do caput, também deve ser respeitado entre uma escala especial de reforço do serviço militar operacional e a escala normal do serviço operacional.

Os limites impostos pelo artigo citado acima, evidenciam a preocupação da instituição militar com o período de folga do PM, uma vez que este precisa apenas trabalhar 12 horas semanais. Por outro lado, essa escala do bico na segurança pública coloca em xeque a prática de bico na segurança privada, visto que impossibilita a organização de horários devido ao fato de sempre se estar à disposição da Polícia Militar.

Outro ponto fundamental nessa questão do “bico na PM” está relacionado ao fator remuneração. De acordo com os policiais que entrevistei, esse trabalho extra na segurança pública foi mais uma forma de “prender” o policial por mais tempo no serviço e impedir que vá para a segurança privada. Todavia, as condições salariais postas pela PM para o policial que aderiu à IRSO não são compatíveis com o que se ganha na atividade de segurança privada. A tabela de remuneração da IRSO confirma o fato

#### Remuneração da IRSO

<b>VALOR DA INDENIZAÇÃO POR REFORÇO DO SERVIÇO<sup>57</sup></b>	
<b>MILITAR OPERACIONAL (POR HORA DE PARTICIPAÇÃO)</b>	
<b>POSTO/GRADUAÇÃO</b>	<b>VALOR R\$</b>
Oficial Superior	15,00/ horas
Oficial intermediário	13,00/ horas
Oficial subalterno	10,00/ horas
Praças (Subtenente e Sargento)	7,00/ horas
Praças (Cabo e Soldado)	5,00/ horas

Fonte: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. SÉRIE 2, ANO IX, Nº 078. FORTALEZA, 26 DE ABRIL DE 2006.

No bico na segurança privada, o policial geralmente ganha em torno de 10 a 15 reais a hora trabalhada, sem contar que o pagamento sai no dia marcado e sem atrasos. Já em relação à IRSO, segundo contam os policiais, o pagamento geralmente atrasa semanas ou meses.

<sup>57</sup> LEI Nº13.765, de 20 de abril de 2006, publicada no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. SÉRIE 2, ANO IX, Nº 078. FORTALEZA, 26 DE ABRIL DE 2006.

No bico, o PM tem a opção de escolher qual modalidade de pagamento deseja quando de sua contratação. Pode ser pago em diárias, semanais e mensais. Tem ainda a possibilidade de alternar o horário de seu serviço na segurança privada: ora trabalha diurnamente, ora trabalha no período noturno. Em relação ao trabalho no bico, um policial me relatou que tirava em torno de 100 reais por dia trabalhando em torno de 10 horas:

[...] é diária, tanto lá [no restaurante] como aqui [salão de beleza]. Aqui como são 5 horas na média. 4 horas, 5 horas por dia, são quarenta reais. Lá chega também a ser 6 horas: é sessenta. É nessa faixa. É cem reais por dia na quinta e na sexta né? (Entrevista de número 02: soldado 02).

O fato é que essa formulação do estatuto da Polícia Militar do Ceará refletiu-se, também, na mudança de escala de trabalho dos PMs. Como disse um informante, o governador acionou uma política que tem como objetivo a diminuição do bico na segurança privada.

As políticas de combate à prática do bico na segurança privada no Ceará ganharam mais um reforço com a publicação da portaria número 257/2007, que modificou a escala de trabalho dos Policiais Militares do Estado. “As escalas de serviço da PMCE deverão ser elaboradas por intermédio do Sistema de Escalas Policiais – SIESP, SIESP, observados os passos e rotinas do ‘software’ disponível na SSPDS para essa finalidade<sup>58</sup>”.

Essas mudanças que se instalaram na escala de serviço da PMCE podem ser compreendidas da seguinte forma: as tradicionais escalas de trabalho 12 horas de trabalho na corporação por 12 horas de folga (12x12) e 12 horas de trabalho na corporação por 48 horas de folga (12x48) (policiamento ostensivo motorizado em viatura 4 rodas) e a escala 24 horas de trabalho na corporação por 48 horas de folga (24x48) (para as escalas de prontidão, ou seja, guardas de quartéis e para as unidades especiais como de Choque, o Gate e outras), estão sendo substituídas pela escala denominada 6 horas de trabalho diariamente (6 x 1). Tal escala ainda é subdividida em três turnos: o A (de 6 às 14 horas), o B (de 14 às 22 horas) e o C (de 22 às 6 horas).

---

<sup>58</sup> PORTARIA Nº257/2007. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Série 2, ano x, nº046. Fortaleza, 08 de março de 2007.

Essa escala, aplicada progressivamente na instituição, busca otimizar o serviço de policiamento ostensivo, de acordo com um coronel da PMCE. Mas, na verdade, implica uma série de desvantagens para o PM. Como salienta um informante:

Atualmente, o nosso governador do Estado, Cid Ferreira Gomes, ele implantou uma escala desumana, que é a escala do *Ronda* pra toda policia. [...] Toda a policia militar, 6 por 1. Você é obrigado. Ou você tira e escala 6 por 1 pra ganhar a gratificação ou você não ganha, eu passei 4 meses trabalhando 6 por 1, trabalhava de 22 as 6, que é o turno C; e tem o turno B, que é de 14 às 22; e o turno A, que é de 6 às 14. Eu ainda consegui aguentar essa escala 5 meses (Entrevista 01: soldado 01).

O que se torna notório é como essas mudanças atingem a atividade de segurança privada realizada por policiais militares. O PM que aderiu a essa nova escala dedica oito horas do seu dia para o trabalho na PM. Por um lado, facilita a prestação de serviço em outro turno, mas isso implica numa carga maior de estresse, visto que aumenta suas horas de trabalho na PM.

De acordo com um informante, os policiais, na sua grande maioria, são pressionados ou incentivados a participarem da nova escala:

A gente tá fazendo porque eles estão obrigando, eles dizem que não é obrigado. A escala não é obrigado. Mas eles estão obrigando todo mundo. O senhor governador quer combater o bico, mas ele não tá conseguindo, porque o bico tá se adequando à escala da policia (Entrevista de número 02: soldado 02).

O bico se adequa a essa nova escala da Polícia Militar porque ele é maleável, pode ser realizado em qualquer horário, seja diurno ou noturno. Os policiais que fazem parte dessa nova escala, realizam bico na segurança privada em turno contrário ao da PM. Dessa forma, conseguem participar das duas atividades: Trabalho na PM e no bico.

As mudanças impressas pela PMCE, em termo de implementação de uma nova escala para o PM, não soam como uma grande ameaça ao bico de policiais na segurança privada, pois essa prática atende à dinâmica do cotidiano, ou seja, o mundo do bico, como suas próprias regras, é tecido por uma engrenagem social maleável. Não são modificações nas escalas de trabalho do PM que vão acabar com essa atividade. O fato é que, por mais que o governador queira combater o bico, como ressalta um sujeito da pesquisa: “*ele não consegue porque ele dá uma gratificação pro policial de 350 pra ele trabalhar seis dias na semana*” e

isso, em relação ao trabalho no bico, não é vantajoso, pois para a segurança privada vende-se uma hora de folga por mais de 10 reais.

#### **4.3 - O trabalho no bico e o bico na polícia militar: a precariedade do salário policial e a defasagem no efetivo da PM**

Há muito venho discorrendo sobre a participação de policiais militares na segurança privada em Fortaleza sem salientar o processo de formação da Polícia Militar do Estado do Ceará, locus de minha pesquisa. Não tinha me detido nessa empreitada ainda devido ao fato de que o momento não era propício para isso. Penso que a arquitetura teórico-metodológica deste trabalho não permitia ou não se adequava.

Sem me estender em considerações escusáveis, falo agora da formação da instituição responsável pela manutenção da lei e da ordem em sociedades modernas: a polícia. O Ceará, conheceu seu primeiro esquadrão de defesa ainda no período imperial, especificamente em maio de 1835. O formador da primeira Polícia da Província do Ceará foi o Presidente (Governador) José Martiniano de Alencar, que:

Preocupado com a segurança e o bem estar dos habitantes da Província do Ceará, assinou a Resolução Provincial nº 13, criando a Força Pública do Ceará, embrião da nossa valorosa Polícia Militar do Ceará, como marco germinante e real de uma instituição séria, digna de respeito e admiração, que com dedicação integral, atua diretamente os 365 dias do ano nos 184 municípios deste nosso querido Ceará<sup>59</sup>.

Nascia, assim, o embrião da atual Polícia Militar do Ceará. Nos anos de 1847, essa força pública passou a ser denominada, definitivamente, de Polícia Militar do Estado do Ceará, cuja função primordial foi, desde sempre, o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública do Estado.

A Polícia Militar do Ceará participou dos eventos e transformações que marcaram esse trajeto de 174 anos. Ela esteve presente, do lado da ordem pública, em muitos eventos que

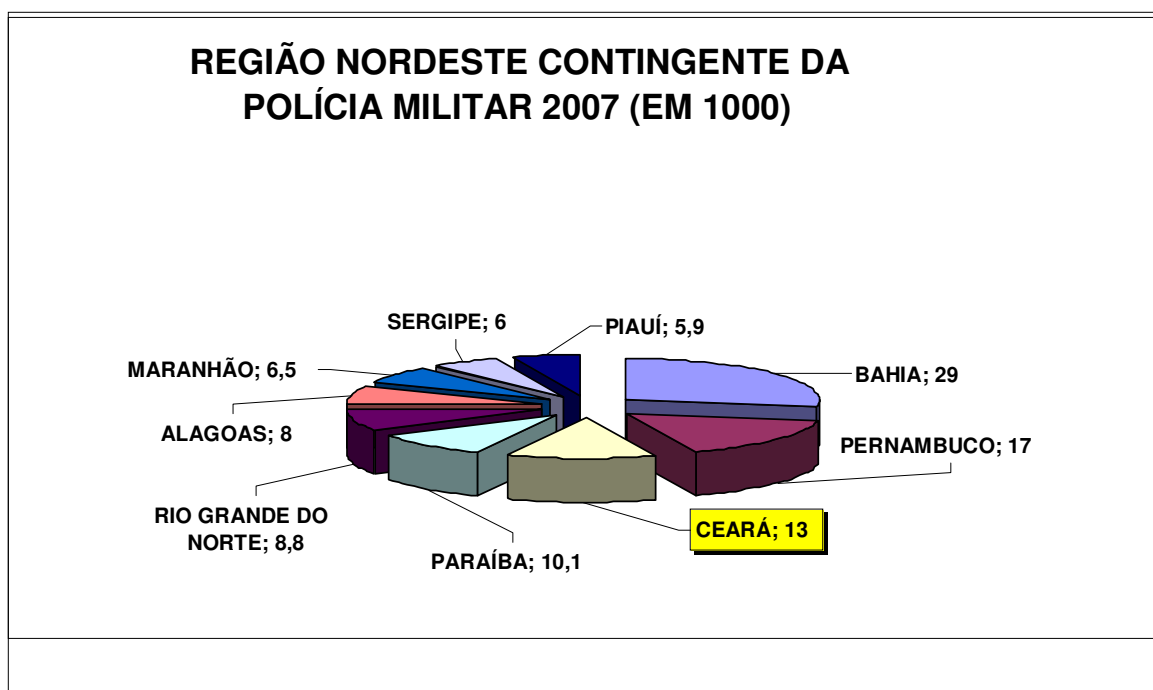
---

<sup>59</sup> Fonte: site da Polícia Militar do Ceará.

irromperam no Ceará (Sedição de Juazeiro, combate ao Cangaço e Caldeirão) e no Brasil (Guerra do Paraguai, Revolução, Constitucionalista de São Paulo, 1932)<sup>60</sup>.

Arquitetada em padrões conservadores para manter a ordem pública, a PM do Ceará já teve mais de 100 comandantes. Em relação ao quadro de efetivo, atualmente possui mais de 13 mil policiais militares na ativa e um grande número na inativa. Esse efetivo figura entre os três maiores da região Nordeste, como aponta o Jornal O Povo de 13 de agosto de 2007, em uma matéria sobre a precariedade do trabalho policial:

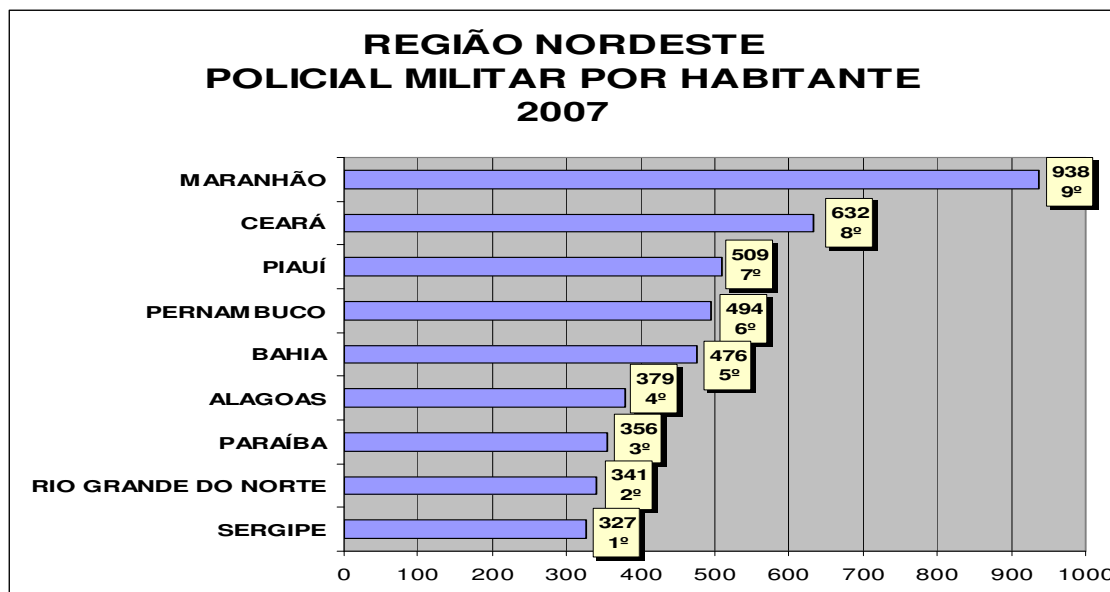
Gráfico do contingente da Polícia Militar (fonte: Jornal O Povo de 13 de agosto de 2007).



Por outro lado, essa marca não traz muito significado devido ao fato de que, em termos populacionais, o Ceará desponta como um Estado cuja população se aproxima dos 8 milhões de habitantes. Com isso, em termos de distribuição de policiais por habitantes, o Ceará ficou em penúltima posição em um ranking feito pelo Jornal O Povo no ano de 2007:

<sup>60</sup> Sedição de Juazeiro foi um movimento que ocorreu no início do século XX e teve como objetivo principal destituir o governo do Ceará que era comandado pela família Acioly.

Gráfico da Região Nordeste – policial militar por habitante 2007 (Fonte: Jornal O Povo de 13 de agosto de 2007).



O fato é que a Polícia Militar do Estado do Ceará carrega consigo números negativos em relação a outros Estados da região Nordeste. Nesse mesmo caminho, é plausível salientar a respeito da condição salarial do PM cearense. De acordo com a Associação de Cabos e Soldados do Ceará – ACSCE, os vencimentos dos policiais militares obedecem a essa tabela:

Tabela de vencimentos da Polícia Militar do Ceará.

<b>Tabela de vencimentos da Polícia Militar do Ceará</b>	
Tabela de vencimentos da Polícia Militar do Ceará (leis 14.180 e 14.181, de julho de 2008, nos percentuais de 7%, 8% e 10% com vigência a partir de julho/2008).	
CORONEL	6.532,48
TENENTE CORONEL	5.210,37
MAJOR	4.170,87
CAPITÃO	3.626,68
1º TENENTE	2.540,29
2º TENENTE	2.268,09
ASPIRANTE-A-OFICIAL	2.039,62
SUBTENENTE	2.024,32
1º SARGENTO	1.826,04
2º SARGENTO	1.639,25
3º SARGENTO	1.421,12
<b>CABO</b> .....	<b>1.418,01</b>
<b>SOLDADO</b> .....	<b>1.363,48</b>

ALUNO CFO 3º ANO	2.019,34
ALUNO CFO 2º ANO	1.762,88
ALUNO CFO 1º ANO	1.762,88
ALUNO CFSdf	629,28
CARGO EM COMISSÃO	VALOR
CMT GERAL	4.931,62
CMT GERAL ADJUNTO	3.787,21
DNS-2	2.142,58
DNS-3	1.449,80
DAS-1	1.049,84
DAS-2	787,39
DAS-3	590,51

Fonte: [www.acsce.com.br](http://www.acsce.com.br)

Como a tabela mostra, a condição salarial do policial militar do Ceará, principalmente o de baixa patente, ainda se encontra em estado de precariedade, visto que, fazendo uma análise comparativa com o Distrito Federal (o melhor salário pago ao PM no Brasil), a diferença se torna exorbitante. O maior salário de PM do DF é o de Coronel (R\$ 15.355,85) e o menor é o de Soldado 2ª classe (R\$ 4.056,59)<sup>61</sup>.

#### 4.3.1 – Salários e recompensas no mundo do bico e a falta de condições na Polícia Militar

A inserção de PMs no mercado da segurança privada está envolta, também, por uma gramática da subjetividade, constituída a partir da visão de mundo que o policial internalizou para si por meio das práticas sociais vigentes. A atividade no bico é envolvida por um mundo de recompensas materiais e simbólicas, cuja funcionalidade é acionar mecanismos cognitivos e sociais que desempenham o papel de alimentadores dos desejos subjetivos dos policiais.

A engrenagem social do bico desloca recursos simbólicos responsáveis pela fabricação e manutenção dos anseios profissionais que fazem parte do dia a dia do trabalho policial. Envolto por essa lógica, o Policial Militar vê na atividade de bico na segurança privada uma forma de manter um *status* social em termos materiais e simbólicos, uma vez que passa a

<sup>61</sup> Fonte: site da Polícia Militar do Distrito Federal.

participar e a se relacionar com pessoas que o valorizam profissionalmente pelo saber que carrega consigo.

O policial, ao entrar no mundo do bico, tece novas formas de conhecer o mundo, motivado pelo fato de ter seus atributos pessoais e profissionais reconhecidos. Quem contrata um policial para fazer sua segurança, sabe e espera que esse policial responda suas expectativas e, por outro lado, o PM contratado espera ser respeitado pelo seu trabalho, assim como pretende ser recompensado financeira ou simbolicamente pelo seu serviço. Funciona como se fosse um jogo em que existem dois ganhadores: o empresário e o policial.

Nesse jogo, o resultado esperado (e cultivado) é a manutenção do equilíbrio entre patrão e empregado, uma vez que os aspectos ilegais da atividade estão presentes no cotidiano dessa atividade. Nesse sentido,

Os policiais sabem que possuir outra atividade é ilegal. Tal como informou um soldado “ser policial significa ser um profissional vinte quatro horas”. Mas diversas são as razões para a busca de uma outra ocupação. [...] Pode-se supor também que as recompensas do bico podem ser maiores que aquelas proporcionadas pela PM. A questão pode ser inclusive redirecionada: se é possível maior benefício trabalhando fora da corporação, logo, é plausível afirmar que o bico, muitas vezes, é a atividade policial e não a ocupação extra levada a cabo nas horas de folga do policial. (BARROS, 2005, p. 98 - 99)

A questão das recompensas materiais e simbólicas tem atravessado o discurso dos policiais que praticam essa atividade em razão do fato de que os agrados, as gorjetas, os “contatos” e as gentilezas são parte integrante da engrenagem social do bico. Logo, as relações sociais tecidas no dia a dia do bico na segurança privada são marcadas, fortemente, pela lógica do “quem paga melhor”, da melhor condição salarial.

Em relação a isso, muitos estudiosos se perguntam sobre o trocadilho bico na polícia e trabalho no bico. Se for utilizado na discussão o fator estritamente salarial, o bico se reveste de elementos que, no campo social e relacional, são garantias de prestígio e valor. Certamente, em contraposição às condições salariais da polícia, ele, em muitos casos, transforma-se em uma espécie de primeiro emprego, visto que:

O apoio é zero, o salário é precário, é horrível o salário da polícia porque o policial militar, ele tá arriscando a vida dele todo tempo. Então, quer dizer eu acho que hum mil e quatrocentos reais não paga a vida de ninguém por mês (Entrevista 02: soldado 02).



O salário, um dos motivos muito forte foi o salário. E como qualquer pessoa, eu almejo melhoras pra minha família, [para fazer bico]. A polícia, ela não me dá condições de ter. [...] Almejo o melhor pro meu filho, eu quero dar melhor estudo, um colégio melhor, eu quero tentar dar um futuro melhor pra ele e o salário que eu ganho não dá condições de pelo menos pensar de fazer. Eu viro a noite trabalhando na polícia e viro o dia trabalhando (Entrevista 03: soldado 03).

As condições de trabalho na polícia funcionam como um incentivo à entrada no mundo do bico, visto que os relatos dos policiais indicam que trabalham em péssimas condições: viaturas danificadas, pouca munição, falta de colete à prova de balas e de fardas, dentre outros problemas estruturais da PM cearense. Daí emerge a discussão sobre o bico na polícia, uma vez que:

[...] na realidade muitos policiais nas suas atividades extra-instituição, eles têm um salário bem melhor do que o próprio salário da polícia. Então se nós formos falar como bico aquilo, dependendo da definição de cada um, mas se for com o valor do que ganha, muitos poderiam dizer que a polícia se tornaria bico (Entrevista com o vice-presidente da ACSCE).

As condições salariais, atreladas a outros fatores estruturais dentro da instituição policial, arrancam as certezas de dias melhores e contribuem para fomentar novas expectativas em relação ao segundo emprego. Em face disso, criou-se uma cultura do bico dentro da própria instituição militar, visto que as condições materiais de trabalho na polícia são acintosas e comumente denunciadas pelos meios de comunicação do Estado.

O bico na segurança privada em Fortaleza, como em outras cidades, é assegurado por uma espécie de “código do silêncio”, pautado na conduta da dissimulação. Barros (2005, p. 275) atentou para esse aspecto na polícia mineira: a PM tolera e, aparentemente, não tem o interesse ou mesmo a capacidade de pôr fim a essa prática. E mais, essas ações não são latentes, haja vista que o dia-a-dia das atividades policiais observam-se os PMs negociarem compras, vendas, trocas e outros negócios que fazem parte da negociata cotidiana da cultura brasileira”.

O bico é evidenciado como uma forma de sobrevivência do policial, cuja justificativa moral e material também imprime seu caráter positivo. Na verdade:

[...] eu acho que a Secretária de Segurança Pública... Nunca houve uma investida do próprio Estado em querer extinguir a atividade, porque ele sabe que ele é o maior

causador, porque ele é as causas de uma atividade extra-corporação, é o próprio Estado quem dá (Entrevista com um policial militar, dirigente da ASPRAMECE).

O Estado é penalizado e julgado por uma prática que só é efetivada porque são os seus agentes que a realizam. O fato é que o policial que se encontra realizando bico na segurança privada está praticando uma dupla hermenêutica laboral, uma vez que atua como policial em espaço e tempo distintos: na polícia e no bico. Tomando de empréstimo de Muniz (1999) a frase que sintetiza seu trabalho de doutoramento: *ser polícia é sobretudo uma razão de ser*, digo: ser policial e praticar segurança privada é uma razão de sobreviver.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arquitetura do bico na segurança privada em Fortaleza, como foi analisado ao longo deste trabalho, compreende uma engrenagem social intimamente conectada com as redes de relações sociais tecidas no mundo da rua e se divide em três modalidades de práticas: a atividade de segurança de estabelecimentos comerciais (casas de *show*, barracas de praia, restaurantes, salões de beleza e mercadinhos), a segurança pessoal de empresários ou comerciantes (o bico de VIP) e, por último, a segurança de estabelecimentos comerciais no período de trabalho na Polícia, ou seja, o comprometimento com empresários e comerciantes para direcionar mais atenção aos estabelecimentos comerciais quando de serviço na viatura policial.

Esse mapeamento das características do trabalho de policiais na segurança privada em Fortaleza me possibilitou mostrar que essa atividade se encontra vinculada a inúmeros fatores sociais, culturais e econômicos. O bico em Fortaleza obedece a uma confluência de fatores que estão constantemente entrelaçados e, com isso, essa atividade permeia todos os setores da sociedade, uma vez que ela se apresenta de forma maleável, ora se diluindo dentro da própria instituição militar, ora transitando por todos os meandros da sociedade fortalezense.

Nessa pesquisa, constatei que o bico passeia por todas as esferas sociais, primeiramente porque se constitui a partir de fatores culturais que estão presentes em nosso meio social como em forma de culto a autoridade policial: a cultura da masculinidade exercida em forma dos atributos de esperteza, agilidade, honra, compromisso e dever; a cultura da arma de fogo, que fomenta uma sensação de segurança para aqueles que a possuem; e, por fim, o uso indevido da máquina pública para fins particulares que culmina na não separação entre público e privado na sociedade brasileira.

Em termos de fatores sociais, o bico forja relações de intimidade entre policial e contratante, criando, desse modo, elementos sociais que o mantêm como uma espécie de última saída frente à incapacidade dos órgãos de segurança. Ao produzir relações sociais, essa atividade caminha pelos setores sociais como uma prática preponderante para minimizar a sensação de insegurança que ronda a sociedade. Sua manutenção e expansão são realizadas

por meio, justamente, das relações sociais que o policial produz, pois é na “base da amizade” que se consegue adentrar o mundo do bico ou a partir de um contato aqui, outro ali com empresários ou comerciantes.

Outro aspecto que ganha destaque na pesquisa é que é por meio do trabalho realizado na rua que o policial geralmente constrói redes de amizades que facilitam sua inserção nesse mercado, ora pelos próprios companheiros de farda, ora pelos comerciantes localizados na área onde o policial atua ou empresários que procuram mais conforto em termos de segurança pessoal, familiar ou patrimonial. Aliás, é no cotidiano da atividade policial que o bico na segurança privada nasce, uma vez que é no dia a dia das ações e patrulhamento das ruas que os policiais se fazem vistos e reconhecidos pela população e, mais ainda, pelos comerciantes ou pequenos empresários locais. O cotidiano fabrica, para os policiais, identidades sociais, cuja finalidade se enquadra na construção de novas relações sociais entre o mundo policial e o mundo real, aproximando-os em relação às atividades policiais e a atividade do bico.

Em meio aos fatores culturais e sociais, existe outra peça essencial para a manutenção do bico na segurança privada: os fatores econômicos. Os atrativos, as facilidades e a remuneração no bico, em muitos casos, sobressaem ao trabalho policial no que diz respeito ao ganho na corporação. Todavia, vale ressaltar que esses fatores não são os únicos que fazem o policial militar entrar no bico. O fato é que esses três fatores estão entrelaçados de forma que permeiam e solidificam o mundo do bico, fazendo com que este se insira em todos os setores da sociedade fortalezense.

O bico na segurança privada em Fortaleza é fabricado pela instituição policial e pelos policiais militares. Ele revela a interligação entre o público e o privado nas relações sociais e coloca em questionamento o padrão de policiamento, uma vez que lança, também, um paradigma: o declínio do monopólio do uso da força pelo Estado, em termos weberiano, e ao mesmo tempo, a inserção de policiais nas engrenagens sociais da atividade de segurança privada. Por enquanto, há uma onda de descrédito da corporação militar, segundo Barreira (2004), que assola as diretrizes dessa instituição social essencial para a manutenção da lei e da ordem nas sociedades contemporâneas. Por outro lado, vê-se cada vez mais seus agentes se inserirem em atividades pertencentes aos setores privados de segurança.

O bico de policiais militares de Fortaleza na segurança privada é produto de nossa realidade que produz e reproduz sociabilidades violentas, origina ondas de medo e insegurança nas ruas e nas próprias moradias particulares dos cidadãos. O fato é que o bico de policiais expressa as formas e estratégias que algumas pessoas utilizam para fabricar uma “pseudosegurança” dentro dos “enclaves fortificados”, dentro dos pontos comerciais e de área de lazer existentes na cidade. Melhor dizendo, essa atividade, também é fruto de uma produção cultural que tem como característica principal o consumo - no caso, aqui, de segurança.

Nessa perspectiva, a segurança se torna um produto de venda e consumo por uma população, cujo mapa social das relações vigentes apresenta fortes indícios de uma produção de uma “história do medo” em que, como emergência, cultiva-se uma cultura da vigilância constante dos outros de forma a praticar uma “pedagogia da suspeita” muito presente na cultura policial. Na verdade, presente em todas as esferas sociais de nossa sociedade onde se percebe a construção de estereótipos voltados para determinados públicos, ou seja, para as minorias sociais (que na realidade são majorias) presentes em nosso meio social.

O fato é que homens treinados pelo Estado são alocados em atividades cuja finalidade é, em muitos casos, semelhante àquelas que já estão acostumados a executar no dia a dia do trabalho policial, como, por exemplo, praticar a pedagogia da suspeita e, em alguns casos, se antecipar às ações criminosas. No bico, o PM ativa os mesmos sensores cognitivos presentes no mundo policial que são fundamentais para a realização das atividades-fins: policiar as ruas e proteger a população. Percebe-se que o que mantém a prática do bico na segurança privada são as similitudes que permeiam os dois mundos (o policial e o do bico) e garantem ao PM ativar quase todas as diretrizes legais da instituição militar para a sua defesa e a de quem o contrata para fazer sua segurança privada.

A atividade do bico revela ainda uma assimetria entre a prática e as normas institucionais responsáveis pela formação dos policiais militares. Enquanto os estatutos e códigos vigentes na corporação militar são emblemas presentes em discursos e políticas constituídas pelas autoridades máximas da Polícia Militar do Ceará, por outro lado as práticas do *fazer policial* denunciam uma realidade totalmente diferente daquela observada pelos comandantes da instituição. O que desejo salientar é o fato de que existe um fosso social

extremamente grande entre aqueles policiais que trabalham nas ruas e aqueles que comandam de dentro das casernas.

Os PMs, quando não estão às vistas dos superiores, tateiam novas formas de adequar suas realidades às atividades policiais, ora com a manutenção de um segundo emprego (aqui, o bico na segurança privada), ora com uma dedicação exclusiva frente às diretrizes institucionais da corporação. Todavia, existe, ainda em relação a esse forço entre PMs de rua e PMs comandantes, uma cultura do silêncio, resultado das tramas sociais que envolvem o mundo policial.

Essa cultura do silêncio, ecoada da prática do bico na segurança privada, funciona como *modus sobrevivendis* daqueles que aderiram a ela. Na verdade, sua funcionalidade engloba múltiplos elementos sociais e culturais que se compõem mediante pactos de confiança, de honra, de compromisso e de lealdade nos quais visivelmente se percebe que policiais militares são seguidores e produtores disso. Fazer parte desses pactos de silêncio é a garantia de participar de grupos e redes de amigos-policiais que vendem segurança para empresários e comerciantes em Fortaleza e, ao mesmo tempo, manter “às escuras” de algumas autoridades a atividade do bico. Na realidade, essa cultura é uma forma de manter o bico solidificado dentro da cultura policial.

O fato é que, em Fortaleza, mesmo transitando entre o mundo do bico e da polícia, a maioria dos Comandantes da Polícia Militar do Ceará tem ciência dessa prática e não cria uma política eficaz de combate a essa atividade. O que ocorre é que muitos policiais militares de alta patente também participam dessa atividade, gerenciando empresas e grupos de segurança para empresários em Fortaleza. Com isso, fica notório que essa instituição se encontra visivelmente com suas estruturas contaminadas por esse fenômeno.

O bico de policiais militares na segurança privada na cidade de Fortaleza é uma realidade que merece ser mostrada, analisada e compreendida para que possibilite haver um entendimento melhor sobre esse fenômeno que permeia as práticas sociais e culturais, pois quem contrata o policial militar para fazer segurança privada são os cidadãos que, primeiramente, deveriam incentivar e ter maior participação nas decisões que envolvem a política de segurança pública do Ceará.

Para finalizar essas considerações, lanço mão de alguns questionamentos pertinentes que se sobressaíram durante a pesquisa. Primeiramente, gostaria de colocar em debate o fato de que, no trabalho policial, as relações profissionais são geralmente apreendidas sob a óptica da destituição de afetos entre policiais, policiais-cidadãos, policiais-empresários etc. Minha pesquisa tentou compreender como são formadas as redes de amizades no cotidiano do trabalho policial, porém não foi possível aprofundar essa questão. Então, ensejo para futuras investidas nesse campo algumas questões: como são firmadas as parcerias entre policiais e empresários/comerciantes? Quais e como são formados os elementos sociais que são fundamentais para que os policiais se engajem em atividades de venda de segurança?

Outros pontos que não foram aprofundados nessa pesquisa também merecem alguns questionamentos. Nesse caso: como se estabelecem as relações entre os PMs e as empresas privadas de segurança de Fortaleza? Existe relação direta entre a expansão da segurança privada e a inserção de policiais nesse setor? Quais os atrativos oferecidos pelas empresas de segurança privada aos policiais? Esses são questionamentos que merecem ser retomados futuramente para que se possa compreender melhor a atividade de policiais na segurança privada em Fortaleza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. Conflitualidade e violência: reflexão sobre a anomia na contemporaneidade. **Tempo Social**. Ver. Sociol. USP, São Paulo, 10(1): 19-47, maio de 1998.

\_\_\_\_\_. O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002**. Volume IV (organizado por Sérgio Miceli). 2002a.

\_\_\_\_\_. Crise no sistema de justiça criminal. **Cienc. Cult.**, June/sept. Volume 54, nº.1, p. 50-51. 2002b.

ALVES, J. C., S. Milícias: Mudanças na Economia Política do Crime no Rio de Janeiro. In: **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro** /organização, Justiça Global. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

BARREIRA, C. **Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/CNPq-PRONEX; Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. **Revista Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, jan-mar. 2004

BARREIRA, I. “Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro”. **Análise Social**, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Vol. XLII (182), 2007, 163-180.

BARROS, L. A. **Polícia e Sociedade: um estudo sobre relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

BAYLEY, D. H. **Nova polícia: inovações na polícia de 6 polícias Norte-Americanas**. São Paulo: EDUSP, 2006.

BEATO FILHO, C. C. Políticas de Segurança e a Questão Policial. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo / Fundação SEADE, v. 13, p. 20-50, 1999.

BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: EDUSP, 2003.



BORDIEU, P. Compreensão. In: \_\_\_\_ (Coord.). **A Miséria do mundo**. Petrópolis, Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRANDÃO, C. F. **Os processos de civilização e o controle das emoções**. 1. ed. Bauru - SP: EDUSC, 2007.

BRETAS, M. L.; PONCIONI, P. Cultura policial e o policial civil carioca. In: PANDOLFI, Dulce Chaves; CARVALHO, José Murilo de; CARNEIRO, Leandro Piquet; GRYNSZPAN *et. al.* (orgs). **Cidadania, justiça e violência**. FGV, 1999. p. 149-163.

\_\_\_\_\_. **A guerra das Ruas: povo e Polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Ordem na Cidade**. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997b. v. 1.

\_\_\_\_\_. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 79-94, 1997c.

BRITOS, D. C. *et al.* Policiamento Paralelo: a segurança pública, a organização do bico e o mercado de segurança privada. In: **Anais do 33º Encontro Anual da Anpocs**, 2009.

BRODEUR, J. P. **Como reconhecer um bom policiamento: problemas e temas**. São Paulo: EDUSP, 2002.

CABRAL, L. A rua no imaginário social. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (60). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-60.htm>> [ISSN: 1138-9788]

CALDEIRA, T. P. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: E.34: Edusp, 2000.

CANEVACCI, M. **A Cidade Polifônica**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CORTES, V. A. P. **Espaço urbano e a segurança pública:** entre o público, o privado e o particular. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2005

\_\_\_\_\_. **A participação de policiais militares na segurança privada.** Especialização em Políticas Públicas de Segurança. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2004

CICOUREL, C. Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, A. **Desvendando máscaras sociais.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1990.

DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DREIFUSS, R. A. **Política, poder, estado e força:** uma leitura de Weber. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993 .

DURÃO, P. O bico dos policiais militares: vínculo empregatício, improbidade ou ilícito administrativo? **Revista Jurídica da Procuradoria Geral de Sergipe**, 2002.

ELIAS, N. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993a. 1v.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993b. 2v.

GASKELL, G., NAUER, M., W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GOFFMAN, E. **A Representação do eu na Vida Cotidiana.** 12ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

GOLDSTEIN, H. *et al.* Policiando uma sociedade livre. **Polícia e sociedade**, São Paulo, v. 9, EDUSP, 2003.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LAHIRE, B. Do habitus ao patrimônio individual de disposições: rumo a uma sociologia em escala individual. **Revista de Ciências Sociais.** Fortaleza, v. 34, n. 2: UFC, 2003.

LAPLANTINE, F. A. **A descrição etnográfica.** São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LIMA, R., M. **Uma dupla vida de risco:** reflexões sobre o trabalho paralelo (bico) na Polícia Militar do Pará. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2007.

LIMA, R. M. ; BRITO, D. C. ; BARP, W. J. ; SOUZA, J. L. C. . A Segurança Pública e o "Bico": Os Policiais, a Organização e os Riscos da Atividade Paralela. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2009, Rio de Janeiro. Sociologia: Consensos e Controvérsias, 2009.

MISSE, M. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo:** estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2006.

\_\_\_\_\_. Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. **Insight – Inteligência**, Rio de Janeiro, v. V, n. 18, julho/setembro de 2002.

MONJARDET, D. **O que faz a polícia.** ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MUNIZ, J. **Ser Policial é sobretudo uma razão de ser.** Cultura e Cotidiano da PMERJ. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPRJ. Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. Muita Politicagem, Pouca Política Os problemas da Polícia São. *Estudos Avançados*, v. 21, p. 159 - 172, 2007.

OCQUETEAU, F. A expansão da segurança privada na França Privatização submissa da ação policial ou melhor gestão da segurança coletiva? **Tempo Social.** Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 185-195, 1997.

PASSAVENTO, S. J. “A pedra e o sonho, os caminhos do imaginário urbano”. In: **O Imaginário da Cidade.** Porto Alegre: Editora Universitária URGs, 1999.

PEREIRA, G. C. Sexualidade, corpo e etiqueta. In: (Org) DIOGENES, G. **Os sete sentimentos capitais** – Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. São Paulo: Annablume, 2008.

PORTO. M. S. G. Polícia e Violência. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, jan.-mar. 2004.

REINER, R. **A política da polícia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

RIVERO, P. S. Preços e simbologia das armas de fogo no crime. In: FERNANDES, R., C. e LESSING, B (orgs). **Brasil: as armas de fogo e as vítimas**. Rio de Janeiro: 7letras, 2005.

SANTOS, J. V., T. Novos processos sociais globais e a violência. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 03, p. 18-23, 1999.

\_\_\_\_\_. Violência e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, jan.-mar. 2004

SENNET, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. tradução: Lygia Araujo Watanabe. Sao Paulo : Companhia das Letras, 1995.

SHERING, C., D. A relação entre policiamento público e policiamento privado. In: TONRY, M.; MORRIS, N. (orgs.). **Policiamento moderno**. São Paulo: EDUSP, 2003.

SILVA, A. M. S. **A Segurança como emblema de campanhas políticas e a construção de uma imagem pública: o caso Moroni Torgan**. 2007. Monografia (curso de Ciências Sociais) Universidade Federal do Ceará, 2007.

SILVA, V. G. **O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras**, São Paulo, Edusp, 2000, 194 pp.

SILVA, L., A., M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

\_\_\_\_\_. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. Dossiê cidadania violência - **REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA**. Nº 13: 115-124 NOV. 1999.

WEBER, M. Sociologia do Estado. In: **Economia e sociedade**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WIERVORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**. v. 9, n. 1, São Paulo: USP, maio/ 1997. (5-45p.)

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

**DOCUMENTOS, JORNAIS e SITES**

Artigo 2º do **DECRETO Nº28.277**, de 14 de junho de 2006, publicado no **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO SÉRIE 2 ANO IX Nº 115 FORTALEZA, 20 DE JUNHO DE 2006**.

Artigo 3º parágrafo único. **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO SÉRIE 2 ANO IX Nº 078 FORTALEZA, 26 DE ABRIL DE 2006**.

Código Disciplina da PM do Ceara, Capítulo Da Disciplina Militar, Art. 9º.

Código Disciplinar da PM do Ceará, Seção Da Expulsão, Artigo42.

**DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO**. Série 2, ano IX, nº 080. Fortaleza, 28 de abril de 2006.

ESTADO quer oficializar bico na PM. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 22 nov. 2005.

**LEI Nº13.765**, de 20 de abril de 2006 publicada no **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO**. Série 2, ano IX, nº 078. Fortaleza, 26 de abril de 2006.

PMs ganham indenização por bico. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 05 de jan. 2009.

**PORTARIA Nº257/2007**. **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO**. Série 2, ano X, nº046. Fortaleza, 08 de março de 2007.

<<http://www.pm.ce.gov.br/menu-esquerdo/institucional/historico>> Acesso em: 13 de janeiro de 2010.

<<http://www.pmdf.df.gov.br/>> Acesso em: 14 de janeiro de 2010.

ANEXOS